

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

**BEATRIZ GARCIA BORGHINI
FERNANDA GONÇALVES DE ALMEIDA
SOFIA MACIEL PONTES**

12.711: AS COTAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

**CAMPINAS
2022**

Beatriz Garcia Borghini
Fernanda Gonçalves de Almeida
Sofia Maciel Pontes

12.711: AS COTAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

**Relatório Técnico apresentado à disciplina
ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO DE PROJETO
EXPERIMENTAL, da Faculdade de
Jornalismo, do Centro de Linguagem e
Comunicação, da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas, como exigência
parcial para aprovação na referida
disciplina, sob orientação da Prof^a. Dr^a.
Juliana Doretto**

**PUC-CAMPINAS
2022**

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920 Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

378.050981 Borghini, Beatriz Garcia
B732d

12711: as cotas nas universidades estaduais paulistas / Beatriz Garcia Borghini, Fernanda Gonçalves de Almeida, Sofia Maciel Pontes. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

145 f.: il.

Orientador: Juliana Doretto.

TCC (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Jornalismo, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Universidades e faculdades públicas - Brasil. 2. Brasil. Lei de cotas sociais (2012) . 3. Ensino superior - Política governamental. I. Almeida, Fernanda Gonçalves de. II. Pontes, Sofia Maciel. III. Doretto, Juliana. IV. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. V. Título

CDD - 22. ed. 378.050981

SUMÁRIO

Introdução.....	3
CAPÍTULO 1	5
1.1. Contextualização do tema e recorte jornalístico.....	5
1.2. Modalidade.....	8
1.3. Justificativa	11
1.4. Processo de apuração	13
1.5. Seleção de fontes	18
CAPÍTULO 2	24
2.1. Desenvolvimento da produção	24
2.2. Processo de edição.....	29
2.3. Projeto de divulgação.....	33
2.4. Custos e gastos	35
Referências bibliográficas	36
Anexos.....	37

Introdução

A Lei nº 12.711, sancionada no Brasil em agosto de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, garante no mínimo 50% das vagas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos vindos integralmente do ensino médio público. Dentro dessa reserva, há cotas para grupos raciais (pretos, pardos ou indígenas); critérios socioeconômicos; e pessoas com deficiência.

A ação ampliou de maneira considerável a dimensão dessa política pública, que existe no país desde os anos 2000, quando a Universidade de Brasília (UnB), que é da rede federal, reservou vagas para alguns candidatos em seu processo seletivo. Com o tempo, as universidades estaduais de São Paulo — Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas; e Universidade Estadual Paulista — passaram também a aderir às cotas.

Em 2022, a lei completa dez anos desde sua promulgação e passará por um processão de revisão no ano seguinte, quando se discutirá, no Executivo federal e Congresso nacional, possíveis alterações nas suas determinações. Tendo isso em visto, surgiu a ideia do projeto “12.711: As cotas nas universidades estaduais paulistas”, produzido na forma de websérie, com três episódios de dez minutos cada um, e hospedada no endereço www.youtube.com/@cotasnasuniversidadespaulistas. Nosso objetivo é informar jovens, homens e mulheres, entre 15 e 25 anos, sobre os impactos que o sistema de cotas proporcionou na vida daqueles beneficiados por essa política pública. O intuito é levar informação sobre as histórias de vida e as experiências na universidade desses cotistas e os desafios por eles enfrentados.

O enfoque do trabalho será destacar os relatos desses estudantes das universidades públicas paulistas, para que possam contar detalhes de todo o processo das ações afirmativas, desde a entrada — com os problemas enfrentados, por exemplo, nas bancas que visam detectar fraudes na autodeclaração de alunos negros e indígenas —, até as mudanças sentidas na sua condição socioeconômica, por meio da entrada na universidade. Debateremos ainda as dificuldades enfrentadas por eles para a permanência no curso.

Este relatório técnico tem como conteúdo descrições e justificativas sobre o processo de escolha do tema, e seu recorte, além da seleção do gênero e da modalidade jornalística. Fala-se ainda do objetivo do trabalho e da definição do público que se

pretende atingir. Também se encontram nesse relatório o relato do processo de apuração e de escolha das fontes, e do desenvolvimento e edição do material jornalístico, bem como os custos e gastos envolvidos, e o plano de divulgação do projeto.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DO TEMA E DA MODALIDADE

1.1. Contextualização do tema e recorte jornalístico

Ações afirmativas são políticas públicas ou medidas que visam garantir o acesso de determinados grupos à oportunidade de ingressar em universidades e carreiras públicas ou em empresas privadas. O termo “ações afirmativas” surgiu nos Estados Unidos na década de 60, quando movimentos que lutavam por igualdade de oportunidades e direitos ganharam força entre comunidades minoritárias da sociedade.

Sendo assim, pode haver o oferecimento de cursos preparatórios e de bolsas ou um número fixo de vagas pode ser destinado a esses grupos, por exemplo. Além disso, uma porcentagem desses postos pode ser direcionada para certos sujeitos, como negros, indígenas, pessoas com deficiências e de baixa renda (POSSENTI; BITTAR, 2016), numa atividade conhecida como política de cotas. E isso pode incluir as vagas em universidades públicas.

No Brasil, as ações afirmativas nas instituições de ensino superior começaram a ser planejadas na década de 1980, mas só foram postas em prática em universidades estaduais em 2003, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) decidiu implantar um programa de cotas. Em 2012, com a Lei nº 12.711, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a política pública passou a valer para todas as universidades federais. Em 2013, ano de início da norma, a obrigatoriedade era de que as instituições reservassem 12,5% das vagas para estudantes do ensino público, com um aumento gradativo, até chegar a 50% das vagas em 2016. Além disso, nessa reserva, as universidades devem ainda distribuir cotas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção dessa população em cada Estado.

Desde então, universidades públicas estaduais foram também aderindo, aos poucos, a esse tipo de ação afirmativa, inclusive as instituições paulistas Unesp (Universidade Estadual Paulista), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e USP (Universidade de São Paulo). Na Unesp, a implementação ocorreu em 2014, enquanto na USP as cotas tiveram início em 2018 e, na Unicamp, em 2019.

Essas universidades não seguiram o mesmo molde das instituições federais, adotando diferentes critérios e porcentagens. A USP, em 2018, por exemplo, dedicou 37% de vagas para cotas de ensino público, e o aumento foi gradativo até 2021, quando atingiu a meta: em 2022, 51,7% dos novos alunos matriculados vieram de escolas públicas. Entre eles, 44,1% eram autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Em números absolutos, 5.678 estudantes vieram da rede pública de ensino; desses, 2.505 são PPI.

Na Unesp, desde a implementação das medidas, foram 27,7 mil estudantes beneficiados. Atualmente, a universidade tem 18.170 mil alunos cotistas matriculados, sendo 12.464 egressos de escolas públicas e 5.706 também vindos do ensino público e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Já na Unicamp, que tem cotas étnico-raciais desde 2019, houve 3.340 jovens matriculados na universidade por meio desse sistema, tanto pelo vestibular regular quanto pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que leva em conta a nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Nas outras ações afirmativas, que incluem bonificação de pontos para estudantes vindos de escola pública e o vestibular indígena, que tem um número fechado de vagas, foram 6.071 e 238 alunos, respectivamente. Portanto, a soma de estudantes beneficiados com essas ações na Unicamp desde 2019 é de 9.649, de acordo com informações obtidas com a própria universidade.

No entanto, após a entrada na universidade, vários desses estudantes sofrem dificuldades para permanecer nos cursos, pois os auxílios financeiros oferecidos pelas instituições não são suficientes. Segundo uma reportagem do site Agência Pública¹, publicada em 30 de maio de 2022, durante o governo Bolsonaro, seis a cada dez alunos indígenas tiveram negada a chamada bolsa-permanência, no valor de R\$ 900, nas instituições federais. No site da USP², encontramos a descrição do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (Papfe), que faz parte da política de permanência na universidade para alunos que estejam em sua primeira graduação e que tenham sido classificados no Sistema de Avaliação Socioeconômica (SASe). Entre os benefícios contemplados estão o apoio-moradia, por meio do qual estudantes permanecem nas moradias estudantis da USP, o auxílio-moradia, no qual é fornecida uma ajuda

¹ Disponível em:

<https://apublica.org/2022/05/mec-de-bolsonaro-nega-bolsa-permanencia-a-6-em-cada-10-alunos-indigena-s-e-quilombolas/>. Acesso em: 10 jun. 22.

² Disponível em:

<https://jornal.usp.br/institucional/sas-inicia-o-periodo-de-inscricoes-para-programa-de-apoio-aos-estudantes/>. Acesso em: 10 de jun. 2022

financeira para o pagamento de aluguel, o auxílio-alimentação, com refeições nos restaurantes universitários, e o auxílio-livros, para a compra de material de estudo. Porém a duração máxima dos benefícios é de dois anos, com exceção do apoio-moradia, que requer avaliação anual. Após esse período, é possível realizar novamente a inscrição para o benefício, mas não há garantias que o aluno será contemplado novamente.

Outro problema encontrado foi relatado por uma reportagem do site *The Intercept* Brasil³, em 14 de dezembro de 2021, que apontava os desafios dos pardos na autodeclaração racial. No texto está o caso de uma mulher que, prestes a se formar em medicina em uma faculdade pública da Bahia, foi convocada a uma banca, composta por um professor negro e uma professora branca, para julgar se sua autodeclaração era correta. Após a avaliação, a estudante teve sua matrícula cancelada, pois foi decidido que ela não pertencia ao grupo de pardos. A reportagem mostra, nesse caso, como a questão racial é julgada por critérios pouco objetivos, uma vez que se procura um fenótipo específico de pessoas pretas, como o formato do nariz e da boca, que pode não estar presente em pardos, por exemplo. Ao mesmo tempo, o texto deixa claro a importância da ação afirmativa, já que muitos desses estudantes são os primeiros da família a entrar em uma universidade, o que por vezes representa uma quebra num ciclo de empobrecimento e precarização.

Por isso, nosso trabalho trata dessa implementação de cotas nas universidades estaduais paulistas, além das ações afirmativas, por meio de uma websérie com três episódios. Falaremos com mais detalhes sobre três aspectos importantes referentes a essas medidas: o processo da banca de heteroidentificação, no qual pessoas pardas e pretas tem suas características físicas julgadas por uma banca, que vai decidir se os candidatos se enquadram na etnia autodeclarada; os programas de permanência estudantil, que correspondem a auxílios oferecidos pela universidade, como bolsas ou serviços, que ajudam o aluno a se manter durante sua graduação; e o impacto que essa política pública teve nos alunos, em suas famílias e na sociedade como um todo, mostrando também os desafios por eles encontrados.

Assim, construímos um produto jornalístico cujo público-alvo são jovens, homens e mulheres, entre 15 e 25 anos. Esse recorte começa aos 15 porque entendemos que as pessoas começam a se preocupar com os vestibulares com mais intensidade nessa idade, já que estão ingressando no ensino médio, período de preparação para as provas

³ Disponível em: <https://theintercept.com/2021/11/30/brasil-onde-voce-preto-pardo-quando-interessa/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

de entrada nas universidades e para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Com 25, os estudantes estão geralmente se formando ou pelo menos finalizando sua vida nas universidades; por isso, entendemos que jovens dessa faixa etária teriam interesse em entender mais sobre como funciona o sistema de cotas no Brasil e qual é o seu impacto na vida das pessoas. Mas, é claro, compreendemos que o produto pode atingir outras idades.

Para dialogar com esses jovens, este projeto contou histórias de estudantes que ingressaram em alguma universidade estadual pública por meio das cotas raciais ou destinadas a alunos de escola pública ou de outras ações afirmativas dessas instituições, que estão frequentando ou já finalizaram seus cursos — ou seja, estão em diferentes estágios, desde a entrada até o fim da graduação. Além disso, ouvimos especialistas no assunto, como pesquisadores sobre a Lei de Cotas, estudiosos do processo de heteroidentificação e docentes que tiveram algum envolvimento na implantação ou gestão das cotas nas universidades. Eles abordaram tanto as questões técnicas sobre o assunto quanto o impacto e a importância dessa medida para a sociedade.

O título do projeto, “12.711: As cotas nas universidades estaduais paulistas”, remete ao número da Lei de Cotas brasileira, como já mencionado neste projeto. Apesar de essa lei se remeter às cotas para universidades federais e não estaduais, objeto de estudo deste trabalho, escolhemos trazê-la no título devido a sua importância e influência, já que foi por ela que as universidades estaduais foram estimuladas a implementá-las.

1.2. Modalidade

Este trabalho será desenvolvido no gênero audiovisual, na modalidade websérie. Para Spinelli (2012), a produção de material audiovisual para a web é algo ainda muito recente no jornalismo. Para a autora, alguns veículos jornalísticos televisivos, por exemplo, estão começando fugir da mera reprodução na internet do que produzem nos telejornais e passando a criar gradativamente um conteúdo que seja exclusivo para a internet: “A web passa a ser vista como mais uma possibilidade para a distribuição de informações jornalísticas e as empresas passam a tê-la como aliada, e não uma concorrente da televisão” (SPINELLI, 2012, p. 7).

Para Mielniczuk (2003), o jornalismo na web pode ser dividido em três estágios: o primeiro é referente à mera reprodução do conteúdo televisivo ou de jornais nos sites das redes de televisão e empresas publicadoras. Nessa fase, o leitor encontra na

rede os mesmos conteúdos que foram publicados ou transmitidos durante a semana. O segundo estágio corresponde a um maior envolvimento de produtores, redatores, leitores e espectadores, que, utilizando os recursos da web, podem responder a enquetes, enviar vídeos e expressar suas opiniões.

O terceiro estágio, ainda muito recente e utilizado por poucas empresas de mídia, corresponde a um conteúdo único para a web e que seja diferenciado daquele a que o telespectador assiste em seu dia a dia ou que o leitor consome ao abrir jornais e revistas. Poucos são os veículos que estão nessa terceira etapa, e isso, no caso específico do audiovisual, foco deste trabalho, é também resultado de uma “tímida mobilização dos telejornais em produzir conteúdo para a televisão e apurar a notícia para ser ampliada em páginas específicas da internet” (SPINELLI, 2012, p. 6).

Nesse processo, a websérie se destaca pois tem como principal característica a veiculação somente na internet e a divisão em episódios. Em nossa pesquisa bibliográfica, compreendemos ainda que as webséries jornalísticas são chamadas também de documentais.

Uma web série é uma narrativa audiovisual de qualquer gênero produzida exclusivamente para a Internet, dividida em episódios (os chamados "webisódios", webisodes em inglês), cada um com tempo de duração variável (podendo ter de um a dez minutos ou mais), e apresentados com uma certa periodicidade (quase sempre semanal) (CÂNDIDO, LEAL, ZANETTI, 2014, p. 9).

Para Souza e Cajazeira (2015), está havendo um aumento da produção desse tipo de conteúdo atualmente. Esse crescimento é justificado por “uma maior participação do público, ferramentas disponibilizadas pela Web, identificação do público com esse conteúdo e a busca por processos de interatividade e diálogo com as outras mídias” (SOUZA, CAJAZEIRA, 2015, p. 8).

Souza (2020), em uma pesquisa mais aprofundada sobre a websérie documental, apresenta onze atributos que definem esse tipo de produção audiovisual. Nesse primeiro momento, citamos cinco deles: uma *narrativa hipertextual*, ou seja, o conteúdo produzido é nativo do ambiente digital, o que possibilita interatividade e multimídia; *Fragmentação da narrativa*, no qual o material é produzido pensando na correria do dia a dia e dando ao espectador a possibilidade de assistir de acordo com seu tempo; *Conteúdo especializado*, já que a produção leva em consideração o avanço tecnológico e os novos modelos de negócio, relacionando-se com outras mídias; *Mobilidade*, onde a websérie documental é desenvolvida com base nos modos de acesso

mobile, ou seja, pelos smartphones e tablets, “propondo uma nova forma de usabilidade.” (SOUZA, 2020, p. 115); *Diminuição dos elementos textuais*, característica que permite que mais pessoas consigam compreender rapidamente o conteúdo, baseando-se na atribuição vivenciada na vida contemporânea.

As outras seis características se baseiam em torno de *autonomia*, dando ao espectador a possibilidade de criar sua própria ordem narrativa (assistir aos episódios em uma ordem não sequencial) e *curta duração temporal*, com um tempo menor que o das produções feitas para a televisão e sem a presença de comerciais. Além da possibilidade de esse formato *dialogar com o jornalismo* e suas produções audiovisuais (reportagens transmídia e documentários jornalísticos).

A *convergência tecnológica* também é algo mencionado como tendência das webséries, sendo uma maneira de impulsionar a audiência, junto à *mediação de artefatos tecnológicos*, que tornam mais dinâmica a narrativa, ao utilizar a internet como principal meio de divulgação. Por fim, Souza fala da *cultura participativa* que as webséries documentais são capazes de oferecer, quando o tema se relaciona à rotina cotidiana do público-alvo. “Cada uma dessas características parte de um aspecto de reconfiguração das atividades jornalísticas, com a introdução de novas mídias e suas possibilidades, bem como a busca por novos modelos de produção audiovisual nativa digital” (SOUZA, 2020, p. 115).

O autor aponta ainda o surgimento das webséries documentais como algo inevitável, impulsionado pelo avanço da tecnologia, que barateou equipamentos de vídeo e sons, antes restritos às grandes redes televisivas e estúdios. Agora, se tornou mais fácil obter uma câmera, mesmo que ela esteja dentro de um celular.

É nesse contexto que citamos exemplos de webséries documentais brasileiras, que inspiraram a execução deste projeto. É o caso de “Queerbrada⁴” (2022), que em cinco episódios, com pouco mais de dez minutos cada um, documenta a rotina de trabalho de cinco artistas baianos que fazem parte da comunidade LGBTQIA+; e de “Cali – La ciudad que no duerme⁵” (2014), uma websérie oficial do jornal El País, que mostra depoimentos de personagens da vida noturna, como taxistas, ciclistas que passeiam pela madrugada e médicos plantonistas. A primeira está disponível na plataforma Youtube; já a segunda tem um site próprio, em que é possível assistir a todos os episódios.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bnJxu0onrBQ>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oadqeG72iSw>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Já existem webséries documentais na área de educação, nicho temático de nosso projeto, também utilizando a plataforma YouTube como principal meio para divulgação. A produção “O que eles têm para nos dizer⁶” (2017) explora em cinco episódios o modelo de educação democrática nas escolas de ensino infantil brasileiro, e a websérie “Jovens na educação⁷”(2021), da rede Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação), também busca explorar em cinco episódios de seis minutos a rotina e desafios de estudantes brasileiros durante a pandemia de Covid-19 no país. O protagonismo dos estudantes, neste último exemplo, segue a linha do que buscamos em nosso trabalho, mas, nesse caso, a maior parte das gravações foi à distância, por conta do vírus.

Por fim, para nosso projeto, escolhemos, assim como a maioria dos casos citados acima, a plataforma YouTube como o principal meio de divulgação. De acordo com uma pesquisa realizada em 2021 pela plataforma de gerenciamento de visibilidade online “Semrush”, o Youtube é o site mais utilizado no Brasil, que alcançou 69 milhões de usuários diários em 2021. Nesse contexto, a plataforma se torna a melhor opção para divulgação de nosso projeto.

1.3. Justificativa

Em 2022, a Lei nº 12.711, também conhecida como Lei de Cotas para o Ensino Superior Federal, completa dez anos, desde sua promulgação, em 2012. Ela diz que universidades federais devem reservar 50% das vagas oferecidas para alunos de escola pública, pretos, pardos e indígenas e prevê uma revisão a cada dez anos, para avaliar os seus efeitos e as necessidades de possíveis ajustes. Vários movimentos sociais enxergam nessa possibilidade de revisão uma ameaça à existência das cotas nas instituições federais.

Por conta disso, identifica-se a relevância de debater o assunto neste ano, com o enfoque nas universidades públicas paulistas, realidade mais próxima do grupo. Apesar de não ser diretamente afetada pela lei, uma vez que é direcionada para as universidades federais, as estaduais foram aderindo ao sistema de cotas durante os anos. A ideia, como dito, foi entender como a implantação de cotas afetou a vida das pessoas

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zOcmU9kv0ms>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jMa7y88ieLQ&list=PLgoBNkOUiDtu4oFi3oBwJsz52miEOIATN&index=1>. Acesso em: 10 de junho de 2022

para quem foram destinadas, reduzindo o cenário de desigualdade socioeconômica brasileiro, e verificar que pontos podem ser melhorados.

Esse movimento já pode ser identificado por meio de estatística, ao observarmos a inclusão dos estudantes negros na universidade, que se amplia ano a ano. De acordo com o Censo de Educação Superior em 2019⁸, 42,6% dos estudantes que ingressaram nas universidades nesse mesmo ano eram brancos. Em comparação, 31,1% eram autodeclarados pardos, 7,1% eram pretos e 0,7%, indígenas. Uma pesquisa realizada em 2020 pelo site Quero Bolsa⁹ apontou que, entre 2010 e 2019, houve um aumento de 400% no número de pessoas negras matriculadas no ensino superior. Outra pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, mostra que 50,3% das pessoas pretas ou pardas que frequentam o ensino superior vieram da rede pública de ensino.

Nas universidades públicas, o cenário também já se transformou. Em 2018, por exemplo, a USP tinha reserva de 37% de vagas para alunos cotistas. Em 2021, o número já chegou a 50%. Nessas universidades, como já dito, as modalidades de cotas também são distintas. Enquanto a USP e a Unesp têm reserva de vagas para alunos de escola pública e com critérios étnico-raciais, a Unicamp, por outro lado, tem apenas cotas étnico-raciais. As outras formas de ingresso que visam aumentar a diversidade da instituição, como bonificação de pontos para alunos da rede pública e o vestibular destinado especificamente para pessoas indígenas, são chamadas pela instituição de ações afirmativas, uma vez que não há reserva de vagas para esses candidatos.

O tema apresentado neste projeto se torna importante também por preencher uma lacuna no produto audiovisual jornalístico sobre tal política pública, fato percebido pelas alunas durante a busca por material sobre o assunto. Os resultados encontrados focaram a Lei 12.711 e seu significado social, mas as produções foram realizadas sobretudo por veículos do jornalismo impresso e on-line, e dificilmente pelo audiovisual¹⁰.

⁸ Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁹ Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/matriculas-de-negros-no-ensino-superior-crescem-quase-400-em-dez-anos>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

¹⁰ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-importancia-da-lei-de-cotas-para-a-magistratura/> Acesso em: 25 de ago 2022

Assim, para abordar as trajetórias de estudantes que entraram por cotas nas universidades paulistas que estão estudando e já se formaram, como dito, tivemos como objetivo produzir uma websérie de três episódios, voltados a sociedade em geral, mas principalmente aos vestibulandos, para que possam entender como funciona o sistema de cotas, e para os próprios universitários, dando ênfase no impacto resultante dessas políticas educacionais.

A websérie é um produto direcionado exclusivamente para a internet (CÂNDIDO, LEAL, ZANETTI, 2014). Escolhemos esta modalidade uma vez que nosso público-alvo, jovens de 15 a 25 anos, têm uma presença significativa nesse meio digital. Segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil¹¹, dos 2.954 jovens entre 9 e 17 anos, entrevistados entre outubro de 2019 a março de 2020, sobre quais atividades realizam na internet, 86% responderam que assistem a vídeos, programas, filmes ou séries. Por meio dessa mesma pesquisa, foi identificado que 58% dos jovens usam exclusivamente o celular para acessarem a internet. Esse fator torna a escolha do gênero audiovisual pertinente para o projeto.

Além disso, o resultado do trabalho, publicado no YouTube, teve ainda divulgação no Instagram, rede social conhecida por ter imagens e vídeos como produto principal, e é bastante acessada por jovens. Segundo o relatório Digital 2022 Global Overview Report, realizado pelas empresas We Are Social e Hootsuite, o Instagram é a segunda rede social mais utilizada no mundo, perdendo apenas para o WhatsApp. De acordo com o estudo, os brasileiros passam, em média, 15.6 horas por dia no aplicativo. A média mundial é de 11.2 horas.¹² O mesmo estudo aponta que o Brasil é o terceiro maior país, perdendo da Tailândia e das Filipinas, que acessa a internet, com 10.19 horas por dia¹³.

1.4. Processo de apuração

A Lei nº 12.711, sancionada em agosto de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff, garantiu 50% das vagas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos vindos integralmente

¹¹ Disponível em https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_eletronico.pdf
Acesso em: 21 de jun 2022

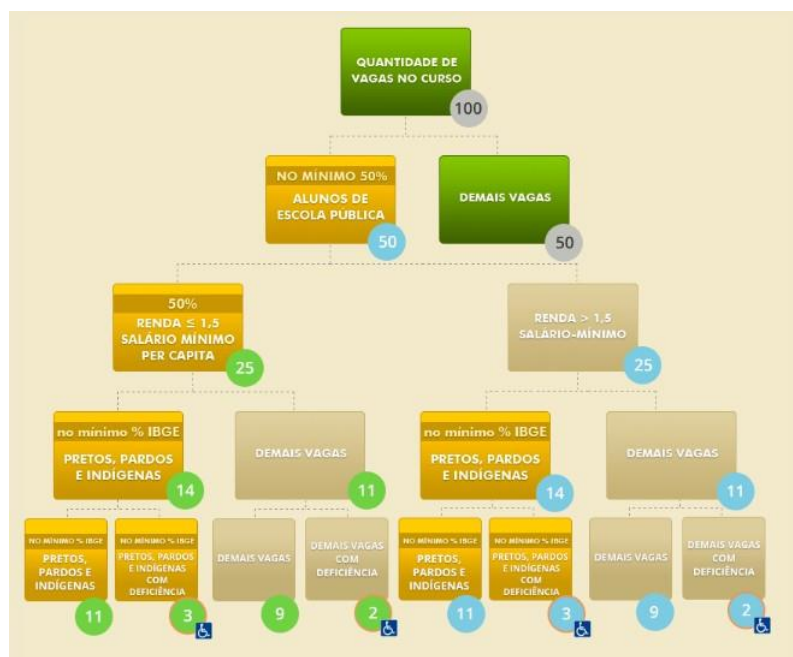
¹² Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2022-instagram-headlines> Acesso em: 20 de set 2022

¹³ Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report> Acesso em: 20 de set 2022

do ensino médio público regular ou com o diploma do ensino médio obtido por meio do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e do Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), contanto que tenham cursado o ensino fundamental em instituições públicas.¹⁴ As cotas são divididas para esses alunos em duas faixas: 25% das vagas direcionadas para estudantes com renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo per capita e os outros 25% para estudantes com renda familiar superior a esse valor. Dentro dessas vagas, há ainda um percentual mínimo para a soma de pretos, pardos, pessoas com deficiência e indígenas no estado, proporcional à população, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) daquele ano. O quadro abaixo, retirado do site do MEC, exemplifica essa distribuição:

Figura 1: Gráfico da distribuição de vagas através do sistema de cotas.

Fonte: Portal MEC



O critério utilizado para as cotas raciais é a autodeclaração, enquanto a renda deve ser comprovada por documentação, com regras estabelecidas pela instituição e documentos mínimos pelo MEC. Importante dizer que a lei foi aplicada de maneira gradual; em 2013, foi necessário reservar pelo menos 12,5% do número de vagas

¹⁴ Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2012.711%20F2012,educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos>. Acesso: 16 de out 2022

ofertadas anualmente. O objetivo foi conseguir que metade dos postos fosse ocupada por cotistas até 2016.

A Lei de Cotas é válida apenas para instituições de ensino superior público federal. No entanto, as universidades públicas estaduais de São Paulo adotaram, com diferentes critérios, ações afirmativas em seus vestibulares, como veremos a seguir.

USP

Incluiu o sistema de cotas em seu processo seletivo em 4 de julho de 2017 e foi implementada no ano seguinte, em 2018. O processo foi feito de maneira gradativa, para alunos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Em 2018, foram distribuídas 37% das vagas para cotistas em cada curso. Já em 2019, 40% das vagas foram reservadas e, em 2020, esse número subiu para 47,8%. No ano de 2021, 51,7% dos novos alunos da universidade tinham origem no ensino público: das 10.992 pessoas matriculadas como ingressantes, 5.678 vieram de escolas públicas e, desses, 2.504 são pretos, pardos e indígenas (PPI). Já em 2022, das 10.901 vagas preenchidas, 5.468 são alunos que vieram de escolas públicas e, destes, 1.969 são pretos, pardos e indígenas. Caso o estudante tenha escolhido vagas PPI, por exemplo, ele disputa a vaga dentro dessa modalidade e apenas com pessoas que também a escolheram. Ou seja, a pessoa PPI não concorrerá a um posto no curso de medicina, por exemplo, com ampla concorrência, mas sim com outros candidatos à mesma graduação que se autodeclararam PPI.

Em agosto de 2022, a USP divulgou em seu site oficial¹⁵ a aprovação de critérios de avaliação da Comissão de Heteroidentificação para o ingresso em 2023, tanto por meio do vestibular regular, pela Fuvest, quanto na modalidade de ingresso

Sisu. Foi definido que a banca será composta por um docente, um servidor técnico-administrativo, um aluno de graduação e um de pós-graduação, indicados pela Coligação dos Coletivos Negros da universidade, e um representante da sociedade civil.

Para os estudantes que ingressaram via vestibular da Fuvest, a primeira etapa da heteroidentificação será por meio de uma foto fornecida pelo aluno, por duas bancas. Caso essa autodeclaração não seja confirmada nessa análise, os candidatos serão convocados para averiguação pessoal, realizada por uma única banca, e deverão ler sua

¹⁵ Disponível em:

<https://jornal.usp.br/institucional/usp-define-criterios-de-atuacao-da-comissao-de-heteroidentificacao-no-vestibular/> Acesso em: 18 de set 2022

autodeclaração de pertença racial para os avaliadores, que será gravada. Caso a maioria dos membros da banca não confirme que o candidato pertença a esse grupo étnico-racial, o aluno será considerado inapto ao uso das cotas.

Já para os ingressos através do Sisu, a comissão avaliará a autodeclaração dos candidatos convocados para a matrícula através de oitivas virtuais, nas quais o candidato não poderá utilizar nenhum acessório ou maquiagem que dificulte ou altere a observação e filmagem de suas características fenotípicas. Caso não seja possível confirmar a autodeclaração, o candidato deverá comparecer ao campus do Butantã para uma avaliação presencial e, se ainda sim a autodeclaração não for ratificada, ele terá o direito à interposição do recurso.

Dessa forma, está claro que a banca avaliará as características fenotípicas dos estudantes que desejam ingressar na universidade por meio das cotas raciais. Tal medida foi imposta uma vez que, desde a adoção da política na USP, a instituição recebeu cerca de 200 denúncias de supostas fraudes cometidas, o que causou várias invalidações de matrículas de alunos ao longo do tempo. Até então, a universidade não verificava a autodeclaração dos vestibulandos.

Unicamp

Incluiu o sistema de cotas em novembro de 2017, porém a modalidade só foi implantada no vestibular de 2019. A universidade entende como cotas a reserva de vagas para um determinado grupo e, portanto, é possível dizer que oferece apenas cotas raciais para autodeclarados pretos e pardos. Nessa reserva, no mínimo 20% das vagas do ingresso por meio do Enem e outros 15% das vagas, no mínimo, do vestibular regular são para estudantes negros. Até 2022, esse sistema beneficiava alunos tanto de escola pública quanto de particulares. Mas o Conselho Universitário (Consu) da Unicamp definiu que, a partir do vestibular 2023, a universidade passará a oferecer cotas raciais apenas a alunos autodeclarados pretos e pardos de escola pública. Em entrevista ao g1¹⁶, o diretor da Comvest, José Alves de Freitas, afirmou que a decisão veio a partir do aumento da diferença entre o rendimento de alunos de escolas públicas e os de particulares.

¹⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/educacao/noticia/2022/10/04/entenda-decisao-da-unicamp-que-exclui-pretos-e-pardos-de-escolas-particulares-no-ingresso-via-enem-para-o-vestibular-2023.ghtml> Acesso em 20 de out 2022

A Unicamp também oferece outras iniciativas de ações afirmativas, para inclusão social, como bonificação para alunos que cursaram a rede de ensino pública e o vestibular indígena. Saiba mais sobre essas modalidades abaixo:

Profis (Programa de Formação Interdisciplinar Superior): 120 vagas para alunos da rede de ensino público de Campinas que finalizaram um curso de dois anos na Unicamp, sem a necessidade de prestar o vestibular. Fazendo uma estimativa com os dados disponibilizados no site da universidade, que indicam que a Unicamp tem mais de 30 mil alunos de graduação, essas vagas representam apenas 0,34% do total de estudantes.

Paais (Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social): alunos que cursaram o ensino fundamental e/ou ensino médio em escola pública recebem, na primeira e segunda fase do vestibular, pontos que ajudarão na classificação final do vestibular: 20 pontos para quem cursou integralmente o ensino fundamental II na rede pública, 40 pontos para quem cursou integralmente o ensino médio na rede pública, e 60 pontos para quem cursou ambos integralmente na rede pública.

Enem-Unicamp: destinado a candidatos que estudaram o ensino médio inteiramente em escolas públicas e vão realizar o Enem. É possível concorrer pelo vestibular da Unicamp ou então pelo Enem, porém os estudantes devem se cadastrar em ambos.

Vestibular indígena: São ofertadas 130 vagas para candidatos que pertencem a alguma etnia dos povos originários do território brasileiro e estudaram o ensino médio completo em escola pública. Segundo o site da universidade, no ano de 2021, com os novos estudantes, a universidade tem mais de 200 alunos indígenas, de 40 etnias.

Ao longo dos anos, na Unicamp, 3.340 jovens negros se matricularam na universidade por meio do sistema de cotas, tanto pelo vestibular regular quanto pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que leva em conta a nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Nas outras ações afirmativas, que incluem bonificação de pontos para estudantes vindos de escola pública e o vestibular indígena, que tem um número fechado de vagas, foram 6.071 e 238 alunos, respectivamente, totalizando 6.309 matriculados na universidade. Portanto, a soma de estudantes beneficiados com essas ações na Unicamp é de 9.649, de acordo com informações obtidas com a própria universidade.

Unesp

Foi a primeira estadual paulista a implementar o sistema de cotas aprovado pela Lei 12.711, em agosto de 2013, passando a valer no vestibular de 2014. Inicialmente, havia apenas 15% de reserva das vagas para candidatos da rede pública de ensino, mas, a partir de 2016, esse valor aumentou para 50%. Dentro desses 50% destinados ao ensino público, 35% são para alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Para isso, é necessário apresentar autodeclaração de etnia assinada pelo candidato ou pelo responsável, caso ele seja menor de idade. A inscrição é feita juntamente ao vestibular, e o candidato deve indicar que está ciente da autodeclaração e que pode ser pedida a comprovação para verificar a veracidade dela a qualquer momento. Para os indígenas, é necessário apresentar uma declaração de vínculo com a comunidade indígena brasileira assinada por três lideranças da comunidade e que esteja certificada pela unidade local ou pela Funai. Não há vagas oferecidas através do Sisu.

Desde então, foram 27,7 mil estudantes da Unesp beneficiados pelas cotas. Atualmente, a universidade tem 18.170 mil alunos cotistas matriculados, sendo 12.464 egressos de escolas públicas e 5.706 na mesma condição, mas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

1.5. Seleção de fontes

Começamos a desenhar os perfis das possíveis fontes que iríamos entrevistar durante o sétimo período, no desenvolvimento do projeto, no primeiro semestre de 2022. Assim, buscamos alguns perfis de cotistas: alunos de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Decidimos não abordar cotas para pessoas com deficiências já que nem todas as universidades escolhidas apresentam esse tipo de reserva.

A partir de nossos contatos pessoais e de divulgação nas nossas redes sociais, Instagram e Twitter, foi realizada uma busca por possíveis fontes e, em seguida, entramos em contato com os selecionados. Em uma conversa inicial com as pessoas que mostraram interesse em participar da websérie, ouvimos suas histórias e, a partir disso, fomos selecionando temas que deveriam ser debatidos no produto. No decorrer dos meses, porém, alguns desses “personagens” inicialmente selecionados não foram novamente entrevistados, devido a imprevistos como períodos de férias distintos entre as universidades, em consequência da pandemia de Covid-19, impossibilidade de horários compatíveis com o grupo e desistências, e outros tiveram de ser encontrados.

Além dos estudantes, fontes especialistas também foram inicialmente selecionadas, no desenvolvimento do projeto. O grupo encontrou dificuldades no contato com essas pessoas, muitas vezes por demora no retorno ou pela ausência de resposta à solicitação de entrevista. Assim, no segundo semestre de 2022, tivemos de buscar novos nomes, por meio de contatos pessoais, como veremos melhor a seguir. Ao todo, os três episódios contam com 10 “personagens” e 4 especialistas.

O grupo buscou durante todo o processo trazer um equilíbrio na diversidade de fontes, tanto para os especialistas quanto para os “personagens”. Para estes últimos, foram escolhidos cinco homens e cinco mulheres, sendo quatro pessoas negras, duas indígenas e quatro pessoas brancas, representando ainda os três tipos de cotas abordadas na websérie: racial, indígena e para alunos de escola pública. Já nos especialistas, três dos quatro escolhidos são negros, e duas delas são mulheres. O grupo buscou uma especialista indígena para abordar os desafios específicos desse grupo, porém não obteve sucesso em encontrar uma fonte adequada que respondesse aos convites para participar da websérie.

Foram criados roteiros-base para a condução das entrevistas, revisados e aprovados pela orientadora do grupo. As perguntas abordadas buscavam compreender de forma ampla a experiência do aluno, como o ingresso à universidade por meio das cotas, possíveis passagens por bancas de heteroidentificação, dificuldades encontradas durante os anos de estudo, benefícios que lhes foram concedidos para a permanência na instituição, questões familiares e os impactos que a política pública de reserva de vaga causou em suas vidas.

Já para os especialistas, as perguntas foram direcionadas de modo a tentar entender como funciona a política de cotas nas universidades e o efeito delas na vida dos estudantes e na própria instituição e, principalmente, buscar respostas a questionamentos ou declarações feitas pelos cotistas.

Após as entrevistas com todos os cotistas, o grupo tentou entrar em contato com as três universidades para um posicionamento oficial sobre questões pontuais do processo de heteroidentificação, denúncias realizadas pelos alunos e esclarecimento de dúvidas sobre as bolsas-auxílio e sobre a condição da moradia estudantil, entre outros assuntos, mas o grupo não teve respostas a todos os seus questionamentos por parte das três universidades. Apenas alguns pontos foram respondidos, por e-mail; houve ainda a indicação de leitura de textos institucionais, das universidades. Por fim, nos foi indicado

que procurássemos outros departamentos das instituições, o que foi feito. Mas não houve resposta nesse caso.

A seguir, apresentamos as fontes que entrevistamos em nosso projeto, de acordo com os episódios, e o modo como foram contactadas:

Episódio 1

Os estudantes

Heitor Condi

Estudante do último ano de psicologia da Unesp, o aluno é cotista racial e afirma ter tido problemas com a banca avaliadora para cotistas raciais, por seus requisitos não claros. Conseguimos o contato por meio de uma recomendação de um conhecido de uma das integrantes do grupo via WhatsApp. O aluno, que é de São Paulo mas mora em Bauru, devido à faculdade, foi um dos últimos a serem entrevistados, por conta da distância entre Campinas e a cidade onde estuda. A entrevista foi realizada em São Paulo durante uma visita dele à família, no mês de setembro.

Mawa Yaluike.

Mawa é estudante indígena da Unicamp, do curso de geografia, e veio do estado de Mato Grosso para estudar. Conseguimos entrar em contato com ele por meio de uma feira indígena em que uma das integrantes foi, o encontrando ali. Conversamos com o aluno pelo WhatsApp e marcamos a entrevista para a terceira semana de agosto, já que ele reside em Campinas (SP).

Luíza Moura

Luíza é natural de São Paulo e estuda midialogia na Unicamp desde 2020. Ela entrou na universidade com cota racial, e foi indicada por uma colega de trabalho de uma das integrantes. O contato foi feito pelo WhatsApp, no mês de setembro, e a entrevista foi marcada logo em seguida. Ela conta na websérie sobre sua experiência na banca de heteroidentificação, que, para ela, ocorreu sem problemas.

Demais fontes

Najara Costa

Socióloga pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). É pesquisadora das

relações raciais, especialista na análise dos métodos e processos de heteroidentificação. O contato foi feito por uma das integrantes por meio do Instagram, em que a especialista passou o seu WhatsApp pessoal. A entrevista foi realizada em agosto.

Noel Carvalho

O professor de midialogia da Unicamp fez parte da luta pela implementação das ações afirmativas raciais na universidade em 2016 e participou da formação da banca de heteroidentificação da universidade. O contato foi feito por uma das integrantes do grupo via WhatsApp, após uma colega de trabalho ter encaminhado o contato. A entrevista ocorreu em setembro.

Juarez Tadeu de Paula Xavier

O professor de jornalismo na Unesp é militante do movimento negro. Com mestrado e doutorado pela USP, ele é coordenador do Núcleo Negro Unesp para a Pesquisa e Extensão (Nupe). Fez parte da banca de heteroidentificação da Unesp até os anos 2000 e hoje integra a área de gestão de permanência dos alunos que utilizaram as cotas para entrar na universidade. O contato foi feito por uma das integrantes após a orientadora do projeto ter conseguido o seu número, por meio de conhecidos. A conversa ocorreu em outubro.

Denise Carreira

Denise é mestre e doutora em educação pela USP. É pesquisadora sobre políticas de cotas e faz parte da Ação Educativa, uma associação civil sem fins lucrativos voltada à educação. Uma das integrantes conseguiu o contato da pesquisadora por meio da editora pública da Associação de Jornalistas em Educação, Marta Avancini. A entrevista foi feita em setembro.

Episódio 2

Os estudantes

Bianca Cavichioli

Bianca é estudante de ciências sociais na Unicamp e entrou na universidade por meio do Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social (Paais), que oferece bonificação de pontos no vestibular. Ela mora em uma pensão com outras estudantes e se sustenta por meio de bolsas-auxílio fornecidas pela universidade. O contato foi feito

inicialmente durante um aniversário de uma amiga das participantes, em que ela também estava, e uma das integrantes entrou em contato através do Instagram para combinar os detalhes da entrevista, que ocorreu no mês de setembro.

Leonardo Coelho

Formado em Educação Física na USP, Leonardo é cotista de escola pública. Entramos em contato via WhatsApp, já que o aluno era um conhecido de uma das integrantes do grupo. A entrevista foi realizada no início de outubro em Ribeirão Preto, quando o aluno teve disponibilidade.

Vera Lúcia Aguiar Moura

Estudante de História na Unicamp. Ela entrou na universidade por meio do vestibular indígena em 2021 e atualmente reside na moradia estudantil da Unicamp. É originária do Amazonas e faz parte do povo Tukano (Ye'pa Mahsõ). Conseguimos entrar em contato com ela por meio de um membro do coletivo indígena, que indicou Vera para fazer parte do nosso TCC. Fizemos duas entrevistas com ela, em setembro e outubro.

Outras fontes

Nesse episódio, Juarez Xavier, Najara Costa e Denise Carreira também foram ouvidos.

Terceiro episódio

Os estudantes

Carlos Eduardo Santos

Carlos está em seu último ano no curso de administração na Unesp. O grupo entrou em contato com ele por meio de um formulário criado e encaminhado para diversos amigos e família, que foi compartilhado em vários grupos do WhatsApp, no mês de julho. O objetivo era conseguir levantar fontes cotistas. Carlos preencheu o formulário e o contato foi feito logo em seguida. A entrevista ocorreu em agosto.

Claudia Rodrigues

Cláudia é matemática formada pela USP e entrou na universidade através das cotas de ensino público. Ela atualmente é doutoranda de matemática e recebeu uma

bolsa para estudar na University of Florida, nos Estados Unidos. O contato foi feito por uma das integrantes, por meio de um produtor da EPTV de Ribeirão Preto, que havia realizado uma matéria com a aluna. A entrevista foi feita em duas partes. A primeira, no mês de julho, em sua casa. A segunda foi de forma online, devido à mudança da estudante para outro país, em outubro.

Isis Gutierre

A aluna do quarto ano de psicologia é cotista de escola pública na USP. O contato foi feito via WhatsApp por uma das integrantes, que é amiga da estudante. A entrevista foi realizada em setembro.

Michael Deboni

Michael é estudante do último ano do curso de Letras na Unicamp e entrou na universidade pelas cotas raciais. O contato foi feito por meio de uma amiga das integrantes, que conhecia o aluno. Ele entrou duas vezes na Unicamp, uma vez antes e outra depois da implementação de cotas na universidade e conta sua experiência em ambos os casos. Aprovado inicialmente em 2017, abandonou o curso e voltou a prestar o vestibular. A conversa ocorreu em agosto.

Outras fontes:

Nesse episódio, Najara Costa e Denise Carreira também foram ouvidos.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Neste segundo capítulo, tratamos do desenvolvimento do conteúdo jornalístico, até que se chegasse ao produto final. A websérie “12.711: As cotas nas universidades estaduais de São Paulo” foi produzida em um cenário pós-pandemia, um momento que as universidades escolhidas estavam repondo o tempo de aula que foi perdido pelos alunos. Expomos o processo de entrevistas, as dificuldades que encontramos, e de edição da vinheta e dos episódios, além dos custos na elaboração da websérie e da proposta de divulgação do produto, incluindo a escolha de sua identidade visual.

2.1. Desenvolvimento da produção

Por conta das férias nas universidades escolhidas e da rotina de estágio das alunas, o primeiro questionamento feito por nossa orientadora, ainda em julho, foi sobre como seriam feitas as entrevistas com as fontes pré-selecionadas. Diante disso, entramos em contato com os cotistas que moravam na cidade de Ribeirão Preto (SP) e na Região Metropolitana de Campinas (RMC) a fim de saber os horários em que se disponibilizavam a serem entrevistados e como isso podia se adequar ao dia a dia das integrantes. Percebemos que seria possível a realização de entrevistas presenciais, que era nosso maior objetivo.

Nossa orientadora, uma vez ciente da rotina das integrantes, formulou junto ao grupo um cronograma, que contava com todo o processo, desde contato com fontes e gravações até a edição da websérie. Dessa forma, o grupo pôde se organizar, e optou-se por três entrevistas por semana, iniciando logo na terceira semana de agosto. Mesmo com cronograma apertado, o grupo pôde ter uma melhor noção do tempo necessário para o desenvolvimento do produto, e conseguir uma melhor organização.

A primeira entrevista do grupo aconteceu no dia 16 de julho, com Claudia Rodrigues, matemática formada pela USP e doutoranda na University of Central Flórida, nos Estados Unidos. Como dito, a fonte foi recomendada por um dos produtores da EPTV, local no qual o grupo faz estágio, uma vez que ela, que entrou na universidade pelas cotas, havia cedido entrevista para a TV sobre ter tido a oportunidade de estudar fora do país. Foram realizadas duas entrevistas com a estudante, uma antes da mudança para os Estados Unidos e outra, de forma online, três meses depois, sobre

suas experiências no país como doutoranda. Essa primeira entrevista serviu como modelo e parâmetro para que o grupo entendesse a dinâmica necessária de gravações.

Nessa primeira entrevista, uma das dificuldades encontradas pelo grupo foi a falta de equipamentos de suporte das filmagens. A entrevista foi realizada apenas por uma integrante do grupo, devido ao fato da fonte estar localizada na sua cidade natal e ter ocorrido no seu período de férias do trabalho e faculdade. Ainda sem tripé ou lapela, a integrante encontrou dificuldades em manter a câmera fixa em um lugar enquanto realizava a entrevista, o que acabou gerando algumas imagens tremidas. Outro problema foi em relação ao áudio, que foi gravado pelo microfone da câmera e pelo fone de iPhone da integrante, o que gerou um pouco de eco, mas não afetou tanto a qualidade da entrevista.

O uso da lapela se tornou um problema na próxima entrevista, realizada com Carlos Eduardo novamente em Ribeirão Preto, na biblioteca Sinhá Junqueira, onde o aluno costuma estudar. Apesar de agora contar com microfone de lapela para a entrevista, o grupo não sabia se ele funcionaria de forma diferente em celulares iPhone. Somente após a gravação notou-se que o som gravado pela lapela havia “estourado”, deixando apenas o áudio gravado pela câmera como opção viável. Em ambos os casos não foi possível gravar uma segunda entrevista, devido à mudança de Cláudia para os Estados Unidos e a indisponibilidade de encontro com Carlos.

Também por conta de problemas técnicos, com imagens e com o microfone, foi necessário gravar uma segunda entrevista com os alunos Mawa Yaluike e Vera Lúcia Aguiar Moura, que entraram pelo vestibular indígena da Unicamp. Em cada entrevista participaram duas integrantes, que se dividiram entre a condução da conversa e a responsabilidade de cuidado com câmera e áudio. O grupo percebeu que ambos os estudantes estavam um pouco tímidos e retraídos na primeira entrevista, principalmente Mawa, mas que se sentiu confortável o suficiente na segunda entrevista para tirar a máscara de proteção contra a Covid-10. Já com a Vera, notou-se que algumas imagens realizadas na primeira gravação, realizada na moradia estudantil onde vive, foram apagadas acidentalmente e que o áudio havia falhado em algumas partes. Por isso, foi realizada uma segunda entrevista, novamente em sua casa.

Ainda em relação a esses personagens, ao entrar em contato com os diretores de um coletivo indígena em busca de fontes para o TCC, uma das integrantes foi surpreendida com uma pergunta sobre o quanto o grupo estaria disposto a pagar ao estudante a ser ouvido. O grupo negou qualquer pagamento em troca de uma entrevista

e, após explicar que o projeto se tratava de um trabalho acadêmico e sem fim lucrativo, o contato de uma das fontes entrevistadas no projeto foi dado. Acreditamos que o coletivo não havia compreendido bem que se tratava de uma reportagem, ou seja, algo de caráter jornalístico.

O grupo também escolheu, com apoio da orientadora do projeto, realizar entrevistas online com os especialistas selecionados para compor a websérie. Najara Costa, Juarez Xavier e Denise Carreira foram entrevistados através da plataforma zoom, com encontros de aproximadamente 50 minutos cada. A decisão foi tomada devido à dificuldade de deslocamento de ambas as partes, integrantes e fontes, para um encontro presencial. E também pela possibilidade de conversar com fontes especializadas que não fossem moradores da RMC. O entrevistado Noel Carvalho foi o único especialista a ser entrevistado presencialmente, uma vez que era de fácil acesso, por ser professor da Unicamp. É importante ressaltar que o grupo conseguiu conversar com representantes da Unicamp e da Unesp para o projeto, mas não obteve sucesso com a USP, com quem teve dificuldade de maior diálogo durante todo o processo de produção do projeto.

Outro problema encontrado pelo grupo foi em relação às dificuldades de conseguir permissões para gravar em ambientes externos. Durante a entrevista com Heitor, em uma área livre do Centro Cultural São Paulo, o encontro foi interrompido após um segurança notar a presença de uma câmera no lugar. Apesar de no site afirmar-se que é permitido gravações sem fins lucrativos em áreas livres, pisos expositivos e bibliotecas, fomos obrigadas a guardar nossos equipamentos e conversar com a equipe de segurança até sermos direcionadas para um local indicado por eles, onde tivemos permissão para a gravação, ainda que fôssemos acompanhadas pelos guardas, mesmo que de longe. Já durante as gravações da moradia estudantil da USP, em Ribeirão Preto, encontramos dificuldades de acessar o ambiente, nos sendo informado que apenas com permissão da universidade a filmagem poderia ser realizada. De todo modo, conseguimos captar algumas imagens, que foram suficientes para cumprir nossos objetivos.

Todas as entrevistas foram gravadas pelas próprias alunas. Essa decisão foi tomada pelo próprio grupo devido à falta de oportunidades de trabalhar com o gênero audiovisual durante a graduação por conta, principalmente, da pandemia da Covid-19. Apesar de encontrar diversas dificuldades durante a produção do projeto, o grupo entendeu que essa experiência foi importante para conseguir colocar em prática o que foi ensinado nas aulas de documentário e telejornalismo. Mesmo não utilizando o

recurso do Labis (Laboratório de Imagem e Som) da faculdade, as integrantes buscaram conversar com os cinegrafistas e editores para entender a forma correta de utilizar a câmera, os melhores planos para gravar as entrevistas, o uso correto da lapela e como gravar as imagens de apoio, entre outras orientações.

Sempre que possível, o grupo procurou realizar imagens em duas câmeras, e se preocupou ainda com imagens de cobertura, gravando os estudantes nos ambientes das universidades em que essa captação de imagens fosse possível (caso de salas de aula vazias e espaços ao ar livre). Pedimos ainda que eles gravassem imagens de si em suas universidades, quando não pudemos estar ali, e em seus ambientes de trabalho e estudo, e que nos enviassem fotos de arquivo (que se tornou um elemento bastante usado nos episódios, já que a qualidade das gravações feitas pelos “personagens” nem sempre foi satisfatória, por conta da falta de luz, por exemplo).

Na última quinzena de setembro, o grupo se dividiu para começar as decupagens das entrevistas. Enquanto esse processo era realizado, foram discutidas em grupo a estrutura de cada roteiro, para decidir os temas debatidos e sua ordem, e quais falas entrariam ou não. Os roteiros foram então apresentados à orientadora semana a semana, até o meio do mês de outubro, e a professora avaliava a estrutura e pedia as devidas correções, para serem apresentadas na orientação seguinte. Assim, alguns entrevistados, que inicialmente participariam de determinado episódio, passaram a compor o elenco de outro, por conta de aspectos de sua trajetória. Tentamos ainda que os episódios apresentassem algum equilíbrio entre os estudantes das três universidades e entre os gêneros e, sempre que possível, também por meio do tipo de cota utilizado.

Em todos os roteiros, buscamos que a abertura apresentasse, além da vinheta do projeto (com o título escrito em uma lousa, representando que o trabalho traz um tema de educação) imagens do ambiente universitário, incluindo a moradia estudantil (no caso do segundo episódio). Além disso, a apresentação dos personagens sempre foi feita por meio de “sonora” em off, com imagens de cobertura em que eles se locomovessem ou aparecessem de forma mais descontraída, em ambientes acadêmicos, em suas casas ou em moradias estudantis. Eles dizem o nome, idade, onde estudam, que curso fazem e por qual cota entraram. O objetivo foi apresentar esses sujeitos de forma mais intimista. No restante dos episódios, buscou-se certa divisão temática (em geral, com três blocos) e, no final do primeiro e do segundo vídeo, a ideia foi que a última “sonora” pudesse remeter ao tema trabalhado no episódio seguinte.

No primeiro episódio, intitulado “Sejam bem-vindos(as)”, tal como previsto, procuramos entender o processo de entrada nas universidades, trazemos as histórias de Heitor Condi, cotista racial da Unesp e estudante de psicologia, Luiza Moura, cotista racial da Unicamp e estudante de midialogia, e Mawa Yaluike, estudante de geografia que entrou na Unicamp por meio do vestibular indígena. No roteiro, são abordados os processos referentes à banca de heteroidentificação, de acordo com as suas experiências, e os problemas encontrados, como a falta de informação sobre o que a banca observaria no estudante, mas também as sensações positivas despertadas pelo processo. No caso do estudante indígena, falou-se sobre a dificuldade enfrentada pelo aluno no envio de documentos à universidade, por falta de acesso à internet, por exemplo. Abordou-se ainda o início da política de cotas em nível nacional.

O segundo episódio, intitulado “Entrei, e agora?”, focou, também como havia sido projetado, nas políticas de permanência oferecidas pelas universidades para os estudantes. Nesse episódio, os personagens são Vera Lúcia Aguiar, estudante de história que entrou na Unicamp por meio do vestibular indígena, Leonardo Coelho, vindo do ensino público no ensino médio, graduado em educação física e mestrando na USP, e Bianca Cavichioli, estudante de ciências sociais da Unicamp que entrou na universidade por meio do Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social (Paais), que oferece bonificação de pontos no vestibular. Nesse episódio, eles contam sobre os auxílios que recebem ou tiveram das respectivas universidades, sejam bolsas estudantis vinculadas a um trabalho realizado pelo aluno na instituição, sejam moradias estudantis (a universidade oferece um espaço para que estudantes habitem durante a sua graduação). Notamos que as políticas ainda são insuficientes, e que os cortes de bolsas de estudo, em nível federal, colaboram para que os estudantes tenham problemas para conseguir sustento financeiro. Procuramos as universidades, para que nos falassem sobre o orçamento destinado a essas ações, mas não obtivemos resposta.

Para o terceiro e último episódio da websérie documental, chamado de “Valeu a pena!”, fizemos um balanço do impacto do sistema de cotas brasileiro, verificando com as fontes apresentadas, estudantes, especialistas e também representantes das universidades, o que ainda deve melhorar no sistema e como a política pública impactou a vida desses alunos. Por conta da diversidade de histórias, optamos por apresentar quatro estudantes nesse episódio: Isis Gutierrez, estudante de psicologia na USP, beneficiária das cotas de ensino público, Michael Deboni, estudante de Letras na Unicamp, cotista racial, Cláudia Rodrigues, matemática pela USP e doutoranda em

matemática, com bolsa na University of Central Florida, e Carlos Santos, estudante de administração da Unesp por meio das cotas raciais. Procuramos demonstrar aqui as mudanças ocorridas na vida desses estudantes e de suas famílias.

Por fim, conscientes de que o produto, uma websérie documental, estaria voltado para a internet, as integrantes decidiram produzir conteúdo para a rede de forma simultânea ao processo de gravação. Dessa forma, foi criado um instagram (@lei.12711) como forma de divulgação do trabalho, no qual foram gravados vídeos e fotos com as fontes mostrando o contexto em que a pessoa foi entrevistada. Foram mostrados também os bastidores da edição e compartilhados links de entrevistas e reportagens sobre a Lei de Cotas e seus impactos publicados em outras fontes de informação. Por isso, ainda no mês de agosto, o grupo produziu a vinheta do projeto, com o auxílio do laboratório de edição da universidade, para que ela pudesse ser utilizada nesse material.

2.2. Processo de edição

Como apresentado no cronograma que nossa orientadora fez junto ao grupo, inicialmente o processo de edição da websérie estava programado para a terceira semana de outubro, com fim previsto para a segunda semana de novembro. Com o cronograma em mãos, fomos ao Labis, no início de agosto, para agendarmos as datas das edições. Os agendamentos foram feitos com antecedência visando à dificuldade de marcar horários no fim do semestre, quando mais estudantes têm de finalizar seus trabalhos acadêmicos.

A edição dos episódios foi realizada durante as quatro semanas previstas, e teve como editora Carolina Manzoni. Foram realizadas três edições por semana, entre os dias 17 de outubro e 8 de novembro. Durante esse processo, o grupo encontrou algumas dificuldades na composição dos episódios. Com a estruturação dos vídeos, em uma primeira edição, o grupo e a orientadora observaram que era necessário realizar algumas alterações, para correções no ritmo da história e na conexão das falas, em busca de um melhor encadeamento das ideias nos episódios. Foi durante essas análises que o grupo percebeu a necessidade de usar mais imagens de cobertura, além das que estavam previstas nos roteiros, ou então trocar as que estavam presentes por outras que pudessem ir ao encontro do que os personagens estavam falando.

Foi a partir da edição que o grupo percebeu que o áudio do Carlos não estava bom o suficiente para o projeto. Enquanto o áudio da lapela estava estourado, o áudio da

câmera captava sons externos diversos, como o barulho do vento, pessoas falando e pássaros cantando, deixando a fala comprometida. Foi então sugerido pela editora Carolina que ambos os áudios passassem por uma edição por uns dos técnicos do Labis para aperfeiçoamento. A partir daí, o áudio da lapela de Carlos se tornou mais limpo e foi escolhido como a melhor opção para compor o episódio. Foram produzidos também por Carolina infográficos e artes para compor os episódios, conforme previsão original do roteiro, conforme vemos abaixo, de forma que certas informações pudessem ficar mais claras (Figura 3, 4 e 5).

Conforme o projeto foi se encaminhando e passando pela orientadora, diversas modificações foram realizadas para adequar as informações de forma mais correta e compreensível possível.

Figura 2: vinheta de abertura. Fonte: Print de tela

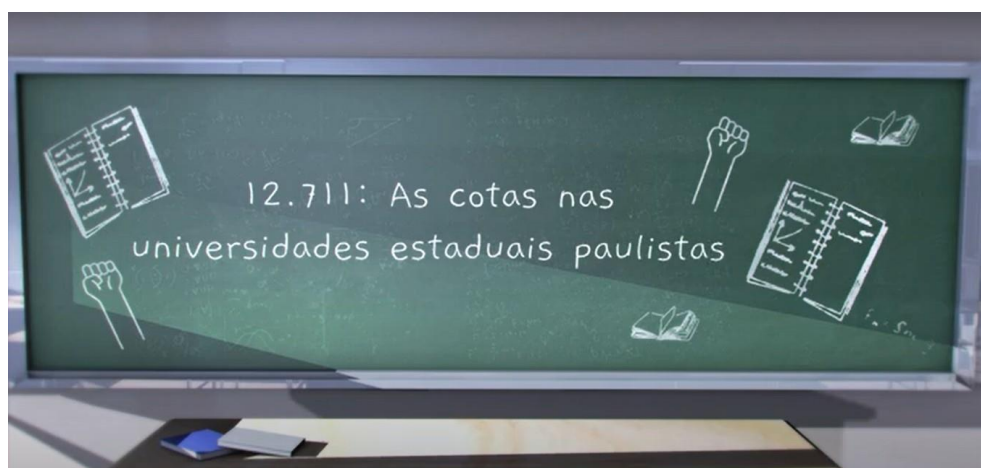


Figura 3: Infográfico utilizado no primeiro episódio. Fonte: Print de tela

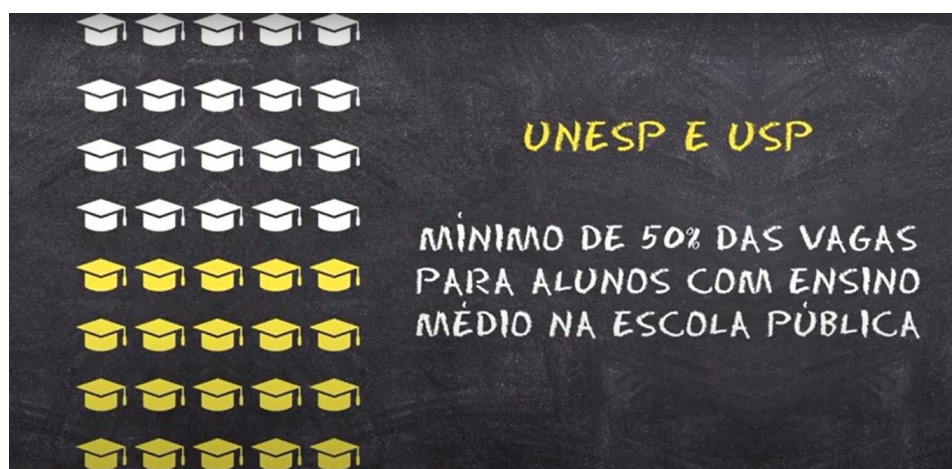


Figura 4: Infográfico utilizado no segundo episódio. Fonte: Print de tela

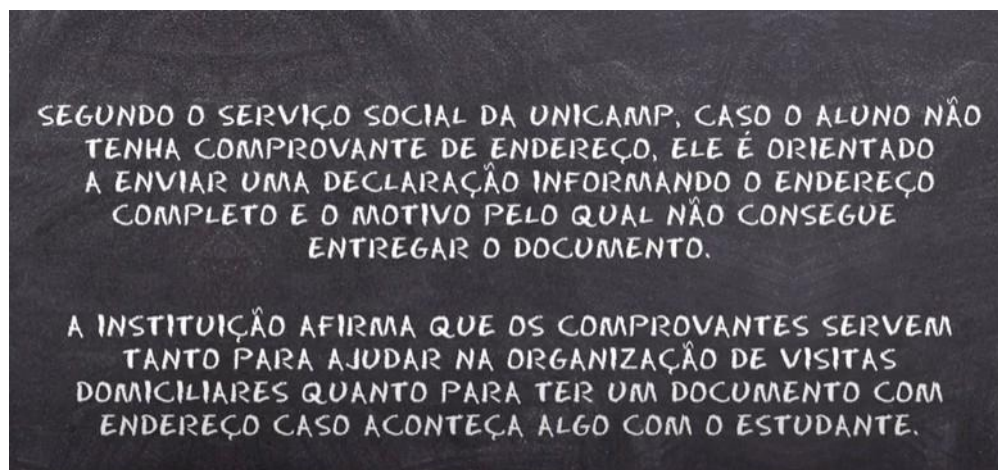


Figura 5: Infográfico utilizado no terceiro episódio. Fonte: Print de tela



Por conta do formato da websérie, que permite o uso de hiperlinks e da multimídia, o grupo decidiu adicionar QR Codes direcionando os telespectadores para conteúdos aprofundados, de modo que a reportagem possa se estender além dos vídeos – o que tornaria o projeto de fato direcionado para a web, e não apenas por ali divulgado. Assim, privilegiamos outras linguagens, que não a audiovisual. Os materiais disponibilizados são:

Episódio 1:

- Conheça mais sobre a lei de cotas: entrevista em áudio com a pesquisadora Denise Carreira. Disponível em: <https://soundcloud.com/bia-borghini/conheca-mais-sobre-a-lei-de-cotas-s>

[egundo-denise?si=1cddbe9981fc421d84260631a6b5a76b&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing](https://www.instagram.com/egundo-denise?si=1cddbe9981fc421d84260631a6b5a76b&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing);

- Confira a banca de heteroidentificação na USP: reportagem institucional da universidade, que explica o novo processo, a ser implantado em 2023.

Disponível em:

<https://jornal.usp.br/institucional/usp-define-criterios-de-atuacao-da-comissao-de-heteroidentificacao-no-vestibular/>;

- Entrevista completa [em áudio] com Mawa Yaluike. Disponível em: https://soundcloud.com/bia-borghini/conheca-mais-sobre-yaluike-mawa?si=1cddbe9981fc421d84260631a6b5a76b&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing.

Episódio 2:

- Assista aos bastidores: vídeo no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/lei12.711/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>;
- Quando foram adotadas as cotas: vídeo no Instagram em que uma das integrantes explica como funciona a política pública. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CklzTH0PuAS/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>.

Episódio 3:

- Entrevista completa [em áudio] com Najara Costa. Disponível em: https://soundcloud.com/bia-borghini/entrevista-completa-najara-costa?si=c6e586a9d44c4750883907b9b3c192d6&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing;
- Impacto positivo das cotas: artigo da pesquisadora Denise Carreira, publicado no jornal Nexo. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Avalia%C3%A7%C3%A3o-das-pol%C3%ADticas-de-a%C3%A7%C3%A3o-afirmativa-no-ensino-superior-no-Brasil-resultados-e-desafios-futuros>;
- Entrevista completa [em áudio] com Cláudia Rodrigues. Disponível em: https://soundcloud.com/bia-borghini/confira-a-entrevista-completa-da-claudia-rodrigues-nos-estados-unidos?si=c6e586a9d44c4750883907b9b3c192d6&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing.

Por fim, houve preocupação com a acessibilidade do projeto para as pessoas com deficiências. Uma das integrantes deu a ideia de adicionar legenda nos três episódios da websérie, uma vez que tem um membro na família com deficiência auditiva e ele poderia ter dificuldades de entender o produto audiovisual. Além desse desejo pessoal, o grupo também entende que, ao ser postado no YouTube, o projeto deve alcançar diversas pessoas pela sua importância, e a acessibilidade é uma forma de acolher ainda mais o público-alvo do projeto. Os vídeos foram publicados na plataforma no fim de novembro. O link de acesso, com os episódios e os links indicados nos QR Codes é: <https://www.youtube.com/@cotasnasuniversidadespaulistas>

Figura 6: Perfil no YouTube, com os vídeos. Fonte: Print de tela



2.3. Projeto de divulgação

Para a divulgação do nosso projeto, o grupo optou por usar principalmente as redes sociais pessoais, assim como a criação de um perfil Instagram para o trabalho (@lei12.711), como já dito.

Figuras 7 e 8: Perfil no Instagram. Fonte: Print de tela

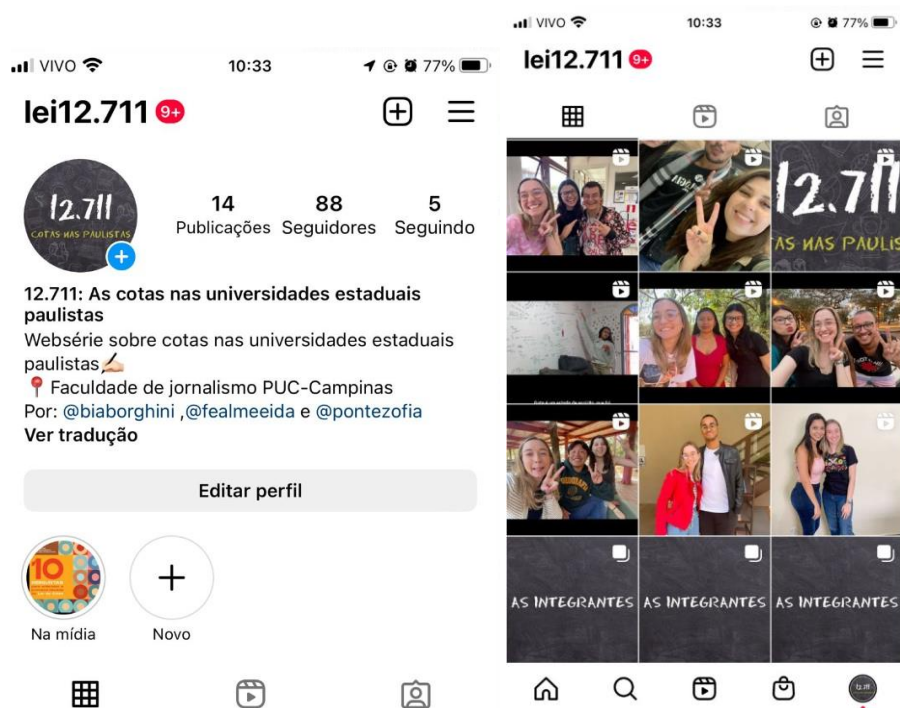


Figura 9: Vídeo no Instagram. Fonte: Print de tela



No perfil, trouxemos como conteúdo algumas fotos de bastidores das entrevistas realizadas durante o processo e vídeos que traziam a rotina durante um dia de edição da websérie. Há também uma introdução das integrantes do grupo e do trabalho, explicando o motivo pelo qual ele está sendo feito. Em nossos perfis pessoais, convidamos as pessoas para visitarem o endereço on-line da websérie na plataforma escolhida (YouTube), com uma contagem regressiva para o dia da estreia.

2.4. Custos e gastos

Durante o processo de produção do projeto, as integrantes do grupo tiveram alguns custos para a realização do trabalho, desde gastos para a locomoção para os locais de entrevistas até para a compra de equipamentos que seriam utilizados durante todo o trabalho.

O maior gasto foi por conta da locomoção para Ribeirão Preto, local onde ao menos quatro fontes se encontravam, o que resultou em diversos deslocamentos para a cidade. O custo, com gasolina, foi de R\$ 900. Outros gastos foram para locomoção dentro da cidade de Campinas, com aplicativos de transporte e combustível, e para São Paulo, por transporte público, somando o valor de 226,15. Houve ainda a compra de um adaptador de lapela para o uso do grupo, com o custo de R\$ 37,50.

Dessa forma, o total de gastos realizado pelas três integrantes foi de R\$ 1.163,65.

Referências bibliográficas

CAJAZEIRA, Paulo; SOUZA, José. Mas afinal, o que é uma websérie documental? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., Rio de Janeiro, 2015, **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2015.

CANDIDO, Luis; ZANETTI, Daniela; LEAL, Melina. As webséries e o campo do audiovisual. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGADORES DA COMUNICAÇÃO, 12., 2014, Lima. **Anais [...]**. Lima: Alaic, 2014.

MIELNICZUK, Luciana. Webjornalismo de Terceira Geração: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a web. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., Porto Alegre, 2004, **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2004.

POSSENTI, S.; BITTAR, A. L. B. Discursos sobre cots no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p. 113–137, 2016. DOI: 10.20396/cel.v58i1.8646157. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646157>. Acesso em: 26 maio 2022.

SOUZA, Jullian José. Explorando o conceito de websérie documental: lacunas, características e definição. **Eikon: Journal of Semiotics and Culture**, 7, 2020. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2764573-explorando-o-conceito-de-webs%C3%A9rie-documental-lacunas-caracter%C3%ADsticas-e-defini%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 maio 2022.

SPINELLI, Egle. Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e internet. **Revista Alterjor**, ano 3, v. 2, edição 6, jul.-dez. 2012.

Anexos

Data:	Nº fita bruta:	Câmera:	Editor de texto:	Retranca: Lei 12.711 – Sejam Bem-Vindos (as)		
PROJETO EXPERIMENTAL						
Ano:	4 °	Turma:	Período:	Noturno	Professor (a):	Juliana Doretto
Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora			

	00:01 - 00:17 (17s)	BG:	VINHETA (FADE)
00015.MTS	00:00 - 00:06 (6s)	ALUNOS ANDANDO PELA UNIVERSIDADE	MANTER O SOM ORIGINAL (BURBURINHO)
IMG_0623	00:02 - 00:08 (5s)	ALUNOS ANDANDO	MANTER O SOM ORIGINAL (BURBURINHO)
DSCN1185	00:04 00:11 (7s)	ALUNO SUBINDO RAMPA	MANTER O SOM ORIGINAL (BURBURINHO)
00012.MTS	00:00 - 0:07 (7s)	ALUNOS ANDANDO	MANTER O SOM ORIGINAL (BURBURINHO) (FADE)
Heitor 1.m4a	02:05 - 02:17 (12s)	APRESENTAÇÃO HEITOR [usar apenas o áudio]	MEU NOME É HEITOR SANTOS CONDI EU TENHO 22 ANOS EU CURSO PSICOLOGIA NA UNESP DE BAURU E EU SOU COTISTA RACIAL E DE ESCOLA PÚBLICA
IMG_0888.MOV	00:03 - 00:011 (8s)	HEITOR VIRANDO LIVRO	IMAGEM DE COBERTURA
	0:30 - 0:42 (12s)	APRESENTAÇÃO LUIZA	MEU NOME É LUIZA, EU TENHO 23 ANOS, EU

Luiza 1.mp4a			SOU DE SÃO PAULO E ESTUDO NA UNICAMP...COMO MULHER NEGRA
IMG0483	2:36 – 2:44 (8s)	LUIZA TIRANDO FOTO DO 0:41 ATÉ 0:45 (4s)	IMAGEM DE COBERTURA
yaluika.m4a(apela)	1:21 - 1:41(20s)	APRESENTAÇÃO YALUIKA	MEU NOME É MALAWI EU SOU DA ETNIA AURÁ LÁ DO MATO GROSSO. EU FAÇO FACULDADE DAQUI DA UNICAMP EU FAÇO O CURSO DE GEOGRAFIA, EU ENTREI EM 2019, EU TENHO VINTE E SETE ANOS E AGORA TÔ NO MEU QUARTO ANO DO CURSO E FALTA DOIS ANOS PRA TERMINAR
IMG INSTITUTO GEO	00:03 a 00:06 (3s)	YALUIKA INSTITUTO GEOGRAFIA 01:47 ATÉ 2:00)	IMAGEM DE COBERTURA
IMG APOIO ANDANDO 2.MOV	0:06 - 0:15 (9)	YALUIKA ANDANDO 2:01 ATÉ 02:10	IMAGEM DE COBERTURA
DSCN1286 Luiza 1.mp4a	01:38 - 01:50 (14s)	COMO FICOU SABENDO COTAS LUIZA	NO PRIMEIRO MOMENTO FOI DECIDIR SE EU IRIA OPTAR PELA COTA OU NÃO NO MOMENTO DE INSCRIÇÃO DO VESTIBULAR PORQUE MUITAS VEZES EU OUVI ARGUMENTOS MUITO FALHOS, MUITO FRÁGEIS DE TIPO VOCÊ ESTUDA EM ESCOLA PARTICULAR ENTÃO VOCÊ NÃO É NEGRA
Luiza bixo .jpg	(04s)	Imagens de cobertura, a partir de 01:39 até 01:43;	FOTOS DE ARQUIVO

<p>Luiza bixo 2 .jpg</p>	<p>(03s)</p>	<p>01:44 até 01:47</p>	<p>FOTOS DE ARQUIVO</p>
<p>DSCN1286 Luiza 1.mp4a</p>	<p>02:06 - 02:20 (14s)</p>	<p>LUIZA SOBRE COTA RACIAL</p>	<p>ENTÃO JÁ NO TERCEIRO ANO EU TIVE QUE FAZER UM ESFORÇO PRA ME ENTENDER COMO SUJEITO, COMO MULHER NEGRA, ENTENDER TABELA DE COLORISMO, E SABER QUE TUDO QUE AS PESSOAS ESTAVAM ARGUMENTANDO NÃO TIRAVA MINHA NEGRITUDE E NEM COLOCAVA UMA BRANQUITUDE EM CIMA DE MIM</p>
<p>ENTREVISTA 1 yakuika.m4a</p>	<p>5:57 - 06:11 (14s) 5:31 - 5:44</p>	<p>COMO FICOU SABENDO COTAS YALUIKA</p>	<p>EU TAVA ESTUDANDO NO ENSINO MÉDIO E NO ENSINO FUNDAMENTAL AI EU PAREI TERMINEI DE OITAVA SÉRIE PORQUE EU NÃO PENSAVA EM ESTUDAR, PORQUE TAVA MUITO DIFÍCIL PORQUE EU NÃO FALAVA PORTUGUÊS E TAMBÉM EU NÃO SABIA ESCREVER TAMBÉM DAÍ</p>
<p>amigosjpg</p>	<p>(4s)</p>	<p>DO 02:08 ATÉ 02:12</p>	<p>FOTOS DE ARQUIVO</p>
<p>ENTREVISTA 1 yaluika.m4a</p>	<p>06:17 - 6:23 (6s) 5:50 - 5:56</p>	<p>YALUIKA SOBRE CURSO</p>	<p>QUANDO SAIU O CURSO TAMBÉM, O CURSO DE TÉCNICO AÍ EU ENTREI LÁ E COMPLETEI O ENSINO MÉDIO</p>
<p>quandoentro u1.jpeg</p>	<p>(5s)</p>	<p>DO 02:13 ATÉ 02:18</p>	<p>FOTOS DE ARQUIVO</p>
<p>ENTREVISTA 1 yaluika.m4a(lapela)</p>	<p>02:22-02:39 (17s) 1:56 - 2:12</p>	<p>YALUIKA SOBRE COTA</p>	<p>ANTES DE EU ENTRAR NA FACULDADE EU RECEBI UMA NOTÍCIA DA FACULDADE AÍ ABRIU O VESTIBULAR INDÍGENA ABRIU EM 2018</p>
<p>yaluikanasala.jpeg</p>	<p>(3s)</p>	<p>DO 02:19 ATÉ 02:22</p>	<p>FOTOS DE ARQUIVO</p>

Quandoentr ou.jpeg	(6s)	E 02:23 ATÉ 02:29	FOTOS DE ARQUIVO
DSCN 1306) ÂNGULO 1 heitor1(lapel a)	04:59 - 05:02 (3s) 05:58 - 06:03		U FIZ O MEU ENSINO MÉDIO EM UMA TEC, NÉ? NA ETEC.
DSCN 1306) ÂNGULO heitor1(lapel a)	05:30 - 05:46 (16s) 06:30 - 06:47	HEITOR COMO FICOU SABENDO COTAS	ESSA ETEC ERA UMA ETEC DE "ELITE" OR ASSIM DIZER, DIVERSOS ALUNOS IERAM DE ESCOLAS PARTICULARES DO UNDAMENTAL E QUANDO QUESTIONADOS OBRE O PORQUÊ DE ELES ESTAREM LÁ NAQUELA ETEC EM ESPECÍFICO ERA "TER UM ENSINO DE QUALIDADE E PODER TER COTA"
DSCN 1306) ÂNGULO ZOOM heitor1(lapel a)	05:56 - 6:14 (18s) 6:57 - 7:15		Í NESSE PAPO DOS MEUS COLEGAS ALAREM "EU TO AQUI POR COTA, EU TO QUI POR COTA" AÍ EU DESCOBRI MELHOR O QUE SERIA A QUESTÃO DE COTAS ANTO NA USP, NA UNESP, NA UNICAMP. ODA A VARIEDADE
heitorunesp.j pg	(4s)	DO 03:05 ATÉ 03:09	FOTOS DE ARQUIVO
DSCN1306 heitor1(lapel a)	2:28 - 2:37 (9s) 3:29 - 3:38		COMO EU ACABEI ENTRANDO COM DEZOITO ANOS, FOI UMA EXPERIÊNCIA TOTALMENTE NOVA, DE NÃO SABER COMOS SERIA UMA UNIVERSIDADE, RINCIPALMENTE UMA UNIVERSIDADE ÚBLICA.
heitorsolo.jpg	(4s)	DO 03:10 ATÉ 03:14	FOTOS DE ARQUIVO
heitoramigos. jpg	(5s)	DO 03:15 ATÉ 03:20	FOTOS DE ARQUIVO
DSCN1306 heitor1(lapel	2:40 - 2:45 (5s) 3:41 - 3:46		ODOS OS MEUS FAMILIARES QUE IZERAM FACULDADE FORAM EM

a)			UNIVERSIDADES PARTICULARES
heitor familia.jpg	(3s)	DO 2:21 ATÉ 2:24	FOTOS COBERTURA HEITOR
Denise 1	01:07 - 01:20 (20s)	ESPECIALISTA DENISE EXPLICANDO SOBRE A LEI DE COTAS	A LEI DE COTAS É UMA FRUTO DE UMA LUTA HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS NEGROS, INDÍGENAS, DOS MOVIMENTOS DOS SEM UNIVERSIDADES DE AMPLIAÇÃO A ESCOLARIZAÇÃO E DE ACESSO A UNIVERSIDADE
Denise 2	03:35 - 03:55 (20s)	LEI DAS FEDERAIS INCENTIVOU	E A LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS ELA TAMBÉM AMPLIOU, ELA FORTALECEU A LUTA EM SÃO PAULO DOS ESTUDANTES, DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO QUE DEFENDEM A IMPORTÂNCIA, A URGÊNCIA DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E AS POLÍTICAS DE COTAS.
QR CODE	(13s)	DO 03:46 ATÉ O 03:58	QR CODE “CONHEÇA MAIS SOBRE A LEI DE COTAS”
INFOGRÁFICO	(33s)	DO 03:59 ATÉ O 04:32	INFOGRÁFICO SOBRE “COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS”
JUAREZ ENTREVISTA	18:46 - 18:56 (10S)	JUAREZ NECESSIDADE BANCA	NOS ANOS 80 QUANDO ESSAS POLÍTICAS COMEÇARAM A SER PENSADAS, NINGUÉM IMAGINOU QUE SERIA NECESSÁRIO UMA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO. NINGUÉM IMAGINOU. ELA NÃO ACONTECE EM LUGAR NENHUM NO MUNDO,
JUAREZ ENTREVISTA	19:18 - 19:30 (12s)	JUAREZ NECESSIDADE BANCA	NINGUÉM TINHA IMAGINADO NA NECESSIDADE DE UMA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO. MESMO PORQUE NINGUÉM IMAGINOU QUE UMA POLÍTICA TÃO GENEROSA E UNIVERSAL COMO ESSA PUDESSE SER OBJETO DE FRAUDE.
	08:16 - 08:27		

Luiza 1.mp4a (lapela) DSCN1286	(11s)	LUIZA FALANDO SOBRE A EXPERIÊNCIA COM A BANCA (POSITIVA)	NÃO FOI REALMENTE UM MÉTODO DE AVALIAÇÃO VIOLENTO. PRA MIM FOI UMA LEITURA DE PESSOAS QUE ERAM DO MESMO GRUPO QUE EU E QUE IDENTIFICAVAM QUE EU FAZIA PARTE DAQUILO ALI COM ELAS.
(DSCN1304 ANGULO 2 heitor 2(lapela)	01:05 - 01:29 (24s)	HEITOR EXPERIÊNCIA BANCA	MAIORIA DAS PESSOAS LÁ ERAM SE EU NÃO ME ENGANO SEIS PESSOAS E PENAS UMA ERA UMA PESSOA NEGRA E U ACHO QUE GRAÇAS A ELA EU TIVE UMA ACILIDADE NA BANCA PORQUE ELA CONHECIA O BAIRRO QUE EU ME ORIGINAVA AQUI EM SÃO PAULO E AÍ ELA TÊ CONVERSOU COMIGO SOBRE ISSO MAS A MAIORIA ERAM BRANCOS, A MAIORIA ERAM HOMENS...
Luiza 1.mp4a (lapela) DSCN1286	08:50 -08:58 (8s)	LUIZA QUEM AVALIOU NA BANCA	A BANCA QUE ME AVALIOU ERA COMPOSTA SE EU NÃO ME ENGANO POR QUATRO MULHERES, TODAS ELAS ERAM NEGRAS RETINTAS.
Luiza 1.mp4a (lapela) IMG4748	04:23 - 04:35 (12s)	LUIZA BANCA PERGUNTA	A BANCA É UM PROCESSO MUITO RÁPIDO NO MOMENTO QUE VOCÊ TÁ LÁ SENDO ENTREVISTADO E ELES FAZEM APENAS UMA PERGUNTA QUE É PORQUE VOCÊ SE AUTODECLAROU COMO PESSOA NEGRA.
Luiza 1.mp4a (lapela) IMG4748	05:02 - 05:15 (13s)		EU JUSTIFIQUEI, PRIMEIRO EU TINHA PENSADO UM DISCURSO ENORME QUE EU IA FALAR DE REPARAÇÃO HISTÓRICA, COLORISMO, MAS CHEGOU LÁ NA HORA EU TAVA COM TANTO MEDO DE NÃO CONSEGUIR O QUE EU REALMENTE QUERIA. JÁ FAZIA TRÊS ANOS QUE EU SÓ CHEGUEI E FALEI “PORQUE EU SOU NEGRA”
DSCN1296 Noel 1.mp4a	1:39 - 1:54 (15s)	NOEL PERGUNTA	A PERGUNTA É SIMPLEMENTE PARA ENTENDER COMO O ALUNO SE AUTODECLARA, ENTÃO É PERGUNTADO

DSCN1307 heitor 2(lapela)	6:40 - 6:55 (15s) 2:39- 2 :56 (18s)	HEITOR PERGUNTAS BANCA	ASSIM POR QUE VOCÊ OPTOU PELO SISTEMA DE COTAS DA UNICAMP E ELE RESPONDE PORQUE EU SOU NEGROU OU PORQUE EU SOU PARDO. SIMPLES ASSIM ORAM PERGUNTAS MUITO AVERSIVAS PARA TODOS NÓS, CONVERSEI COM MEUS AMIGOS SOBRE ISSO TAMBÉM E FOI INSTAURADO UM PÂNICO, TERROR POR TODOS NÓS QUE FOMOS AVALIADOS PELA BANCA PORQUE ELES SIMPLEMENTE NÃO DERMAM RESPOSTA ...
Najara 1	3:59 - 4:16 3:51 - 04: 08 (17s) 03:59 -04:16 (17s)	NAJARA FALANDO QUE É HETEROIDENTI FICAÇÃO	ESSE PROCESSO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO, ELE PERPASSA VÁRIOS PROCESSOS NÉ. OBTIAMENTE QUE ALGUMAS BANCAS FIZERAM ESSE PROCESSO DE FORMA VEXATÓRIA NÉ E HOVE ALI ALGUNS EQUÍVOCOS NESSE PROCESSO E QUE ESTÃO SENDO SUPERADOS PELO AVANÇO DOS PROCESSOS E DOS CUIDADOS QUE A GENTE TEM COM A POLÍTICA
QR CODE	(10s)	DO 06:49 ATÉ O 06:59	QR CODE “CONFIRA A BANCA NA USP”
ENTREISTA 3 CICLO BÁSICO yaluika3 (lapela)	6:28 - 6:53 (25s)	YALUIKA DIFICULDADE DOCUMENTAÇÃO	QUANDO EU CHEGUEI AQUI AÍ TEM QUE PEDIR DOCUMENTAÇÃO DA MINHA MÃE, DOS MEUS IRMÃO, MINHA FAMÍLIA. AI EU FALEI PRA ELA MAS NÃO TINHA INTERNET LÁ TAMBÉM, AÍ FICOU DIFÍCIL PRA MIM. TEVE QUE ESPERAR UMA SEMANA PRA EU CONSEGUIR, MINHA MÃE MANDAR PRA MIM, EU CONSEGUIR ENVIAR TUDO AÍ FIQUEI E AÍ DEMORA PRA TERMINAR ESSA DOCUMENTAÇÃO TAMBÉM
QR CODE	(9s)	DO 07:14 ATÉ O 07:25	QR CODE “CONFIRA ENTREVISTA COMPLETA: YALUIKA MAWA”
	04:39 - 05:43(8s)	JUAREZ QUE	

JUAREZ 1		COTAS NÃO SÃO PRIVILÉGIO	AFIRMAR QUE ESSAS POLÍTICAS SÃO PRIVILÉGIOS É EQUÍVOCO HISTÓRICO, UM EQUÍVOCO POLÍTICO, UM EQUÍVOCO SOCIAL E UM EQUÍVOCO, NA MINHA OPINIÃO ÉTICO MORAL
DSCN1311 ÂNGULO 1	02:16 - 02:40 (24s)	HEITOR COTAS NÃO SÃO PRIVILÉGIO	SE TODO MUNDO TIVESSE NA MESMA CONDIÇÃO, AÍ VOCÊ PODERIA FALAR DE MÉRITO, MAS NÃO ESTAMOS NA MESMA CONDIÇÃO. A MAIORIA DAS PESSOAS QUE PASSA POR COTA, PRINCIPALMENTE POR COTA RACIAL SÃO PESSOAS QUE NÃO ESTÃO EM SITUAÇÃO FINANCEIRAS TÃO BOAS, QUESTÕES FAMILIARES..SÃO DIVERSAS QUESTÕES SOCIAIS QUE ESSE TIPO DE DISCURSO DESCONSIDERA
heitor 5 (lapela)	02:35 - 3:00		
Luiza 6.mp4a (lapela) IMG4756	07:38 - 8:00 (22s)	LUIZA IMPACTO	A IMPORTÂNCIA DA LEI DE COTAS, MESMO QUE APLICADA TARDIAMENTE NA UNICAMP EU ACHO QUE ELA VEIO MUITO DE ENCONTRO COM A GENTE TER ESSA NOÇÃO DE QUE É SIM UM LUGAR PRA GENTE. CONVERSEI MUITO COM A MINHA MÃE E NA PERSPECTIVA DA FAMÍLIA, FEZ O ENSINO MÉDIO, TÁ BOM
IMG 0724	(6s)	LUIZA ESTUDANDO DO 08:11 ATÉ 08:17	IMAGEM DE APOIO
luizapais.jpg	(6s)	DO 08:18 ATÉ 08:24	FOTOS DE ARQUIVO
DSCN1296	02:52 - 03:01(11s)	NOEL UNIVERSIDADE DIVERSA	ENTÃO, PARA A UNIVERSIDADE TENDO UM AMBIENTE MAIS DIVERSO VOCÊ TEM UM AMBIENTE MAIS RICO CULTURALMENTE E CIENTIFICAMENTE OS DEBATES SÃO MAIS RICOS OS PONTOS DE VISTA SÃO DIFERENTES
DSCN1312 ÂNGULO 1	0:55 - 01:14 (19s)	HEITOR IMPACTO	E EU SÓ CONSEGUI ENTRAR NO ENSINO MÉDIO COM AS COTAS, ENEM, FACULDADE POR CONTA DAS COTAS NA
	02:54 -03:13		

heitor 6(lapela)			ETESP NO VESTIBULINHO DA ETEC FOI POR BONIFICAÇÃO NE ENTAO VOCÊ GANHAVA UNS PONTOS A MAIS NAO TINHA RESERVA DE VAGAS OU ALGO ASSIM
DSCN1312 ÂNGULO 1	1:23 -1:39(16s)		E NA UNIVERSIDADE TAMBÉM. EU NÃO CONSEGUIRIA TER PASSADO. SAIU A PONTUAÇÃO EU TINHA PASSADO EM TREZENTOS E OITENTA E SETE COMO POSIÇÃO E COM AS COTAS EU FUI, DENTRO DAS VAGAS POR COTAS EU TAVA EM TERCEIRO
heitor 6(lapela)	03:22-03:38		
JUAREZ 1	12:31 - 13:07 (36s)	JUAREZ SOBRE ESSA PRIMEIRA FASE	ESSA ETAPA ADOTADA ELA FOI MUITO POSITIVA, NÓS ESTAMOS NA PRIMEIRA FASE DESSA ETAPA.
	16:42 - 17:08 (30s)		ELA MOSTROU QUAIS OS ASPECTOS QUE SÃO MUITO IMPORTANTES, AUMENTOU A PRESENÇA DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICAS NA UNIVERSIDADE. A QUESTÃO ÉTICA RACIAL UNIVERSALIZOU O ACESSO A UNIVERSIDADE ATÉ A DÉCADA DE 2010, 2011 E 2012 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS TINHAM UM NÚMERO MUITO PEQUENO DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO UNIVERSO TOTAL
heitor estudando.mp4	(5s)	APOIO HEITOR ESTUDANDO ENTRE 09:30 ATÉ 09:35	IMAGEM DE APOIO
IMG0723	(4s)	APOIO LUIZA TRABALHANDO E ESTUDANDO ENTRE 09:36 ATÉ 09:40	IMAGEM DE APOIO
yaluikaestudando.jpeg	(4s)	YALUIKA ESTUDANDO DO 09:41 ATE 09:45	FOTO DE ARQUIVO

<p>Luiza 6.mp4a (lapela) DSCN 1289</p>	<p>00:10 - 00:19 (9s) 2:54 - 3:13 (16s)</p>	<p>LUIZA FALANDO SOBRE EVASÃO</p>	<p>A UNICAMP TÁ LONGE DE CHEGAR NISSO. A UNICAMP QUER ADOTAR POSTURA ANTIRRACISTA? QUER BATER NO PEITO E SE ORGULHAR DO PERCENTUAL DE ALUNOS QUE TEM? ENTÃO ONDE É QUE A GENTE QUER CHEGAR? DEFINIR PONTOS CLAROS TIPO A UNICAMP QUER SER ANTIRRACISTA E VAI SER PROVADO QUE É QUANDO BATER TAL META.</p>
<p>Luiza 6.mp4a (lapela) DSCN 1289</p>	<p>0:12 - 0:26 (14s)</p>	<p>CRÉDITOS</p>	<p>PORQUE É O QUE EU FALEI, SÓ BOTAR A GALERA PRA DENTRO NÃO TÁ RESOLVENDO. PEGA O NÚMERO DE EVASÃO, NÃO RESOLVE</p> <p>TOTAL:10'40''</p>
			<p>FADE</p> <p>PRODUÇÃO</p> <p>BEATRIZ BORGHINI</p> <p>FERNANDA ALMEIDA</p> <p>SOFIA PONTES</p> <p>ORIENTAÇÃO</p> <p>PROF.DRA JULIANA DORETTO</p> <p>IMAGENS</p> <p>BEATRIZ BORGHINI</p> <p>FERNANDA ALMEIDA</p> <p>SOFIA PONTES</p> <p>FOTOS E VÍDEOS PESSOAIS</p> <p>HEITOR CONDO</p> <p>LUIZA MOURA</p> <p>YALUIKA MAWA</p> <p>EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO</p> <p>CAROLINA MANTOVANI</p>

			<p>TRILHA SONORA</p> <p>EDUARDO AGNE</p> <p>AGRADECIMENTOS</p> <p>CAROLINA MANTOVANI</p> <p>ELAINE BORGHINI</p> <p>JULIANA DORETTO</p> <p>JULIANA SANGION</p> <p>MARTA AVANCINI</p> <p>MATHEUS CREMONESI</p> <p>MURILO BORGHINI</p> <p>PATRÍCIA TEIXEIRA</p> <p>RENAN ALMEIDA</p> <p>SERGIO ALMEIDA</p>
--	--	--	---

Data:	Nº fita bruta:	Câmera:	Editor de texto:	Retranca: Entrei, e agora?		
PROJETO EXPERIMENTAL						
Ano:	4º	Turma:	Período:	Noturno	Professor (a):	Juliana Doretto

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
-	00:01 - 00:17	BG	VINHETA

			(FADE) ” INÍCIO MORADIA USP ALUNOS ANDANDO DESENHO PAREDE
DSCN1355	(5s)		IMAGEM COBERTURA
DSCN1358	(6s)		IMAGEM COBERTURA
DSCN1261	(4s)		IMAGEM COBERTURA
Bianca 3.MP4A	00:37-00:50 (17s)	OFF BIANCA SE APRESENTAND O GC: BIANCA CAVICHIOI - ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNICAMP	O MEU NOME É BIANCA CAVICHIOI CHAMA DE BARROS EU TENHO VINTE ANOS ESTUDO NA UNICAMP CIÊNCIAS SOCIAIS E EU ENTREI PRA ELA COTA DE ENSINO PÚBLICO
Bianca Unicamp. mov	00:00-00:11	BIANCA ANDANDO UNICAMP	IMAGEM DE APOIO
ENTREVISTA PART 1 LEO.MP4A	01:21 0 01:26(5s) 01:44 - 01:54 (10s) (LEO 1.mp4a 00:34 -00:37 00:55 -1:05)	OFF LEONARDO SE APRESENTAND O GC: LEONARDO FERNANDES - FORMADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	MEU NOME É LEONARDO FERNANDES COELHO, EU TENHO VINTE E SEIS ANOS VIM PRA USP E AQUI EU ENTREI PELA FUVEST, UTILIZEI A COTA DE RENDA, ESCOLA PÚBLICA E RENDA

LENDO LIVRO.MOV	0:17- 00:25(8s)	LEO LENDO LIVRO	IMAGEM DE APOIO
VERA 1 NOVO.m4a	02:05 - 2:24	OFF VERA SE APRESENTANDO	MEU NOME É VERA LÚCIA AGUIAR MOURA, SOU DO POVO TUCANO. SOU INDÍGENA DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA,, TERRA INDÍGENA DO RIO NEGRO NO ESTADO DO AMAZONAS. TENHO VINTE E CINCO ANOS FAÇO LICENCIATURA DE HISTÓRIA AQUI NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS UNICAMP E EU ENTREI PELO VESTIBULAR INDÍGENA
DSCN1252	0:15 - 0:20 (5s)	VERA NAS PLANTAS	IMAGEM DE APOIO
DSCN1253	0:42-0:51 (9s)	VERA CAMINHANDO EM DIREÇÃO A CÂMERA	IMAGEM DE APOIO
MVI_2268.MOV	1:56 - 2:48	VERA DOCUMENTOS	EU MORO NA MORADIA ESTUDANTIL E PRA MORAR AQUI NA MORADIA ESTUDANTIL COMO TODOS OS INDÍGENAS MEUS COLEGAS E A MAIORIA QUE PASSA NO VESTIBULAR COMO NORMAL EU TIVE QUE PASSAR NUM PROCESSO SELETIVO E A ASSISTENTE SOCIAL ELA PEDIU VÁRIAS DOCUMENTAÇÕES PARA ESSE PROCESSO SELETIVO E VARIAS DOCUMENTAÇOES QUE NAO TEM NADA A VER NO CONTEXTO INDIGENA NO CASO DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA CONTA DE LUZ ÁGUA TODA ESSA QUESTÃO E ISSO FOI A MAIOR DIFICULDADE QUE EU SENTI QUANDO TIVE QUE CORRER ATRÁS DESSAS DOCUMENTAÇÕES
VERA 1 NOVO	LAPELA: 3:05 - 3:57		
MVI_2268.MOV	3:18 - 3:21 (4s)		
VERA 1 NOVO	LAPELA: 4:24 - 4:30		PORQUE LÁ NA ALDEIA NÃO TEM INTERNET E A COMUNICAÇÃO É MUITO DIFÍCIL

VERA FOTO 1	(4s)	FOTOS VERA NA COMUNIDADE DO 02:02 ATÉ 02:06	FOTOS DE ARQUIVO
VERA COMUNIDADE 1	(4s)	DO 02:07 ATÉ 02:11	FOTOS DE ARQUIVO
VERA COMUNIDADE	(4s)	DO 02:12 ATÉ 02:16	FOTOS DE ARQUIVO
NOTA UNICAMP	23s	DO 02:17 ATÉ 02:40	NOTA UNICAMP
Bianca 1	4:24-4:35 (11s)	BIANCA BOLSAS AUXÍLIO	EU JÁ SABIA DA EXISTÊNCIA DAS BOLSAS DESDE ANTES DE ENTRAR NA UNIVERSIDADE. INCLUSIVE O PROGRAMA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DA UNICAMP EU CONSIDEREI UM DOS MELHORES ASSIM FOI POR ISSO QUE QUIS VIR AQUI.
Bianca 3.m4a (lapela)	4:09-4:20		
BIANCA 1 Bianca 3.m4a (lapela)	4:46 - 4:56 (10s)	BIANCA PAAIS DOCUMENTOS E CABEÇA RUIM	E AÍ EU PEGUEI DUAS BOLSAS. BOLSA AUXÍLIO SOCIAL E BOLSA AUXÍLIO MORADIA. E NO PRIMEIRO MÊS ELAS TAMBÉM ME AJUDARAM COM UMA BOLSA DE INSTALAÇÃO.
	4:30-4:41 (11s)		
BIANCA 1 Bianca 3.m4a (lapela)	6:10-6:55 (45s)	BIANCA PAAIS DOCUMENTOS E CABEÇA RUIM	ENTÃO TODA VEZ UMA VEZ POR ANO A GENTE PRECISA MANDAR VÁRIAS E VÁRIOS DOCUMENTOS E É UM PROCESSO MUITO CANSATIVO QUE TIPO FICA O DIA INTEIRO NA FRENTE DO COMPUTADOR TENDO QUE VER QUAIS DOCUMENTOS EU TENHO QUE DIGITALIZAR PARA DAÍ ENVIAR PRA ELAS. E ÀS VEZES ACABA SENDO TAMBÉM UM TANTO QUANTO
	5:55-6:30 (45s)		

			<p>HUMILHANTE PORQUE A GENTE PRECISA BASICAMENTE ESCREVER UMA REDAÇÃO SOBRE COMO A GENTE NÃO TEM BOAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS. E NO MEU CASO QUE EU TAMBÉM TENHO DEPRESSÃO PRECISA EU PRECISEI COMPROVAR QUE EU TENHO DEPRESSÃO. DAÍ EU PRECISO PROVAR QUE EU BASICAMENTE QUE EU SOU POBRE E QUE EU SOU RUIM DA CABEÇA QUE ACABA SENDO MEIO DEGRADANTE ASSIM.</p>
--	--	--	---

<p>BIANCA NO COMPUTADOR</p>	<p>(8s)</p>	<p>BIANCA ESCREVENDO DO 03:02 ATÉ O 03:10</p>	<p>IMAGEM DE APOIO</p>
<p>ENTREVISTA PART 3</p>	<p>1:24-1:41 (17s)</p>	<p>LEO SOBRE BOLSAS</p>	<p>COMO EU JÁ TINHA VISTO NO ENSINO MÉDIO QUE TINHA MUITO ESSA QUESTÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TAL, ENTÃO EU JÁ ENTREI JÁ SABENDO</p>
<p>Leo 3.m4a</p>	<p>2:12-2:29 (lapela)</p>		<p>QUE EU QUERIA ISSO E FOQUEI. DAÍ CHEGUEI PERTO DA FORMATURA, COMO EU QUERIA A VIDA ACADÊMICA, EU ME AFASTEI DO MERCADO DE TRABALHO</p>
<p>ENTREVISTA PART 3</p>	<p>2:37-2:55 (20s) 3:24-3:44</p>		<p>ENTÃO NO FINAL DO ANO, UM POUCO ANTES DE ME FORMAR, EU JÁ TAVA COM O PROJETO PRONTO DO MESTRADO PRA SUBMETER.</p>
<p>leo3.m4a</p>			
<p>ENTREVISTA PART 3</p>	<p>03:00 - 03:43 (43s)</p>		<p>NO COMEÇO DO ANO EU TIVE UMA BOLSA DA SASC, ERA DA PAP. PROGRAMA DE APOIO PERMANÊNCIA PRA PÓS GRADUAÇÃO FUI MONITOR DE UMA DISCIPLINA AGORA EU SOU BOLSISTA PAE QUE É ESPECIFICAMENTE PRA MONITORES DA PÓS GRADUAÇÃO MESMO QUE DAÍ DÁ</p>
<p>(Leo3.m4a)</p>	<p>03:49 - 04:32</p>		<p>UMA BOLSA UM POUCO MAIOR A BOLSA ANTIGA ERA QUINHENTOS AGORA TÁ OITOCENTOS E CINQUENTA ENTÃO TO ME MANTENDO DE BOLSA PORQUE A SITUAÇÃO ATUAL DE BOLSA VEIO SÓ UMA</p>
			<p>ESSE ANO</p>

JUAREZ_ENTREVISTA A	16:02 - 16:14 (12s)	JUAREZ SOBRE PERMANÊNCIA	A SEGUNDA FASE DA PERMANÊNCIA, ALÉM DO INGRESSO, É CRIAR CONDIÇÕES PARA QUE A UNIVERSIDADE ATENDA AO UNIVERSO E A EXPECTATIVA DESSE ALUNO
JUAREZ_ENTREVISTA A	16:12 - 16:25 (13s)		UM ENSINO CRIATIVO, VIVO, CRÍTICO, EM CONTATO COM A REALIDADE POLÍTICO SOCIAL DO ALUNO E DA UNIVERSIDADE DE ACORDO COM A NECESSIDADE SOCIAL
IMG4541 Obs:não tem lapela	0:05 - 0:13 (8s)	VERA APRESENTANDO DO QUARTO	AQUI É O MEU QUARTO, ONDE EU DIVIDO COM A MINHA COLEGA QUE DORME AQUI E A GENTE TÁ COM UM HÓSPEDE QUE TÁ COM UM COLCHÃO AQUI NO CHÃO NÉ
IMG4541 Obs:não tem lapela	0:16 - 0:36 (20s)	VERA APRESENTANDO DO CASA	A GENTE TEM UNS CÔMODOS ASSIM NÉ QUE A GENTE GUARDA AS COISAS QUE É MESMO DA MORADIA NO CASO QUANDO A GENTE CHEGA AQUI JÁ TEM UMA CAMA, UM COLCHÃO AS COISAS PRA DEIXAR NA MESA. ESSA QUESTÃO A PESSOA QUE COMPRA SE QUISE COISAS PRA BOTAR AS COISAS NÉ
QR CODE	10s	DO 05:25 ATÉ O 05: 35	QR CODE “ASSISTA AOS BASTIDORES”
IMG4541 Obs:não tem lapela	0:56 - 1:04 (8s)	VERA APRESENTANDO DO CASA	AQUI É A SALA E AQUI ERA UMA SALA GRANDE NÉ ONDE FIZERAM ESSAS DIVISÃO NO SENTIDO DE MORADORES PRA FAZER UM QUARTO E DIVIDIR PRA MAIS DUAS PESSOAS TAMBÉM
ENTREVISTA PARTE 2 CONTINUAÇÃO	5:29 - 5:48s (20s)	LEONARDO FALANDO SOBRE MORADIA	EU MOREI POR 3 ANOS NA MORADIA ESTUDANTIL DA USP DE RIBEIRÃO PRETO, EU MOREI DENTRO DO CAMPUS, MOREI HÁ CINCO MINUTOS DA MINHA FACULDADE. NÃO TERIA COMO EU ME MANTER AQUI TAMBÉM
Leo 1.m4a	18:58-19:18 (20s)		

DSCN1352. MOV	6s	MORADIA USP DO 05:51 ATÉ O 05:57	IMAGEM DE APOIO
ENTREVISTA PARTE 2 CONTINUAÇÃO	6:21-6:36 (15s)		EM UM MÊS, DOIS, EU JÁ TINHA A MORADIA OU SE EU QUISESSE EU PODIA TER UMA BOLSA DE QUATROCENTOS EU ACHO PARA PAGAR A HOSPEDAGEM. E JÁ DE CARA EU NÃO PAGAVA O RU.
Leo 1.m4a	19:50-20:04 (14s)		
ENTREVISTA PARTE 2 CONTINUAÇÃO	6:46-7:05 (19s)		EU SÓ PERMANECI POR CAUSA DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, POR CAUSA DAS BOLSAS DE ALIMENTAÇÃO E TUDO ESSA QUESTÃO DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA.
Leo1.m4a	20:15-20:33 (18s)		
leo.faculdade.jpeg	6s	FOTO LEONARDO COM AMIGOS FACULDADE DO 06:15 ATÉ O 06:21	FOTOS DE ARQUIVO
BIANCA 2	4:06-4:24 (18s)	BIANCA MORADIA VALOR	MORAR AQUI EM CAMPINAS EM BARÃO GERALDO NO GERAL É MUITO CARO ASSIM ENTÃO A BOLSA MAIS CARA QUE É TIPO UM SETECENTOS OITOCENTOS REAIS A BOLSA AUXÍLIO SOCIAL. É QUASE QUE INTEIRA SÓ PARA PAGAR ONDE EU ESTOU MORANDO AQUI. ACABA SOBRANDO BEM UM POUCO DINHEIRO DA BOLSA PRA FAZER QUALQUER OUTRA COISA.
Bianca1.m4a (lapela)	4:23-4.41 (18s)		
DSCN1247 OBS:não tem lapela	07:50 - 08:05 (15s)	VERA PARENTES AJUDAM	A GENTE TEM ESSA INCLUSÃO ATRAVÉS DO VESTIBULAR INDÍGENA MAS A GENTE NÃO TEM ACESSO A ESSA QUESTÃO DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NE. UMA COISA É VOCÊ SER INCLUÍDO E CHEGAR AQUI E SE DEPARAR COM OUTRA COISA QUE É

			NECESSÁRIO NÉ.
	08:17 - 08:31 (13s)		A GENTE TEM MORADIA ESTUDANTIL MAS NEM TODOS CONSEGUEM NÉ. QUANDO SAI PRA MORAR FORA A GENTE SENTE ESSA DIFICULDADE QUE O VALOR VAI ALÉM DA BOLSA QUE A GENTE RECEBE, NÉ?
Najara 1	21:07 - 21:26 (14s)	NAJARA PERMANÊNCI A	É UMA COISA QUE AS PESSOAS ENFRENTAM ATÉ HOJE, A DIFICULDADE DE PERMANECEREM NAS UNIVERSIDADES NE. MUITAS UNIVERSIDADES NÃO TEM ALOJAMENTO ESTUDANTIL, NÃO TEM BOLSAS DE PERMANÊNCIA PRA ESSAS PESSOAS E ESSAS PESSOAS MUITAS VEZES PRECISAM SAIR DOS SEUS ESTADOS E DAS SUAS CIDADES E SE MANTEREM DENTRO DA UNIVERSIDADE
	24:20 - 24:26 (6s)		AS PESSOAS PARA ALÉM DE ENTRAREM NA UNIVERSIDADE ELAS PRECISAM TER CONDIÇÕES DE SE MANTEREM NA UNIVERSIDADE
BIANCA 2 bianca1.mp4	1:45-2:08 (23s) 2:00-2:23	BIANCA AJUDAR PAIS	NO PRIMEIRO ANO NO INÍCIO DE 2020 PELO MENOS EU NÃO PERMANECIA SÓ POR CAUSA DO DA BOLSA. EU TINHA TRANCADO... TRANCADO ENTRE ASPAS PORQUE SE EU QUISESSE TRANCAR A FACULDADE EU PERDIA A BOLSA. ENTÃO EU TINHA UMA MATÉRIA POR SEMESTRE PARA TER O VÍNCULO ATIVO PARA CONTINUAR A TER A BOLSA.
Bianca e pai unicamp.jpg	(4s)	FOTO BIANCA COM FAMÍLIA DO 07:45 ATÉ 07:49	FOTO DE ARQUIVO

Bianca no computador. mov	10s	BIANCA QUARTO DO 07:56 ATÉ 08:06	IMAGEM DE APOIO
BIANCA 2 bianca1.m4a	02:08 - 02:32 (24s) 2:25-2:48 (23s)	BIANCA AJUDAR PAIS	MINHA MÃE TINHA SIDO DEMITIDA E O MEU PAI ERA DEMITIDO E EMPREGADO DE NOVO VÁRIAS E VÁRIAS VEZES. E DAÍ EU PERCEBI QUE A ÚNICA RENDA ESTÁVEL DA CASA ACABAVA SENDO DO DA MINHA BOLSA MESMO. AS DUAS BOLSAS QUE EU TINHA. QUE DAI EU ACABAVA PAGANDO CONTA DE LUZ, CONTA DE INTERNET PROS MEUS PAIS. AS VEZES FAZIA COMPRA DO MÊS PRA ELES.
Bianca família2.jpeg	4s	BIANCA COM FAMÍLIA DO 08:07 ATÉ 08:11	FOTO DE ARQUIVO
Biancafamília.jpeg	4s	BIANCA E FAMÍLIA DO 08:12 ATÉ 08:16	FOTO DE ARQUIVO
JUAREZ ENTREVISTA	28:42- 28:44 (6s) 29:22 - 29:29 (7s)	JUAREZ SOBRE O QUE ESTÁ SENDO FEITO PARA MANTER O ALUNO NA UNIVERSIDADE	A PRIMEIRA QUESTÃO IMPORTANTE FOI AMPLIAR O DEBATE SOBRE PERMANÊNCIA. NÃO É UM FAVOR DA UNIVERSIDADE, NÃO É ESSA A IDEIA, NÃO É UMA CARIDADE DA INSTITUIÇÃO, É UMA POLÍTICA PÚBLICA! COMO TODAS AS OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO

Denise_1	19:03 - 19:34 (31s)	DENISE SOBRE COMO A PERMANÊNCIA PODE MELHORAR	ENTÃO NÓS TEMOS UM DESAFIO QUE É FORTALECER ESSAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DAS UNIVERSIDADES GARANTINDO MAIS SEGUROS PRAS BOLSAS MAS TAMBÉM ESTRUTURANDO MELHOR ESSES PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO FORTALECENDO OS COLETIVOS ESTUDANTIS, APRIMORANDO E DISPUTANDO OS CURRÍCULOS NA PERSPECTIVA DAS COTAS EPISTÊMICAS DA DIVERSIFICAÇÃO CURRICULAR OU SEJA
Denise_1	17:34 - 17:55 (21s)	DENISE SOBRE PERMANÊNCIA	A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NAS UNIVERSIDADES ELA ENFRENTA MUITOS DESAFIOS NO MOMENTO ATUAL COM O CORTE DE RECURSOS DE VÁRIOS PROGRAMAS NACIONAIS DE BOLSAS PRA ESTUDANTES E AS BOLSAS TEM PAPEL MUITO IMPORTANTE
MANCHET E1/MANCH ETE2/MAN CHETE3/M ANCHETE4	20s	MANCHETES DO 09:10 ATÉ O 09: 30	MANCHETES VEÍCULOS
ENTREVIS TA PART 3	07:55 -08:07 (12s)	LEO POSSIBILIDADE DE NÃO FAZER DOUTORADO	O ATUAL PRESIDENTE GANHAR, EU JÁ TENHO QUE PENSAR NA POSSIBILIDADE DE FAZER DOUTORADO PORQUE MAIS QUATRO ANOS ASSIM NA MINHA PERSPECTIVA A TENDÊNCIA É PIORAR MUITO
Leo 4.m4a	08:10 -08:15 (5s) (Leo 3 m4a 08:42 -09: 03)		
ProtestoLeo. jpeg	5s	LEO MANIFESTAÇÃO DO 09:30 ATÉ 09:35	FOTO DE ARQUIVO

ENTREVISTA FINAL Leo 4.m4a	02:14-12:20 (6s) 3:32-3:38 (6s)	LEO FRASE OTIMISTA	ENTÃO TEM QUE ACEITAR E IR PRO MERCADO DE TRABALHO PORQUE VIDA ACADÊMICA TÁ MUITO TRISTE ASSIM MAS VALE A PENA. NÃO TEM COMO NEGAR, A USP É DIFERENTE DAS OUTRAS UNIVERSIDADES
Leobasquete .jpeg	2s	LEO COM COLEGAS DO 09:49 ATÉ 09:51	FOTO DE ARQUIVO
leofamilia.jpeg	3s	LEO COM FAMÍLIA DO 09:51 ATÉ 09:55	FOTO DE ARQUIVO
BIANCA 4 bianca2.m4a	1:33-1:38 5s 6:57-7:00	BIANCA MUITA COISA PODE MELHORAR	NOSSA FOI MUITO IMPACTANTE, MUDOU COMPLETAMENTE A MINHA VIDA, ASSIM.
BIANCA 4 bianca2.m4a	2:24-2:39 (15s) 7:47-8:00	BIANCA SOBRE FUTURO	DESDE ANTES DE ENTRAR TINHA UNS DEZESSEIS ANOS A IDEIA DE QUE EU QUERIA ME ESPECIALIZAR NA ÁREA DE ANTROPOLOGIA E TRABALHAR EM CURADORIAS DE MUSEUS. TANTO QUE O MEU PROJETO DE BOLSA É NO MUSEU DA UNICAMP PORQUE EU SEMPRE FUI FASCINADA POR MUSEUS
IMG_1184.MOV VERA3 NOVO	0:47 - 1:12 LAPELA: 1:03 - 1:27	VERA SOBRE O FUTURO	EU PENSO EM ME FORMAR VOLTAR PRA MINHA COMUNIDADE E TER ESSA EXPERIÊNCIA DE PROFESSORA E DEPOIS VER QUAL SERIA O PRÓXIMO PASSO NÉ MAS EU PENSO EM FAZER MESTRADO FAZER ESSA

<p>Veracomunidade3.jpeg</p> <p>Veracomunidade4.jpeg</p>	<p>5s</p> <p>4s</p>	<p>VERA NA COMUNIDAD E DO 10:14 ATÉ 10:19</p> <p>VERA NA COMUNIDAD E DO 10:19 ATÉ 10:23</p>	<p>ESPECIALIZAÇÃO E NESSA MESMA LINHA DE QUE EU FAÇO FACULDADE</p> <p>FOTOS DE ARQUIVO</p> <p>FOTOS DE ARQUIVO</p> <p>CRÉDITOS</p> <p>PRODUÇÃO BEATRIZ BORGHINI FERNANDA ALMEIDA SOFIA PONTES</p> <p>ORIENTAÇÃO</p> <p>PROF.DRA.JULIANA DORETTO</p> <p>IMAGENS</p> <p>BEATRIZ BORGHINI FERNANDA ALMEIDA HENRIQUE ROGGE SOFIA PONTES</p> <p>FOTOS E VÍDEOS PESSOAIS</p> <p>BIANCA CAVICHIOLI LEONARDO COELHO VERA LÚCIA AGUIAR MOURA</p>
---	-----------------------------------	---	--

			<p>EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO</p> <p>CAROLINA MANTOVANI</p> <p>TRILHA SONORA</p> <p>EDUARDO AGNE</p> <p>AGRADECIMENTOS</p> <p>BÁRBARA MARQUES</p> <p>CAROLINA MNTOVANI</p> <p>JULIANA DORETTO</p> <p>JULIANA SANGION</p> <p>LUIZA MELO</p> <p>MATHEUS CREMONESI</p> <p>SERGIO ALMEIDA</p>
--	--	--	---

Data:	Nº fita bruta:	Câmera:	Editor de texto:	Retranca: Valeu a pena!		
PROJETO EXPERIMENTAL						
Ano:	4 °	Turma:	Período:	Noturno	Professor (a):	Juliana Doretto

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
	00:01 - 00:17 (16s)	BG: TRILHA VINHETA	VINHETA
			(FADE)
			INÍCIO
IMG_4450	(5s)	ALUNOS ANDANDO UNIVERSIDADE	IMAGEM COBERTURA

IMG0623	(5s)	ALUNOS ANDANDO UNIVERSID ADE	IMAGEM COBERTURA
DSCN1302	(6s)	ISIS ESCREVEN DO QUADRO NEGRO	IMAGEM COBERTURA
Audio entrevista1	0:40 - 0:57 (17s)	OFF CARLOS SE APRESENTAND O	EU SOU O CARLOS EDUARDO DO SANTOS EU TENHO VINTE E TRÊS ANOS O COTA RACIAL EU FAÇO ADMINISTRAÇÃO NA UNESP DE JABOTICABAL E EU ESTOU NO QUARTO ANO
PRÉ ENTREVIST A 1.MOV	4s	CARLOS SE PREPARAN DO ENTREVIST A DO 0:37 ATÉ 0:41	IMAGEM DE APOIO
IMG DE APOIO CARLOS 3.MOV	5s	CARLOS DESCENDO ESCADA DO 0:42 ATÉ 0:47	IMAGEM DE APOIO
DSCN129 4	00:02-00:11 (9s) Audio entre isis 1:15 -1:27	OFF ISIS SE APRESENTAND O	EU SOU A ISIS GUTIERRE ARANTES EU TENHO VINTE E SETE ANOS EU ENTREI POR COTA DE ESCOLA PÚBLICA E TÔ NO QUARTO ANO DA PSICOLOGIA
		ISIS ANDANDO	

DSCN1304	(5s)	DO 0:48 ATÉ 0:53	IMAGEM DE APOIO ISIS
DSCN1303	(4s)	ISIS LENDO DO 0:53 ATÉ 0:57	IMAGEM DE APOIO ISIS
Local 2 áudio 2	0:09 - 0:12 (3s)	OFF CLAUDIA SE APRESENTANDO	MEU NOME É CLAUDIA RODRIGUES DA SILVEIRA TENHO VINTE E CINCO ANOS
imagemsem somcotanão ésmola.mov	0:14 - 0:22(8s)	CLAUDIA ESCRIVENDO COTA NÃO É ESMOLA DO 0:20 ATÉ 0:25	EU SOU ALUNA DE ENSINO BÁSICO PÚBLICO DE RIBEIRÃO PRETO E EU PASSEI NA USP DIRETO DO TERCEIRO COLEGIAL ATRAVÉS DE COTAS DE ENSINO PÚBLICO
DSCN0059	00:34-00:58 (24s)	OFF MICHAEL SE APRESENTANDO]	EU SOU O MICHAEL DEBONI, TENHO 25 ANOS, FAÇO LETRAS NO PERÍODO NOTURNO NA UNICAMP, NO CAMPUS DE CAMPINAS E EU SOU COTISTA RACIAL. EU ENTREI POR COTAS DE PRETOS E PARDOS EM 2020
IMG0618	(10s)	MICHAEL SENTADO FUNDO DESENHO DO 00:34 ATÉ O 00:44	IMAGEM DE APOIO
IMG0624	(6s)	MICHAEL LENDO SALA DE AULA DO 1:20 ATE 1:26	IMAGEM DE APOIO

DSCN129 4	2:50 - 3:09 (19s) (Audio entre isis 1 1:59 - 2:17)	ISIS COMO FICOU SABENDO COTAS	QUANDO EU COMECEI A PRESTAR VESTIBULAR EU NEM SABIA QUE EXISTIA A COTA E NEM SABIA COMO ERA DIREITO O PROCESSO PORQUE NÃO ERA MUITO INFORMADO NA ESCOLA FOI QUANDO EU ENTREI NO CURSINHO QUE EU COMECEI A ME INFORMAR MELHOR COMO FAZIA E COMO SE INSCREVE POR COTA E AÍ QUE EU COMECEI A UTILIZAR
LOCAL 2	1:56 2:14(18s) (Audio Cludia 2 1:43- 2:00)	CLAUDIA COMO FICOU SABENDO COTAS	EU PARTICIPEI DE UM CURSINHO QUE CHAMA CAPS AQUI DE RIBEIRÃO PRETO E ME AJUDOU MUITO A ESSA MUDANÇA ASSIM DE MENTALIDADE PRA CONSEGUIR UM ESTUDO E UMA PREPARAÇÃO MELHOR PRO VESTIBULAR
ENTREVI STA PARTE 1	03:04 - 03:17 (13s) 03:41 - 03:50 (9s)	CARLOS SOBRE CURSINHO	EU FIZ DOIS ANOS DE CURSINHO NA UNESP, NA FCAV, ANTES DE ENTRAR NELA.O CURSINHO ERA FEITO POR PRÓPRIOS ESTUDANTES DA FACULDADE, ERA DE ALUNOS PRA ALUNOS E EU SEI QUE ESSES DOIS ANOS ME MOTIVARAM MUITO EU LEMBRO QUE QUANDO EU TERMINEI O TERCEIRO ANO MEU PAI CHOROU MEU PAI CHOROU NA FORMATURA PORQUE ELES NUNCA TIVERAM ACESSO A ISSO SABA
Imagem de apoio livro.mov	4s	CARLOS LENDO LIVRO FOCO MÃOS DO 02:15 ATÉ 02:19	IMAGEM DE APOIO
Carlinhos. jpeg	5s	CARLOS FAMÍLIA DO 02:20 ATÉ 02:25	FOTO DE ARQUIVO

fotocarlos 1.jpeg	6s	CARLOS FORMATURA DO 02:26 ATÉ 02:31	FOTO DE ARQUIVO
DSCN006 0	5:47-5:55 (8s)	MICHAEL COMO ENTROU FACULDADE	NA ÉPOCA,EM DOIS MIL E...NO VESTIBULAR QUE EU FIZ, QUE ERA PRA ENTRAR EM 2017, NÉ? NÃO TINHA COTAS AINDA.
DSCN006 0	2:29-2:54 25s		QUANDO EU PRESTEI PRA FILOSOFIA, TINHA MUITO BRANCO. E NÃO ERA BRANCO, ERA O BRANCO DO OLHO CLARO, PARECIA UMA EUROPA, SABE? ESQUISITÍSSIMA. E ERA UMA FALTA DE REPRESENTATIVIDADE MUITO GRANDE. DAÍ QUANDO EU FUI PRESTAR O VESTIBULAR PARA LETRAS. PORQUE EU PRESTEI TANTO O ENEM QUANTO O VESTIBULAR COMUM
IMG4439	(4s)	MICHAEL ANDANDO CAMPUS DO 03:02 ATÉ 03:06	IMAGEM DE APOIO MICHAEL
DSCN006 0	2:58 3:03(5s)	MICHAEL COMO ENTROU FACULDADE	QUANDO EU FUI PRA SEGUNDA FASE O CAMPO DA UNIP TAVA LOTADO DE GENTE PRETINHA.FOI LINDÍSSIMO DE VER
NAJARA1	28:50-29:38 (38s)	NAJARA USP	A USP FOI A ÚLTIMA UNIVERSIDADE A ADOTAR AS COTAS ÉTNICOS RACIAIS E SOCIAIS EM 2017 E AS USP ERA UM LUGAR QUE EU TINHA QUANDO A GENTE ENTRAVA ENFIM PRA CONGRESSO E DISCUSSÕES EU SEMPRE FUI MUITO A USO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS E TUDO MAIS A GENTE SE SENTIA MUITO MAL

<p>QR CODE</p>	<p>10s</p>	<p>QR CODE DO 03:50 ATÉ 4:00</p>	<p>ASSIM PORQUE ERA UM LUGAR ASSIM ONDE AS PESSOAS NEGRAS NÃO ESTAVAM REPRESENTADAS E DE 2017 PRA CÁ A GENTE PODE PERCEBER UMA GRANDE MUDANÇA DA UNIVERSIDADE</p> <p>POR CONTA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS</p> <p>QR CODE “ENTREVISTA COMPLETA:NAJARA COSTA”</p>
<p>DSCN123 7</p>	<p>5:33-5:47 (14s)</p>	<p>MICHAEL SOBRE SUSTENTAR A FAMÍLIA E SER O PRIMEIRO A ENTRAR NA UNIVERSIDADE</p>	<p>PRA UNIVERSIDADE DENTRO DO MEU CÍRCULO FAMILIAR, QUE AÍ EU SOMARIA ATÉ A MINHA VÓ, MAIS OU MENOS ALI, EU FUI A PRIMEIRA PESSOA A ENTRAR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA, ESPERO SER A PRIMEIRA PESSOA FORMADA, MAS SIM EU SOU A PRIMEIRA PESSOA A TER ESSE ACESSO</p>
<p>FOTOMIC HAEL1/F OTOMIC HAEL2</p>	<p>8s</p>	<p>MICHAEL E FAMILIA E TROTE DO 04:04 ATÉ 04:12</p>	<p>FOTO DE ARQUIVO</p>
<p>ENTREVI STA PART 1</p>	<p>2:32 - 2:48</p>	<p>CARLOS PRIMEIRO FAMÍLIA</p> <p>CARLOS ANDANDO</p>	<p>EU SEMPRE TIVE VONTADE DE ENTRAR NA FACULDADE PORQUE...MEUS PAIS SEMPRE ME APOIARAM NESSA SITUAÇÃO. MEU PAI TEM TERCEIRO ANO DO FUNDAMENTAL MINHA MÃE TEM O QUINTO ANO DO FUNDAMENTAL ENTÃO ELES TIVERAM MUITO POUCO ENSINO NA VIDA DELES</p>

Biblioteca .mov	10s	BIBLIOTECA DO 04:18 ATÉ 04:28	IMAGEM DE APOIO
DSCN1294	04:09 - 4:36 (16s) (Audio entre isis 1 3:17 - 3:45)	ISIS FAMÍLIA E FACULDADE	DA MINHA FAMÍLIA DE PESSOAS MAIS PRÓXIMAS TANTO DA MINHA FAMÍLIA PATERNA E MATERNA EU SOU A PRIMEIRA A ENTRAR EM UNIVERSIDADE PÚBLICA E TAMBÉM VOU SER A PRIMEIRA A CONCLUIR UMA UNIVERSIDADE MEUS AVÓS NÃO ESTUDARAM ELES SÃO ANALFABETOS MINHA MÃE ATÉ COMEÇOU UM CURSO SUPERIOR MAS ELA NÃO CONCLUIU E ERA EM UMA UNIVERSIDADE PARTICULAR E MEU PAI EU ACHO QUE ELE NÃO CHEGOU A TERMINAR O ENSINO MÉDIO ENTÃO ACHO QUE EU VOU SER A PRIMEIRA
DSCN1294	4:43 - 4:58 (15s) (Audio entre isis 3:54 - 4:09)		É UMA SENSAÇÃO DE DAR UM ORGULHO PRA ELES NÉ PORQUE EU SINTO QUE É UM LUGAR QUE ELES QUERIAM TÁ OCUPANDO MAS POR VÁRIOS MOTIVOS ELES NÃO CONSEGUIRAM TÁ E AGORA É UM JEITO DE ELES ESTAREM AQUI TAMBÉM PELA MINHA PRESENÇA NÉ
FOTOISIS 4/FOTOISIS5	(9s)	FOTOS ISIS TROTE DO 05:03 ATÉ 05:12	IMAGEM APOIO ISIS (NOVO)
DSCN1296	(4s)	ISIS APRESENTANDO FACULDADE DO 05:13 ATÉ 05:17	IMAGEM DE APOIO
DSCN0063	8:24-8:43 (19s)	MICHAEL MAIS SOBRE ROTINA E AULAS QUE DÁ	MINHA VIDA É BASICAMENTE TENTAR DIVIDIR TEMPO ENTRE TER ESSE

<p>ENTREVI STA PART 3</p>	<p>00:53- - 01:22 (29s)</p>	<p>CARLOS ROTINA</p>	<p>FREELANCE, ESSE TRABALHO A MAIS QUE EU FAÇO, QUE ERA UM ESTAGIO E VIROU UM FREELANCE E A VIDA ACADÊMICA QUE AINDA É TRABALHO TAMBÉM. AINDA TEM O TRABALHO DA BOLSA SOMADO E A VIDA ACADÊMICA EM SI.</p>
<p>DSCN129 5</p>	<p>01:15 - 01:35 (20s) (Audio entre isis 2 00:35 - 00:54)</p>	<p>ISIS DIFICULDADE</p>	<p>EU ACORDAVA ÀS SEIS, PEGAVA O ÔNIBUS DAS SETE HORAS, CHEGAVA AQUI UMAS SETE E MEIA, PEGAVA MAIS UM ÔNIBUS PARA IR PARA O MEU TRABALHO E AÍ EU ENTRAVA ÀS OITO E FICAVA ATE AS TRES. ENTAO EU FICAVA DAS OITO ATE AS TRES E DEPOIS EU PEGAVA MAIS UM ÔNIBUS E IA PARA A RODOVIARIA, CHEGAVA EM CASA MAIS OU MENOS UMAS QUATRO E MEIA E SAIA DE CASA PRA FACULDADE AS SEIS. ENTAO ERA UM BATE E VOLTA MALUCO NE PORQUE EU IA DE BARRINHA PRA RIBEIRAO DE RIBEIRAO PRA BARRINHA DE BARRINHA PRA JABOTICABAL E DE JABOTICABAL PRA BARRINHA</p>
<p>DSCN129 8</p>	<p>7s</p>	<p>ISIS FOLHEANDO LIVRO DO 06:15 ATÉ 06:23</p>	<p>EU SENTI BASTANTE DIFERENÇA NO COMEÇO COM OS OUTROS ALUNOS DA PRA NOTAR QUE ELES ESTÃO MAIS PREPARADOS PRA ALGUMAS COISAS ENTÃO PRAS NOSSAS DISCIPLINAS BÁSICAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA, ANTROPOLOGIA DA PRA VER QUE ELES JA TINHAM UMA BASE GIGANTE QUE QUEM VINHA DE ESCOLA PÚBLICA NUNCA TEVE</p> <p style="text-align: center;">IMAGEM DE APOIO</p>
<p>Claudia online</p>	<p>22:41 - 23:00 (17s)</p>	<p>CLAUDIA IMPACTO</p>	<p>AS COTAS IMPACTARAM MUITO A MINHA VIDA E AGORA INCLUSIVE EU</p>

<p>ENTREVI STA/G1</p>	<p>11s</p>	<p>FOTOS CLAUDIA DO 06:31 ATÉ 06:42</p>	<p>ESTOU FAZENDO DOUTORADO NOS ESTADOS UNIDOS E COM CERTEZA A COTA FOI ASSIM A PRIMEIRA PORTA A PRIMEIRA OPORTUNIDADE DE CONSEGUIR UMA QUALIDADE DE ENSINO</p> <p>FOTOS DE ARQUIVO</p>
<p>DSCN123 8 (close) DSCN006 4 (plano aberto)</p>	<p>2:06-2:17 (11s)</p>	<p>MICHAEL IMPACTO</p>	<p>QUANDO EU PARO PRA PRESTAR ATENÇÃO E LEMBRO DO ALUNO QUE EU ERA. E HOJE EM DIA SABER QUE AQUELE ALUNO CHEGOU AQUI ME DA UM ORGULHO, ME DA UMA FELICIDADE ALI EM ALGUM GRAU, NÉ?</p>
<p>IMG_4452</p>	<p>3s</p>	<p>MICHAEL ANDANDO DO 06:51 ATÉ 06:54</p>	<p>IMAGEM DE APOIO</p>
<p>DSCN123 8 (close) DSCN006 4 (plano aberto)</p>	<p>5:56-6:06 (10s)</p>	<p>MICHAEL IMPACTO</p>	<p>ENTÃO, AO MESMO TEMPO QUE EU ENTENDA AS PROBLEMÁTICAS, AINDA POR MAIS, EU AINDA ASSIM CONSIGO FICAR: NOSSA, QUE BACANA QUE EU ESTOU AQUI. E EU TO AQUI PORQUE EU QUERO QUE MAIS GENTE ESTEJA AQUI.</p>
<p>Fotomich ael.1.jape g/ fotomicah el2.jpeg</p>	<p>(12s)</p>	<p>MICHAEL COM FAMÍLIA DO 07:06 ATÉ 07:18</p>	<p>IMAGEM DE APOIO MICHAEL (NOVO)</p>
<p>DSCN123 8 (close)</p>	<p>8:56-9:05 (9s)</p>	<p>MICHAEL MAE FACULDADE</p>	<p>ELA FICOU DOIDA DE VONTADE DE PRESTAR PRA ARTE. ELA SEMPRE FOI</p>

DSCN006 4 (plano aberto)			LOUCA POR ARTE E ELA QUERIA PRESTAR PRA DAR AULA MESMO.
DSCN129 5	04:45 - 04:54 (9s) (Audio entre Isis 2 4:06 - 04:15)	ISIS IMPACTO COTAS	SE EU NÃO TIVESSE A COTA SEJA NA ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA OU AQUI MESMO DE Prouni EU NÃO ESTARIA FAZENDO UNIVERSIDADE NÃO CABERIA NA RENDA DA MINHA FAMÍLIA
Najara 2	0:21 - 0:47 (26s)	NAJARA IMPACTO COTAS	O SISTEMA DE COTAS ELE IMPACTOU DE FORMA MUITO SIGNIFICATIVA A VIDA DE PESSOAS QUE TIVERAM A POSSIBILIDADE DE ENTRAR PELO SISTEMA PORQUE É UM DIREITO BÁSICO O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO A UNIVERSIDADE É UM DIREITO BÁSICO E FOI COM ESSA POSSIBILIDADE QUE MUITAS PESSOAS CONSEGUIRAM ENFIM DAR UM OUTRO SENTIDO A SUAS VIDAS NÉ
DSCN123 8 (close) DSCN006 4 (plano aberto)	1:07-1:21 14s	MICHAEL FUTURO	O MEU FOCO POR EXEMPLO É DE VIDA É VIRAR UM PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. NA REALIDADE EU TENHO VONTADE DE TRANSITAR AQUI COMO PROFESSOR NÉ? ENTÃO ESSA FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DE EU NÃO CONSEGUIR ACHAR UM PROFESSOR QUE EU PODERIA OLHAR E ME ESPELHAR NELE É UMA DIFICULDADE
Local2-au dio2 4. MOV	0:36 - 0:50 (14s)	CLAUDIA FUTURO	EU NÃO VI MUITAS MATEMÁTICAS NA ÁREA DO BACHARELADO E EU TENHO UM SONHO MUITO GRANDE DE ABRIR PORTAS E FAZER A NOSSA JUVENTUDE AS NOSSAS MULHERES

<p>CLAUDIA FORMATU RA.jpeg/F ORMATU RA.jpeg</p>	<p>8s</p>	<p>CLAUDIA FOTOS ENTRE 08:24 ATÉ 08:32</p>	<p>QUEREREM TAMBÉM SER CIENTÍFICAS QUEREREM ESTUDAR</p> <p>FOTOS DE ARQUIVO</p>
<p>ENTREVI STA PART 3</p>	<p>15:02-15:26 (24s)</p>	<p>CARLOS FUTURO</p>	<p>EU SEI QUE A GENTE COTISTA SOFRE MUITO EU SEI QUE É BASTANTE DIFÍCIL CONSEGUIR SE MANTER NA FACULDADE MAS É QUE TODO MUNDO É CAPAZ SABE POR MAIS DIFÍCIL QUE SEJA EU VEJO QUE A GENTE TEM OPORTUNIDADE A GENTE TEM AJUDA EU SEI QUE A GENTE CONSEGUE DIMINUIR ESSAS DIFERENÇAS QUE TEVE</p>
<p>Isis 2</p>	<p>4:50 - 5:06</p>	<p>ISIS MENSAGEM COTISTAS</p>	<p>PROS FUTUROS COTISTAS É PRA ELES NÃO DESISTIREM APESAR DA GENTE VER TEM ESSE LUGAR RESERVADO PRA COTA É UM LUGAR PEQUENO AINDA ENTÃO DO MESMO JEITO QUE VESTIBULAR DE AMPLA CONCORRÊNCIA É CONCORRIDO O DE COTA TAMBÉM É ENTÃO PRA ELES TEREM FORÇA PRA ESTUDAR PRA NÃO DESISTIR E PRA ELES SABEREM QUE ELES PODEM OCUPAR ESSE ESPAÇO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA</p>
<p>DSCN128 5</p>	<p>6s</p>	<p>ALUNOS ANDANDO CICLO BÁSICO DO 09:05 ATÉ 09:11</p>	<p>IMAGEM APOIO</p>
<p>QR CODE</p>	<p>6s</p>	<p>DO 09:22 ATÉ 09:28</p>	<p>QR CODE "IMPACTOS POSITIVOS DAS COTAS"</p>

Denise 2	10:58 - 11:14 (16s)	DENISE SOBRE FUTURO UNIVERSIDADE S	OS DADOS EVIDENCIAM QUE A LEI DE COTAS ELA TROUXE MUITO AVANÇO NO ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE MAS QUE A GENTE TEM UM LONGO CAMINHO AINDA A SER PERCORRIDO PARA QUE ESSAS DESIGUALDADES DESAPAREÇAM NO NOSSO PAÍS
INFOGRÁFICO	(4s)	DO 09:31 ATÉ 09:35	INFOGRAFICO UNIVERSIDADES
CLAUDIA ONLINE	17:49 - 18:05 (16s)	CLAUDIA FUTURO DO PAÍS COTAS	DAR UMA OPORTUNIDADE PARA ALGUÉM ESTUDAR É ALGO MUITO LINDO ENTÃO EU ESPERO MUITO QUE A GENTE CONSIGA DESENVOLVER NOSSO PAÍS NESSE CAMINHO
QR CODE	11s	QR CODE ENTRE 09:49 ATÉ 10:00	QR CODE “ENTREVISTA COMPLETA:CLAUDIA RODRIGUES”
			<p>CRÉDITOS</p> <p>PRODUÇÃO</p> <p>BEATRIZ BORGHINI FERNANDA ALMEIDA SOFIA PONTES</p> <p>ORIENTAÇÃO</p> <p>PROF.DRA.JULIANA DORETTO</p> <p>IMAGENS</p> <p>BEATRIZ BORGHINI</p>

			<p>FERNANDA ALMEIDA HENRIQUE ROGGE SOFIA PONTES FOTOS E VÍDEOS PESSOAIS CARLOS EDUARDO DOS SANTOS CLÁUDIA RODRIGUES ÍISIS GUTIERREZ MICHAEL DEBONI</p> <p>EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO CAROLINA MANTOVANI</p> <p>OPERADOR DE ÁUDIO MARCIO CLAVER</p> <p>TRILHA SONORA EDUARDO AGNE</p> <p>AGRADECIMENTOS BÁRBARA MARQUES CAROLINA MANTOVANI ELAINE BORGHINI ÍCARO FERRACINI JULINA DORETTO MARCIO CLEVER MATHEUS CREMONESI MURILO BORGHINI PEDRO MALAGUTTI SERGIO ALMEIDA</p>

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Michael Douglas Osborni de Lima,
(nome)

Brasileiro, Solteiro, RG 50.913.610-2
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Dom Bartolô, 97
(rua ou avenida e número)

Jd. S. Carlos, Jumari, São Paulo, 13170-002
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 08 de Novembro de 2022

Michael Osborni
(assinatura)

ANEXO VI
 AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Bianca Cavalcanti Schuermann de Barros,
 (nome)

brasileira, solteira, RG 58.085.134-5
 (Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à rua Roxo Maxima, 1194
 (rua ou avenida e número)

Dona Gerardo, Campinas, São Paulo, 13033-591
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 22 de setembro de 2022

Bianca C. S. Barros
 (assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, NON SANTOS CARVALHO,
(nome)
BRASIL, RG 15527505-7
(Nacionalidade) (Estado Civil)
residente e domiciliado à R. Frasin Serafim, 313
(rua ou avenida e número)
Centro Campinas SP
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 12 de Setembro de 2021

NON SANTOS CARVALHO
(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, João Gutierrez Hernandez,
(nome)

Brasileiro, Solteira, RG 40475734-9
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Alvanes Cobral, 452, Ap. 85
(rua ou avenida e número)

Centro, Ribeirão Preto, São Paulo, 14050-080
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 12 de setembro de 2022

João Gutierrez Hernandez
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Vanessa Aquino Moura.....
(nome)

Brasileira....., solteira....., RG 2838612-4
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Av. Santa Isabel.....
(rua ou avenida e número)

Santa Isabel, Campinas....., São Paulo.....
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 12 de Setembro..... de 2022

Vanessa Aquino Moura.....
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Cláudia Rodrigues da Silveira,
 (nome)
brasileira, solteira, RG 43.346.974-2
 (Nacionalidade) (Estado Civil)
 residente e domiciliado à 14.51 Portofino Park apt. 207
 (rua ou avenida e número)
Orizides - Orlando Flórida 32765
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 31 de agosto de 2022

Cláudia Rodrigues da Silveira
 (assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Leonardo Fernandes Coelho, Brasileiro, Solteiro, RG 114011051.
Residente e domiciliado à Alvares Cabral, 542, Centro, Ribeirão Preto - São Paulo, Cep 14010-080.

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Ribeirão Preto, 21 de Outubro de 2022



(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Denise Carreira.....
(nome)


brasileira..... casada....., RG 16457719.....
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Sebastião Velho, 172 -.....
(rua ou avenida e número)

Pinheiros..... São Paulo..... SP..... 05418-040.....
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 21 de setembro..... de 2022



(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Heitor Santos Condi
 (nome)
 brasileiro solteiro RG 38.343.735-0
 (Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Andrea Camargo de Oliveira, 1-50
 (rua ou avenida e número)

Jd. Contorno, Bauru São Paulo 17047-287...
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, ...21... de setembro de 2022

.....

 (assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Najara Lima Costa.....
 (nome)

...Brasileira....., Divorciada....., RG 35035905-2.
 (Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à José Tobias Costa, 72.....
 (rua ou avenida e número)

...Freitas Júnior.....Taboão da Serra.....São Paulo....., 06784-340.....
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 23..... de setembro..... de 2022.


 (assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

EU, Juarez Tadeu de Paula Xavier

(nome)

Brasileiro

Casado

RG 12.558.061-7

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Condomínio Nova Nações - Av. Orlando Ranieri
 10-110, torre 3, apartamento 134, 13 andar

(rua ou avenida e número)

Bauru

São Paulo

17047-001

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 22 de Setembro de 2022

.....
 (assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Maclanda Mauro,
(nome)
Brasileiro, Solteiro, RG 19.639.76-7
(Nacionalidade) (Estado Civil)
residente e domiciliado à Rua Prof. Vicente Vila de Almeida, Povo. N.º 294
(rua ou avenida e número)
Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-740
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 14 de Setembro de 2022.

Maclanda Mauro
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Carlos Eduardo dos Santos.....

(nome)

brasileiro....., solteiro....., RG 50.158.346-4

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Arnaldo Jaqueira nº 999.....

(rua ou avenida e número)

Jardim Paulista..... Baninha....., São Paulo....., 14860-000

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 23 de agosto..... de 2022

Carlos Eduardo dos Santos.....

(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Luiza Silva de Moura,
 (nome)

..... Brasileira, Solteira, RG 54.725.142-7
 (Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Doutor Ruberlei Boareto da Silva, 22
 (rua ou avenida e número)

..... Cidade Universitária J. Campinas - SP. 13083-705,
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 7 de Setembro de 20..... 22



.....
 (assinatura)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

FACULDADE DE JORNALISMO

BEATRIZ GARCIA BORGHINI

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**A COBERTURA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS UNIVERSITÁRIAS
NO JORNALISMO BRASILEIRO**

CAMPINAS

2022

BEATRIZ GARCIA BORGHINI

**RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
A COBERTURA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS UNIVERSITÁRIAS
NO JORNALISMO BRASILEIRO**

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO PROJETO EXPERIMENTAL da Faculdade de Jornalismo da PUC- Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Profa. Juliana Doretto

PUC- CAMPINAS

2022

Introdução

Em 2012, foi sancionada no Brasil a Lei nº 2.711, que instituiu a cotas de ingresso nas universidades federais. Com ela, todas as instituições de ensino superior da rede federal foram obrigadas a reservar parte de suas vagas para grupos minoritários. Segundo Sírio Possenti e Ana Luiza Bittar (2016), após ser regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, a lei garante que metade das vagas para cotistas seja reservada para estudantes de escolas públicas: 25% são para alunos com renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo por pessoa, e outras 25% são para os que têm rendimento acima disso. No início, em 2013, a lei obrigava as instituições a reservarem 12,5% das vagas a estudantes do ensino público. Essa porcentagem foi aumentando gradativamente, até chegar aos 50% em 2016.

Além disso, são reservadas vagas para negros, pardos e indígenas, em número que corresponde à porcentagem que esses grupos representam em cada Estado, segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso das cotas raciais, para utilizá-las, os estudantes devem assinar um termo em que se autodeclarem negros, indígenas ou pardos, sendo o objetivo principal dessas ações afirmativas a diminuição da desigualdade causada pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

A lei de cotas é válida apenas para instituições de ensino superior público federal. No entanto, as universidades públicas estaduais também adotaram ações afirmativas para seus vestibulares, com diferentes critérios, não seguindo necessariamente essas porcentagens estabelecidas pelas instituições federais. A USP (Universidade de São Paulo), em 2018, por exemplo dedicou 37% de vagas para cotas, e o aumento foi gradativo até 2021, atingindo 50% de alunos cotistas ingressantes na faculdade. E elas incluem reserva de vagas também por critérios de etnia. Em 2021, por exemplo, 37,5% das cadeiras foram destinadas aos alunos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. Essa porcentagem específica foi determinada com base na proporção na presença desse grupo, chamado de PPI, no Estado de São Paulo a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — por isso esse número se altera a cada ano.

Segundo Tatiana Silva (2020), entre os pretos e pardos brasileiros, 18% estão estudando ou terminando a graduação, enquanto 36% dos jovens brancos estão na mesma condição. Em contrapartida, 46,8% da população brasileira são pardos; 9,4%, pretos; e 1,1% são amarelos ou indígenas, segundo dados do IBGE de 2019. Além disso, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo de Tatiana Silva contabiliza que, em 2017, 22,9% de pessoas brancas com mais de 25 anos tinham curso superior completo. A proporção de negros com a mesma escolaridade era de apenas 9,3%. Apesar desses dados, as cotas raciais são envoltas em polêmicas, “pois há grupos que afirmam que os cotistas têm dificuldades na adaptação, pelo fato de terem um baixo nível de conhecimento, em virtude da precariedade das escolas públicas” (PEREIRA, 2008, p. 176). Segundo o trabalho, ainda há aqueles que alegam, com a suposta intenção de evitar estereótipos e de preconceitos, que o sistema ameaça o princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos.

Diante desse contexto, vamos, neste trabalho, nos dedicar ao jornalismo, “que constitui um espaço privilegiado para a construção da realidade social, uma vez que é o lugar onde se constroem sentidos a partir de fatos que ocorrem ao contrário de outros espaços midiáticos que se caracterizam pelo aspecto ficcional, pela recriação de um real” (PEREIRA, 2008, p. 174). Assim, compreendemos que o noticiário é um meio importante de disseminar informações relacionadas às cotas raciais, desde a sua implementação até os acontecimentos atuais, relacionados à sua revisão nas instituições federais, estabelecida em lei (e que pode dar margem para alterações substanciais nessa política).

Com isso, o objetivo desta pesquisa é *compreender as características da cobertura jornalística das ações afirmativas raciais nas universidades públicas, por meio de pesquisa bibliográfica*, para refletir se foi favorável ou não à política de cotas raciais. Para isso, articularemos os resultados dos textos encontrados, comparando o comportamento dos diferentes veículos estudados nos trabalhos. Para isso, vamos também debater as características do *sistema de cotas raciais* nas universidades brasileiras e como *jornalismo tende a cobrir questões raciais*.

Metodologia

Segundo William Rodrigues (2007), o método científico se baseia em um conjunto de abordagens, processos e resolução de problemas, procurando respostas para as indagações propostas. Ainda para o autor, as modalidades de pesquisa são divididas em pesquisa de campo, quando se observa como ocorrem os fatos, experimental, que objetiva criar condições para modificação dos fatos, e a bibliográfica, que “recepera o conhecimento científico acumulado sobre o problema”(RODRIGUES, 2007, p.7). Sendo assim, neste projeto, adotamos a revisão bibliográfica ou pesquisa bibliográfica. Esse método de pesquisa se constitui em:

Definir como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário (STUMPF, 2011 , p. 55).

Segundo Gonsalves (2001 apud Jose Aragão e Maria Adelina Mendes 2017, p. 30), na pesquisa bibliográfica, “serão necessários dados, informações, com os quais se desenvolverão os raciocínios formadores do conhecimento. Isto é, a necessidade exige um tratamento teórico, científico, racional”. Assim, para conseguir essas informações, foi realizada uma pesquisa na base de dados do Google Acadêmico. O procedimento realizado para a escolha do corpus da pesquisa foi o de buscar palavras-chave como “sistema de cotas”, “cotas raciais”, “cotistas”, “jornalismo e lei de cotas” e “cobertura jornalística de cotas raciais”, resultando em artigos, pesquisas e teses de autores e autoras que já pesquisaram algo semelhante. Assim, após a leitura superficial desses estudos, além da coleta de dados em sites como o IBGE, esses trabalhos foram selecionados para auxiliar na elaboração deste relatório, com foco na cobertura do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

Revisão bibliográfica

Sistema de cotas raciais

Paula de Menezes (2015), trazendo os autores Silva e Rodrigues (2012), explica como o ensino superior brasileiro, por muitos anos, foi destinado a uma elite que tinha condições econômicas para custear essa formação — já que, no início do, nos anos entre 1870 e 1890, esse tipo de educação era oferecido por instituições privadas. Mesmo quando se começou a fundar as primeiras universidades públicas gratuitas, nos anos de 1910 e 1920, esse nível de formação permaneceu durante anos exclusiva aos privilegiados do país, pois esse grupo era quem, majoritariamente, conseguia aprovação nos processos seletivos de entrada nessas instituições, por conta de sua preparação anterior.

A autora ainda reflete como essa questão histórica desfavorece grupos negros, pardos e indígenas, que desde a chegada dos portugueses ao Brasil não tinham acesso à educação básica e, conseqüentemente, ao ensino superior. Durante 354 anos, desde o início da colonização, houve escravizados negros no Brasil. Um censo realizado por D. Pedro II em 1872, já próximo ao ano da abolição (1888), estimou uma população de 10 milhões de pessoas no Brasil, em que 15,24% eram escravos. Em resultados detalhados, o Censo de

1872 aponta o total da população de estrangeiros no Brasil: 382.132. Separa os brancos por origem. São 125.876 portugueses, 40.056 alemães e 8.222 italianos, entre outras nacionalidades. Os negros eram considerados todos do mesmo grupo: africanos. Segundo o documento, eram 176.057 africanos vivendo no país, porém, divididos apenas entre escravos (138.358) e alforriados (37.699).

Dessa forma, no texto “A importância de cotas raciais Universitárias no contexto Brasileiro”, Rodrigues, Silva, Mangaba (2019, p. 78) afirmam, após exporem esse contexto histórico no Brasil, como é importante pensar em ações afirmativas “que tenham como objetivo acabar com essa desigualdade historicamente construída”, sendo uma delas as cotas raciais nas universidades públicas.

Para Silva (2009, p. 345), o sistema de cotas é, portanto, algo necessário para a redução de dívida histórica, ou seja:

O sistema de cotas, como posto é política obrigatória de estado e forma legítima de reduzir “dívida histórica” comprovada em favor do segmento negro, não ofendendo, portanto, a qualquer princípio jurídico interno ou externo. Desse modo, o Estatuto da Igualdade Racial jamais dividiria a sociedade entre “brancos”, de um lado e “negros” e “pardos”, de outro, deixando privilégios a estes últimos, como se apregoa. (SILVA, 2009, p. 345)

Segundo Sírio Possenti e Ana Luiza Bittar (2016), no Brasil, o primeiro projeto similar ao que conhecemos hoje surgiu em 1983, mas essa proposta na época não foi aprovada pelo Congresso. O deputado Abdias do Nascimento, importante intelectual e ativista do século 20, pautou a temática racial no Congresso Nacional. É de sua autoria o Projeto de Lei n. 1.332/1983, que reivindicava medidas compensatórias para os negros. Essas ações propunham uma reserva de vagas para esse grupo em concursos públicos e inclusão de estudo da história e da literatura africana nas escolas.

Porém, já em 2001, a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial e as Formas de Intolerância Correlatas, que ocorreu na África do Sul, gerou debates sobre números de desigualdade racial da população brasileira. O evento colocou em discussão formas para diminuir essas questões raciais no país, e as ações afirmativas para negros ressurgiram no cenário nacional. Em 2003¹, a Universidade Estadual do Rio de

¹ Para entender melhor sobre o sistema de cotas e sobre a sua história Disponível em: < <https://midianinja.org/estudantesninja/cotas-raciais-no-brasil-historia-e-reflexoes/>>. Acesso em: 20 novembro 22.

Janeiro (Uerj) foi a primeira no país a estabelecer cotas em seu vestibular, seguida pela Universidade de Brasília (UnB), primeira federal a fazer isso. Com o passar dos anos, diversas universidades já adotavam medidas de cotas raciais em seus vestibulares, mas, mesmo assim, elas enfrentavam resistência política e de parte da população.

No artigo “O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online”, Pereira (2008) explica as discussões sobre a implementação das cotas raciais nas universidades públicas no ano de 2007, colocando em pauta os que eram a favor ou contra a sua implementação e como isso foi mostrado pela mídia no período estudado. Na sociedade, os grupos se dividiam naqueles que acreditavam que as cotas gerariam mais desigualdades sociais ou que o investimento deveria ser feito na educação básica e que as cotas são como “tapar o sol com a peneira”, e aqueles que defendiam as cotas como uma medida para diminuir a desigualdade presente no sistema de educação brasileiro, alegando que os cotistas tiveram desempenhos iguais ou até superiores aos dos demais.

Ainda em 2007, houve a elaboração de um programa de expansão e investimento nas universidades e institutos federais, chamado Reuni, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Entre as suas diretrizes, estavam um projeto de redução da taxa de evasão nas universidades, de revisão da estrutura acadêmica e de ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, em que as cotas estavam inseridas. Por isso, foram realizados debates sobre as cotas raciais, por meio dos conselhos universitários.

O debate chegou também ao Legislativo. Em 2011, três senadores² se revezaram na condução de uma audiência pública para expor os benefícios das cotas já adotadas por algumas universidades. David Santoso, diretor-executivo da organização não governamental Educafro, que estava presente no debate, informou que 160 instituições públicas brasileiras de ensino superior já tinham adotado algum tipo de ação afirmativa, e lembrou que o projeto de lei que instituiu sistema de cotas em todas as universidades públicas brasileiras já tramitava no Congresso há longos 13 anos. O diretor ressaltou ainda que foi somente após o Reuni, com a proposta de implementar cotas para estudantes de escolas públicas, com subcotas para negros, pardos e indígenas, que a proposta foi analisada pelo Supremo

² Três senadores se revezaram na condução da audiência pública: o presidente da Comissão de direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS), Marinor Brito (PSOL-PA) e Paulo Davim (PV-RN). Todos eles destacaram a importância das ações afirmativas e elogiaram a trajetória de luta dos militantes do movimento negro presentes à reunião.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/09/19/cotas-10-anos-de-inclusao-nas-universidades-publicas-brasileiras>>. Acesso em: 23 maio 22.

Tribunal Federal, que votou por unanimidade pela constitucionalidade das ações afirmativas.

Logo após, em agosto de 2012, houve a implementação da lei que obriga as universidades federais a reservarem parte de suas vagas a negros, pardos e indígenas. Atualmente, no ano de 2022, já se comemoram 10 anos da instituição das cotas raciais no Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), em 1997, 1,8% da população negra que havia ingressado no ensino superior. Após 2010, o salto foi de 11,9%, ou seja, houve um aumento de quase 1000%. Em 2014³, 30,9% das vagas em institutos federais e 22,4% nas universidades foram destinadas a pretos, pardos e indígenas.

Apesar de todos esses benefícios, as cotas raciais enfrentam problemas e ainda causam controvérsias. Por exemplo: algumas instituições públicas de ensino superior decidiram implantar bancas avaliadoras para a certificação da autodeclaração de candidatos, que se disseram pretos, pardos e indígenas, por meio de entrevistas e análises físicas. No processo das cotas, essa declaração racial é a exigência para comprovação da etnia, conforme descrito na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Segundo dados do IBGE, trata-se de um documento assinado pelo participante de um processo seletivo, durante a inscrição, afirmando sua identidade étnico-racial: preto, pardo ou indígena, de acordo com as categorias definidas pelo próprio.

A medida foi adotada após denúncias de diversos casos de fraudes para burlar o sistema, utilizando as cotas de maneira indevida para facilitar o ingresso nas faculdades. Segundo Batista (2020, p. 3), alguns alunos, quando se depararem com essas bancas, passam por processos preconceituosos, colocando o jovem “em uma linha tenue entre provar sua condição enquanto negro ou não”. Para o autor, esse processo se torna tenso e desgastante para o aluno.

Com isso, é possível perceber que o avanço da política de cotas raciais está beneficiando vários estudantes, possibilitando seu ingresso no ensino superior, ainda que certos problemas perdurem. Porém, essas medidas de inclusão são representadas de diferentes formas pelo jornalismo, como será discutido nos próximos tópicos.

Mídia e as questões raciais

Antes de entender como o jornalismo retratou as ações afirmativas no Brasil, é necessário refletir sobre os próprios meios de comunicação e de que maneira eles atuam em

³ Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf/>. Acesso em: 20 novembro 22. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf

uma sociedade. Eles são fundamentais para a vida cotidiana, ao contribuir para a construção de diferentes significados sobre determinados assuntos, e isso interfere no modo como as relações sociais são organizadas. “Assim, os discursos presentes nos meios de comunicação, a partir da articulação de outros discursos presentes na sociedade, acabam tendo um importante papel de reconfiguração do espaço social, atribuindo valores que organizam as relações presentes nessa sociedade” (PEREIRA, 2008, p. 174).

Isso se dá, para Amorim (2021), por conta das potencialidades da linguagem, considerada aqui como uma prática social, que constrói significados sobre o mundo. Assim os discursos, entre eles os divulgados em veículos de comunicação, podem auxiliar a transformar a sociedade e, da mesma forma, “a sociedade também transforma as práticas discursivas” (AMORIM, 2021, p. 80).

Por outro lado, os meios de comunicação, e isso inclui o jornalismo, são também capazes de produzir estereótipos e reproduzir preconceitos, especialmente quando o apresenta uma cobertura limitada e superficial. E, dessa forma, a sociedade pode enxergar essas percepções como sendo as corretas. Daí a importância de estudarmos as representações sociais arquitetadas pelo jornalismo neste trabalho; no nosso caso, aquelas que abordam as cotas raciais universitárias. “Acreditamos que as possibilidades teóricas da aproximação entre jornalismo e representações sociais oferecem um amplo campo de estudos para buscarmos compreender como o campo jornalístico contribui diariamente para a construção do real” (VIZEU, 2006, p. 37).

No Brasil, a população negra corresponde a 46,2% dos brasileiros, segundo o IBGE e, mesmo assim, esse grupo é considerado uma minoria, por conta dos preconceitos e violências sofridos por ele. Com base nesse cenário, alguns estudos, como o texto “Relações Raciais na Mídia: um estudo no contexto brasileiro (2010)”, mostram que, a partir da década de 70, houve um aumento na representação dos grupos nas mídias. “No entanto, a grande maioria das investigações indica que os negros ainda estão sub-representados em comparação com sua quantidade na população” (ACEVEDO; NOHARA; RAMUKI, 2010, p. 62).

Mais tarde nos anos 90, movidas principalmente pelas reivindicações do movimento negro na sociedade, que ganha força, os conflitos identitários começaram a ter destaque em diversos cenários, e isso obriga a cobertura a dar atenção a essas questões. “Segmentos como o de afrodescendentes, de homossexuais, de idosos e crianças, passam a fazer parte das rotinas editoriais. As pautas dos jornais e nas editoriais, obrigam os profissionais de imprensa a uma mudança de postura o que significou um grande desafio” (FERREIRA,

2001, p. 2). Esse fato gerou ainda um debate em relação aos termos melhores utilizados para se referir a esses grupos. Ferreira (2001) traz exemplos, como os termos “negrão” ou “criolo”, que têm características discriminatórias, representam o negro como de forma pejorativa e passaram a ser combatidos.

Além disso, o autor reflete que, mesmo que esses termos não sejam utilizados, alguns outros, mais sutis, continuam a transparecer estereótipos racistas, como quando os negros são colocados somente em posições marginalizados pela mídia. Além disso, apesar desses avanços, a grande maioria das investigações indica que negros ainda estão sub-representados na mídia e que os estereótipos permanecem:

Alguns jornalistas da mídia seguem o senso comum de que personagens negras estão direta e obviamente envolvidas em ilegalidades e atividades marginalizadas, enquanto personagens brancas são presumivelmente inocentes, “cidadãos de bem” (DAMASCENO; PERUZZO, 2021, p. 2).

As autoras também observam que veículos de notícia tradicionais são em geral “embranquecidos” — ou seja, com jornalistas majoritariamente brancos —, e isso também contribui para a perpetuação do racismo estrutural, tendo em vista que esses canais têm grande poder sobre a circulação dos discursos sociais. “Logo, essa pequena parcela da sociedade pode influenciar o imaginário social sobre os mais variados temas – dentre os quais está a temática racial, legitimando e consolidando o racismo” (DAMASCENO; PERUZZO, 2021, p. 3). Isso é chamado pelas autoras de “racismo midiático”. Isso porque, retomando ideias de van Dijk (2018, p. 133 apud Damasceno e Peruzzo 2021, p. 4), a escrita, embora pareça apenas uma união de palavras, desempenha “[...] um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo”, podendo ser “[...] um influente tipo de prática discriminatória”.

Em outras palavras, esses discursos discriminatórios veiculados pela mídia influenciam na construção e na reafirmação das identidades individuais dos sujeitos negros (e de outros grupos étnicos) e oferecem modelos de comportamento, que acabam sendo seguidos em sociedade:

Além disso, a mídia produz o efeito do real, ou seja, faz crer o que ela faz ver (Santaella, 1996). De fato, vários estudos, por exemplo, o de Duckitt (1992), têm revelado que retratos negativos podem prejudicar a autoestima e a autoimagem de grupos discriminados, afetando a compreensão que eles têm de si mesmos, e também

influenciar a imagem que outros grupos fazem deles (ACEVEDO; NOHARA; RAMUSKI, 2010, p. 60).

Para Paiva e Sodré (2004), o preconceito racial presente nessas mídias está enraizado em falsos fundamentos biológicos, que afirmam a superioridade de determinadas características étnicas ou fenotípicas sobre outras. É o caso da branquitude, o paradigma ocidental de dominação racial. Isso porque já na infância aprendemos que o branco seria superior a outras etnias. “Vêm desse paradigma os julgamentos que, no senso comum cotidiano, constituem o sistema de crenças ou certezas sobre o outro, sobre a diferença fenotípica, negro, indígena, oriental, etc” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p. 143).

Assim, a mídia constrói uma interpretação ideológica, baseada na reprodução desse racismo estrutural e simbólico, ao produzir e publicar um discurso que naturaliza a superioridade branca, reproduzindo as relações de dominação sobre os negros pelo grupo dominante, os brancos. Assim, propõe-se que a mídia reafirma “as posições na hierarquia e superioridade entre indivíduos” (DAMASCENO; PERUZZO, 2021, p. 7).

Para finalizar, os autores debatidos neste tópico ainda sugerem que as pesquisas se aprofundem nessa temática. Sendo assim, análises sobre o jornalismo e as ações afirmativas, para entender as diferentes maneiras com que o noticiário retratou as cotas raciais implantadas nas universidades, se fazem importantes.

Cobertura jornalística das cotas raciais nas universidades públicas

Após termos discutido sobre o sistema de cotas e sobre como a mídia reproduz muitas vezes o racismo estrutural, neste tópico, a análise se pautará na cobertura jornalística das cotas raciais que vigoram nas universidades públicas. Para isso, vamos iniciar a discussão com o texto “Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais” (2013). Nele, os autores, Campos, Feres Júnior e Daflon, realizaram uma análise de conteúdo no jornal “O Globo” de 2001 a 2008, período pré-implementação das cotas no Brasil. Foram estudados os formatos dos textos (reportagem, carta, artigo, coluna, editorial, nota, entrevista e resenha) e buscou-se compreender se os discursos eram mais favoráveis ou contrários às cotas.

As questões raciais, segundo o trabalho, se tornaram mais perceptíveis na mídia a partir de 2001, ano em que representantes do governo federal defenderam, pela primeira vez, em um evento, a adoção de ações afirmativas para negros. A partir dessa exposição, a questão ganharia cada vez mais importância midiática. Segundo as análises dos autores, em 2003, no jornal estudado, as cotas eram vistas como um assunto que deveria ser

noticiado via reportagens. Após um ano dessa avaliação, em 2004, a controvérsia passa a ser mais abordada com artigos de opinião e editoriais, o que se mantém como tendência a partir daí. Ou seja, a partir de 2004, o jornal mostra a temática não somente como algo a ser mencionado ou reportado, mas sobretudo como um assunto a ser qualificado.

Sendo assim, os editores começam a trazer, em colunas e artigos, especialistas e fontes que expressam claramente suas opiniões — em sua maioria, contrárias às cotas. A quase todos os editoriais também se declararam desfavoráveis às ações afirmativas raciais. Esses posicionamentos começam ainda a aparecer nas cartas de leitores publicadas. É possível perceber, assim, que “O Globo” tratou a questão “criando” polêmicas, e não apenas detectando-as, socialmente, destacando em sua maioria os lados contrários e opiniões negativas em relação às ações afirmativas raciais.

Para estudar mais sobre o tema, o texto de Miranda e Silva (2014) é essencial, pois ajuda a entender como a imprensa cria suas controvérsias e as apresenta para o público, assim como os autores citados acima refletem. O trabalho destaca como o espaço midiático passa a ser visto como uma “arena pública”, onde diferentes opiniões sobre um determinado tema se expressam, se encontram, e são divulgadas para um público de leitores. No entanto, apenas um lado por vezes começa a ganhar destaque. E, segundo Barbosa (2011 apud MIRANDA; SILVA, 2014), no caso das cotas raciais, a sociedade começa a tensionar essas políticas públicas por conta da maneira com que o tema é abordado pela mídia. De acordo com o autor, o posicionamento no noticiário é sempre contrário à medida, ressaltando o mito da democracia racial, racismo e miscigenação. “O que causa tensão é a maneira como a mídia aborda o assunto, por meio de um discurso carregado de ideologia” (BARBOSA, 2011, p. 9 apud MIRANDA; SILVA, 2014).

O texto, intitulado “A identidade do negro e a questão das cotas raciais na mídia brasileira e na mídia local” (2014), os autores também destacam a participação do jornal “O Globo” na questão das ações afirmativas raciais:

Pesquisas realizadas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) entre os anos de 2001 e 2009 apontam que o Jornal O Globo foi um dos jornais que mais publicaram notícias sobre as políticas de cotas, sendo que do total dos textos 46% eram nitidamente contra e apenas 24% a favor (MIRANDA; SILVA, 2014, p. 162).

Outro texto estudado para a elaboração desse tópico é “O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online” (PEREIRA, 2008). Nele, o autor complementa pontos abordados nesta reflexão, já que que o jornalismo estudado por ele no meio online,

em textos de 2007 com uma metodologia de análise de conteúdo, em que foram observados termos dos jornais que disseminam posições de repúdio às cotas de forma discriminatória e, na maioria das vezes, preconceituosa.

Os principais jornais analisados foram a Folha de S.Paulo e o G1. O último foi escolhido por trazer notícias de vários veículos de jornalismo do grupo Globo, ao qual pertence, como Globo News, O Globo e Diário de São Paulo, entre outros. A Folha Online foi selecionada por ser, segundo o site, o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa, produzindo conteúdo com a mesma qualidade editorial e seguindo os princípios de pluralidade, independência e criticismo da Folha. Foram estudadas, pela Análise do Discurso, todas as notícias que traziam a palavra cotas no título: 14 na Folha e 25 no G1.

O autor destaca argumentos abordados por opositores à medida nos textos nesses dois veículos. Entre eles, estão as dificuldades na adaptação dos cotistas; em contrapartida, os defensores das cotas destacam o bom desempenho desses alunos: “Esse posicionamento mostra que os alunos admitidos pelo sistema estão tendo desempenho igual e, em alguns casos, superior ao dos não cotistas, contrariando o argumento de que o sistema de cotas baixaria a qualidade do ensino superior” (PEREIRA, 2008, p. 180);

Outro sentido detectados nos discursos, apresentado pelo autor, após a análise dos textos, é o argumento apresentado nas matérias com viés de oposição à política pública que alude à questão de mérito dos alunos cotistas, também conhecido como meritocracia. Segundo o trabalho, o sistema de cotas, nesse posicionamento: “fere o princípio do mérito e, portanto, ameaça a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o nível dos universitários” (PEREIRA, 2008, p. 178). Nesse discurso, os textos demonstram como os alunos cotistas, utilizando as reservas de vagas, não entrariam na faculdade por mérito próprio. Ou seja, são posições que mostram as cotas como um facilitador ao acesso das camadas mais baixas da sociedade às universidades, quando deveria ter como critério principal o mérito. Esse discurso, segundo o autor, é discriminatório, pois não leva em consideração as condições socioeconômicas dos estudantes.

Em relação aos discursos favoráveis às cotas, o trabalho identifica o argumento que defende que essa ação afirmativa é uma das conseqüências de uma dívida histórica, devido aos anos de escravidão vividos pela população negra, vinda da África para o Brasil. Esse posicionamento tem a seu favor o fato de que os alunos cotistas apresentam maiores notas e menores taxa de evasão que alunos não cotistas. Esse posicionamento, no entanto, apesar de ser abordado pela mídia, aparece menos que os argumentos contrários.

Finalizando a análise desse tópico, para Solange Martins (1997), a mídia comete racismo de maneira sutil: um ato que não permite reclamação ou protesto, pois sua manifestação é tão encoberta que não se pode provar que exista. Ainda para a autora do texto “Reflexo do racismo a brasileira na mídia (1997), esse racismo e discriminação presentes nos discursos midiáticos estabelecem “relações ambíguas, que possibilitam que os atingidos fiquem na dúvida se realmente estão sendo vítimas de preconceito ou não” (MARTINS, 1997, p. 64). E é o que vemos ao analisar a cobertura midiática das ações afirmativas raciais.

Quando o jornalismo se alimenta de um discurso hegemônico, ouvindo apenas fontes e especialistas com um único posicionamento sobre o assunto, quando a mídia retrata as ações afirmativas de maneira negativa, com argumentos racistas e que alimenta a supremacia da “branquitude”, destacando a posição contrária às cotas através de um olhar de jornalistas brancos, esse discurso acaba por ser legitimado e, como a história tem mostrado, afeta toda a sociedade. “Mudar a mídia, introduzir imagens mais diversificadas e reais do negro e sua vida, realizar programas que debatam [...] a questão racial [...] tratar o afro-descendente com dignidade e respeito poderia, também, ser um caminho para mudar essa sociedade” (COUCEIRO, 1997, p. 64).

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi compreender as características da cobertura jornalística das ações afirmativas raciais nas universidades públicas, para refletir se o tratamento dado foi favorável ou não à política de cotas raciais. Nessa busca, foram encontrados textos no Google Acadêmico, por meio da utilização de algumas palavras-chave, como “cotas”, “cotas raciais”, “jornalismo” e “universidade públicas”. A pesquisa resultou em textos que tratavam principalmente do período anterior à implementação das cotas raciais e dos anos iniciais de seu funcionamento.

Para compreender melhor esses textos, num primeiro momento, tecemos uma reflexão histórica sobre o sistema de cotas raciais, mostrando como a medida vem beneficiando estudantes negros.

Em seguida, no segundo tópico além de refletirmos como própria mídia e os meios de comunicação atuam em uma sociedade, foi essencial entender como os jornais tem tratado a questão racial, demonstrando que mesmo após reivindicações do movimento negro a produção jornalística tem reforçado o racismo estrutural, com representações estereotipadas dos negros, ainda que tenha havido avanços.

No estudo específico da cobertura das cotas raciais, encontramos textos que estudaram três grandes veículos brasileiros: “O Globo”, “G1” e “Folha de S.Paulo”. Nas análises, vimos que a mídia explorou mais as opiniões contrárias às cotas. Ou seja, nesses textos, apesar de se identificarem também argumentos a favor da política de cotas, os posicionamentos contrários ganharam mais destaque, com discursos sobre meritocracia, desrespeito à Constituição e baixa qualificação dos cotistas. Assim, a cobertura, mesmo que de forma sutil, reproduziu opiniões e posicionamentos racistas em relação às ações afirmativas raciais. Esse processo é ainda mais prejudicial, pois faz com que os indivíduos negros se questionem se estão sofrendo racismo ou não.

Por exemplo: foi perceptível como a meritocracia é uma questão enraizada em nossa sociedade e também foi reproduzida por diversos veículos de imprensa, quando questionam se os cotistas eram merecedores ou não dessas cotas, a fim de desmerecê-los por terem entrado na universidade por meio da política de cotas. Trata-se, como se vê, de uma forma de racismo sutil.

Como dito, a maioria dos textos tratam sobre a pré-implantação das cotas, nos anos de 2000 a 2010. Assim, é importante que sejam realizados mais estudos sobre a cobertura das cotas na educação brasileira após seu início, em 2012, de forma a mostrar se os posicionamentos em relação a essa política afirmativa mudaram com o passar dos anos.

Por fim, foi possível compreender como o jornalismo tem o papel de construir a realidade e influenciar a maneira dos indivíduos pensarem. Dessa forma, quando a cobertura realizada destaca apenas razões contrárias às cotas, reproduzindo falas racistas, essas opiniões influenciam a maneira com que o público enxerga essa política social. Daí a necessidade de o noticiário buscar ser socialmente responsável, buscando a redução das desigualdades e o desenvolvimento do país.

Referências bibliográficas

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lúcia. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 57-73, jan. 2010

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AMORIM, Francisco Higo de. **Cotas raciais nas universidades e alunos cotistas: representações sociais em textos da mídia online ao longo da primeira década da Lei 12.711/12**. 2021. 198 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de

Brasília, Brasília, 2021.

ARAGÃO, Jorge; MENDES, Maria Adelia. **Metodologia científica**. Salvador: Universidade Federal da Bahia , 2017.

BATISTA JÚNIOR, Ovídio da Conceição. O olhar docente sobre as bancas para cotas na uems – campo grande. **Web Revista Sociodialeto**, [S.l.], v. 10, n. 29, p. 1 - 15, jul. 2020.

CAMPOS, Luiz; JUNIOR, João; DAFLON, Veronica. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 11, Brasília, maio,p. 7-31, 2013.

COUCEIRO, Solange. Reflexos do "racismo à brasileira" na mídia. **Revista USP**, p. 56-65, 1997.

DAMASCENO, Adriana;PERUZZO, Cicilia. O racismo e suas implicações na imprensa brasileira: aspectos teóricos. In: SEMINÁRIO COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES, 7., 22 a 26 nov. 2021. **Anais [...]**, Vitória, v. 1, n. 7, 2021.

FERREIRA,Ricardo. Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa. **Revista USP**, São Paulo, n.69, p. 80-91, 2006

MENEZES, Paula de. Reflexões sobre o sistema de cotas no Brasil. **Revista Lugares de Educação**, v. 5, n. 11, p. 147–160, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova**, n 55-56, 2002.

MIRANDA, Giovani; SILVA, Millena. A identidade do negro e a questão das cotas raciais na mídia brasileira e na mídia local. **Leituras do Jornalismo**, n. 1, 2014.

PAIVA, Raquel;SODRÉ, Muniz.Mídia, comunidade e preconceito racial.**Sphera Pública**, núm. 4, 2004, pp. 141-149.Universidad Católica San Antonio de Murcia Murcia, España

PEREIRA, Ilídio. O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online. **Revista Fronteiras**, Porto Alegre, p. 173-182, 2008.

POSSENTI, Sírio; BITTAR, Ana Luiza. Discursos sobre cotas no Brasil. **Estudos Linguísticos**, Campinas, pp. 113-137 - jan./abr. 2016.

RODRIGUES, Fernanda; SILVA, Lais; MANGABA, Maíra. A importância de cotas raciais Universitárias no contexto Brasileiro. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.5, n.1, p. 75-82, Jan./Jun., 2019.

RODRIGUES, William. Método Científico (anotações de aula). **Faetec/IST**, Paracambi 2007. Acesso em 02 de jun: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf.

SILVA, Tatiana. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente.** Texto para discussão. Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

STUMPF, Ida. **Metodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2011.

VIZEU, Alfredo Junior. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 30, p. 31-38, ago. 2006.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

FERNANDA GONÇALVES DE ALMEIDA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**A COBERTURA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PELO JORNALISMO IMPRESSO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

CAMPINAS

2022

Fernanda Gonçalves de Almeida

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**A COBERTURA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PELO JORNALISMO IMPRESSO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**Relatório Individual de pesquisa
apresentado à disciplina
METODOLOGIA DE PESQUISA
APLICADA AO PROJETO
EXPERIMENTAL da Faculdade de
Jornalismo da PUC-Campinas como
exigência parcial para aprovação na
referida disciplina, sob a orientação
da Prof^a. Dr^a Juliana Doretto**

**PUC- CAMPINAS
2022**

Introdução

As cotas são políticas públicas que têm como objetivo acelerar o processo de inclusão de grupos minoritários, sejam eles minorias étnicas-raciais e/ou socioeconomicamente vulneráveis (PIOVESAN, 2008), no ambiente profissional ou acadêmico. Por meio dessas medidas, uma porcentagem das vagas e postos disponíveis são reservadas para esses sujeitos, que têm de comprovar as condições que os beneficiam. Na universidades, por exemplo, o objetivo é garantir o acesso à educação superior de qualidade e gratuita para grupos vulnerabilizados, que eram minoria entre os matriculados antes dessas ações, como negros e estudantes da rede pública.

A primeira política de cotas em universidades públicas a entrar em vigor no país aconteceu em 2003, com a Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e a Uenf (Universidade do Norte Fluminense). Promulgada em novembro de 2001, a Lei n. 3.709 previa a reserva de 40% das vagas para pessoas negras e pardas nas universidades. Em 2004, foi a vez da UnB (Universidade de Brasília), que implementava o mesmo sistema étnico-racial aos candidatos ingressantes (CAMPOS, FERES JÚNIOR; DAFLON, 2013)

O atual sistema de cotas para as universidades brasileiras foi implantando em 2012, por meio da nº Lei 12.711, sancionada pela então presidente da República, Dilma Rousseff, para as universidades federais. A legislação foi aplicada gradualmente, oferecendo, no início, o mínimo de 12,5% das vagas para alunos cotistas, visando, em quatro anos, elevar esse número para metade das vagas disponíveis. Atualmente, essa porcentagem vigora e, dentro desses 50% reservados para cotistas, há uma divisão entre cotas para estudantes do ensino público, negros e pardos e indígenas, em uma distribuição que varia em cada estado.

Contudo, tal ação afirmativa era direcionada apenas para universidades federais do país. Outras instituições públicas foram aderindo ao que dizia a lei com o passar dos anos, de acordo com as suas necessidades acadêmicas. As universidades públicas paulistas, como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por exemplo, aderiram ao sistema de cotas nos anos de 2013, 2017 e 2019, respectivamente.

A questão das cotas já era um assunto amplamente abordado pela mídia desde o início dos anos 2000, com a implementação por lei em algumas universidades, mobilizando argumentos favoráveis à medida, que defendem as cotas como uma recuperação histórica, e contrários, que tratam as ações como uma algo que fere a Constituição ou que atestam que não há racismo estrutural no país. Segundo Januário (2011), “o assunto das cotas também repercutiu fortemente na mídia. Inclusive, o tema chegou a fazer parte de novela do horário nobre. A imprensa escrita, logo, começou a escrever reportagens e artigos sobre o tema”.

Ou seja, o autor mostra que a cobertura da pauta foi amplamente realizada por veículos do jornalismo impresso, sendo eles jornais e revistas. Enquanto os primeiros são definidos como produtos noticiosos normalmente diários, que trazem assuntos variados que aconteceram desde a publicação da última edição (WAN-IFRA¹, 1998 apud UNESCO), os segundos são caracterizados como veículos voltados para o aprofundamento de um determinado tema, veiculado em mídias mais imediatas, como os jornais (AZUBEL, 2013).

Segundo uma reportagem feita pelo site Poder 360², em 2021, a circulação dos jornais impressos teve uma queda de 12,8% em comparação ao ano anterior, por conta do crescimento do consumo de notícias na internet. Na revistas³, o processo foi maior: em 2021, a circulação impressa caiu 28%. Uma dessas revistas, a *Época*, foi descontinuada em maio do mesmo ano e se tornou uma seção do jornal *O Globo*. Apesar da queda da circulação dos produtos do jornalismo impresso, sua influência no cenário midiáticos ainda é grande, por conta da sua tradição e do investimento em pautas investigativas.

A partir disso, através de uma pesquisa bibliográfica, será investigado como foi abordada a implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras no país no jornalismo impresso nacional, a partir de estudos que se voltaram, por exemplo, à cobertura dos jornais Folha de S.Paulo e O Globo e da revista Veja. Serão analisados os argumentos utilizados nas reportagem, sejam eles favoráveis ou contrários à ação afirmativa, através de artigos científicos que trataram sobre o assunto, de modo a traçar tendências na cobertura desses veículos.

¹ Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícias

²Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

³Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/midia/revistas-em-2021-impresso-cai-28-digital-retrai-21/>>. Acesso em 22 jun. 2022.

Para isso, falaremos ainda sobre histórico de criação e desenvolvimento das cotas nas universidades brasileiras e trataremos das características do jornalismo impresso brasileiro, incluindo as visões ideológicas dos principais veículos.

Metodologia

O processo de pesquisa conduzido neste trabalho tem caráter exploratório e será realizado por meio de uma análise ou pesquisa bibliográfica, a partir de trabalho de autores que tratam sobre o assunto investigado. Esse tipo de pesquisa consiste na identificação e leitura de obras e documentos acadêmicos cujo conteúdo seja referente ao tema escolhido, seguido pela seleção e análise delas.

A pesquisa exploratória consiste no passo inicial de qualquer investigação, contribuindo assim com a aquisição de embasamento para realizar posteriores pesquisas, pela experiência e auxílio que traz. Limita-se a definir objetivos e buscar maiores informações e ideias novas sobre o tema em questão, familiarizando-se com ele (PINTO, 2010, p. 11).

Segundo Marconi e Lakatos (1992), com a articulação das conclusões a que chegaram outros autores que trataram do mesmo tema abordado, a pesquisa pode ganhar corpo, trazendo resultados já obtidos em pesquisas anteriores. Nesse processo, a investigação pode confrontar pensamentos diferentes de autores que abordaram a mesma temática, ou então pode, na articulação dos trabalhos, confirmar certas ideias. Desse modo, outras questões são levantadas, e elas podem levar a um aprofundamento do assunto e à descoberta de novas ideias.

A seleção dos textos foi feita por meio de uma busca em sites de pesquisas acadêmicas, como o portal Scielo⁴, Portal Capes de Teses e Dissertações⁵ e o Google Acadêmico⁶, utilizando palavras-chaves como “cotas”, “sistema de cotas”, “jornalismo”, “jornalismo impresso”, “Lei de Cotas”, “12.711/12” e “ações afirmativas”. A partir disso, foi realizada a leitura dos textos, a partir dos seus resumo e conclusões, e selecionados os que de fato tratavam do tema da pesquisa abordada neste projeto.

⁴ Disponível em: <<https://www.scielo.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁵ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁶ Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Revisão bibliográfica

O que são cotas?

A discussão sobre as cotas tem início com o nascimento do termo “ações afirmativas”, que tem origem norte-americana, no fim dos anos 60, por meio de mobilizações de direitos civis, como o movimento negro, que reivindicavam uma posição do Estado para garantir a melhoria das condições da população negra. De maneira geral, elas são políticas públicas voltadas para a inclusão de grupos minoritários que, de maneira histórica, foram impedidos de ter um acesso justo a determinadas oportunidades. Assim, as ações afirmativas criam “meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade” (MUNANGA & GOMES, 2006, p. 186 apud RODRIGUES, SANTOS, 2015, p. 7).

Um dos modos de concretização dessas ações afirmativas são as chamadas cotas, que são medidas tomadas pelo Estado para garantir, por meio da reserva proporcional de vagas, uma equidade no exercício de seus direitos, como o que garante o acesso à educação. A partir desse pressuposto, a questão das cotas universitárias foi primeiramente abordada após a participação do Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, sediada em Dubai na África do Sul, no qual o Brasil reconheceu oficialmente a discriminação contra os negros e se propôs a criar medidas para uma maior inserção de pessoas negras no ensino superior (PEREIRA, 2008, p.175).

Dessa forma, as cotas são um mecanismo que possibilita a diminuição do privilégio e a concretização do acesso à universidade pública de jovens oriundos das camadas populares, ainda, dos negros e indígenas para que se atinja um nível razoavelmente aceitável de igualdade étnica e racial na sociedade brasileira (MAGNONI, 2016, p. 299).

A discussão sobre o sistema de cotas se dá a partir da aprovação da Lei n. 3.524/00 pelo governo do Rio de Janeiro, no fim de 2000, que garantia a reserva de 50% das vagas das universidades do estado para alunos da rede pública municipal e estadual de ensino. Logo em seguida, em 2001, a Lei n.3.708/01 foi aprovada no estado, destinando 40% dessas vagas para autodeclarados negros e pardos. No Estado, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a aderir ao sistema, em 2003.

Já no âmbito das universidades federais, foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2003, a pioneira na aprovação das cotas para estudantes negros, decisão tomada pelo Conselho Universitário e que estabelecia tal reserva sem nenhum tipo de restrição, seja renda ou origem escolar, a partir de 2004 (MAGNONI, 2015, p. 300).

Foi a partir dessa ação que foi trazido à tona um dos principais argumentos utilizados pelos anticotistas: a questão do desrespeito à Constituição Federal de 1888, que diz que todos são iguais perante a lei. Em 2009, o Partido Democratas entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as cotas na UnB, alegando que a medida era anticonstitucional. Simultaneamente, desde 2008, mais de 80 universidades já haviam adotado algum tipo de ação afirmativa na instituição. Foi em 2012 que o Poder Judiciário julgou por unanimidade a constitucionalidade do sistema de cotas nas universidades (SANTOS, 2019).

Em agosto de 2012, foi promulgada a Lei de Cotas ou Lei n. 12.711/12, pela então Presidente Dilma Rousseff, que determinava a reserva de 50% das vagas para estudantes vindos de escolas públicas, autodeclarados pretos e pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em todas as universidades federais. Assim, as instituições teriam até três anos para se adaptarem a lei, que foi implementada de forma crescente, até chegar à meta estabelecida de reserva de vagas (SANTOS, 2019).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012)

As universidades públicas estaduais, que não eram diretamente atingidas pela lei, mas já tinham alguma forma de ação afirmativa, seguiram o movimento, mas tiveram mais autonomia na decisão de quando e como implementariam as cotas nas instituições, visto que o governo do estado não legislou sobre o tema. Em São Paulo, por exemplo, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) foi a primeira instituição do estado a adotar as cotas, em 2013, com início no vestibular de 2014. A Universidade de São Paulo (USP) aderiu ao atual sistema de cotas em 2017, com início em 2018, e a Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp) aprovou a inclusão em 2017, mas o sistema só foi implementado no vestibular de 2019.

Outras universidades⁷ estaduais em diferentes estados também têm suas próprias formas de ingresso ao ensino superior através da reserva de vagas, seja por uma lei promulgada em seu estado ou vindas de um regulamento interno. Em Alagoas, a Uneal (Universidade Estadual de Alagoas) e Unicisal (Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas) reservam metade das vagas para alunos que cursaram o ensino fundamental II e médio integralmente em escolas públicas do Estado de Alagoas. Já em Mato Grosso, a Unemat (Universidade do Estado do Mato Grosso) usa o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial como forma de beneficiar estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com a reserva de 25% das vagas para eles e 33% para estudantes vindos de escolas públicas. No Pará, estudantes s da rede pública de ensino ou que tinham bolsa de estudo na rede privada podem concorrer como cotistas no vestibular da Uepa (Universidade Estadual do Pará), que reserva 30% das vagas para esses estudantes. Em Roraima não há programa de cotas raciais ou sociais, mas há uma reserva de 10% das vagas para candidatos com deficiência.

A Lei de Cotas, em nível federal, tem previsto o debate dos resultados obtidos pela política pública após dez anos de sua promulgação, o que deve acontecer no ano de 2022. Nesse processo, será feita uma avaliação do impacto que tal lei teve na população pelo Poder Legislativo. É a partir disso que será decidido se há necessidade de continuar com essa política pública ou não.⁸

Apesar de oferecer a possibilidade para vários estudantes de baixa renda de cursarem o ensino superior em uma instituição pública, a permanência na graduação é um desafio encontrado por esses alunos, por diversas questões. Segundo o artigo de Pena, Coutrim e Matos (2021), um dos problemas encontrados por estudantes cotistas na Universidade Federal de Ouro Preto foi a adaptação em meio a pessoas que tinham uma realidade social e econômica diferente da sua. De acordo com um dos estudantes entrevistados pelos autores, a sensação de exclusão é grande, uma vez que as experiências vividas ou os problemas enfrentados não são os mesmos. Enquanto o cotista está preocupado com a questão financeira, outros alunos trazem como problema não conseguir

⁷ Disponível em: <<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/sistema-cotas-universidades-estaduais.htm>>. Acesso em: 24 maio 2022.

⁸ Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/noticias/lei-de-cotas-completa-10-anos-em-2022-e-deve-passar-por-revisao/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

viajar para o exterior, por exemplo. Isso traz uma sensação de solidão para os universitários entrevistados. Os gastos encontrados na universidade foram outro desafio apontados por eles. Apesar de muitas universidades oferecerem auxílio moradia, auxílio refeição, bolsa transporte e outras formas de assistência para estudantes de baixa renda, não são todos que conseguem esse benefício e mesmo os que recebem algum auxílio têm dificuldades de se manterem na universidade, pelo valor baixo das bolsas ou pelas outras despesas com que têm de arcar.

O preconceito foi outro problema abordado no artigo. Segundo relatos dos estudantes, há uma distância, mesmo que sutil, entre os alunos cotistas e os outros estudantes, seja por questão de afinidade, uma vez que há poucos assuntos e interesses em comum, o que dificulta a formação de amizades, seja por questão financeira, visto que muitos cotistas são obrigados a conciliar estudos e trabalho, o que dificulta a relação social fora da universidade. E isso acaba criando uma sensação de vergonha, inferioridade e exclusão entre os cotistas.

Dessa forma, as ações afirmativas, através das cotas, facilitaram a entrada na universidade de pessoas em posição socioeconômica e/ou étnico-racial menos favorável em comparação aos não cotistas. Apesar disso, ainda há barreiras a serem enfrentadas, como o preconceito, as dificuldades de permanência e até a sensação de pertencimento ao ambiente universitário. Ou seja, a implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras foi um passo na direção correta pelo governo federal, mas ainda há muito a ser feito para que essa política pública se torne mais adequada para o seu público-alvo.

A consolidação da imprensa no Brasil

Para tratar das características atuais do jornalismo impresso, é primeiro preciso entender como a imprensa foi estabelecida no Brasil, a partir do século XIX, com a criação do primeiro jornal impresso do país. A imprensa chegou de forma tardia, com a vinda da Corte Portuguesa para a colônia, em 1808, e a criação da Imprensa Régia. Foi por meio dela que surgiu o Gazeta do Rio de Janeiro, um jornal governamental, que trazia documentos oficiais e notícias que beneficiavam a imagem da família real.

Ao mesmo tempo, o brasileiro Hipólito José da Costa fundou o *Correio Braziliense*, que fazia oposição a Portugal. Ele buscava trazer assuntos voltados aos problemas nacionais de forma didática e argumentativa. O periódico, porém, era impresso em Londres, para escapar da censura da Coroa portuguesa, que se iniciou antes da

chegada da família real e continuava em vigor, como forma de controlar as críticas ao regime (MARTINS, 2007, p. 14).

Em 1820, instaura-se a liberdade de imprensa, os jornais impressos se tornaram um veículo que possibilitavam a publicação de opiniões de diferentes setores, de modo a se tornar também um veículo propagador de ideias distintas que circulam na sociedade. Nesse sentido, com a luta pela Independência do Brasil, no início do século XIX, os periódicos brasileiros passaram a ter o objetivo de se tornar uma “arma política”, no sentido de buscar influenciar a opinião pública favoravelmente à busca por se tornar livre da metrópole (LOBO, 2005).

A consolidação desse processo, em que a imprensa se torna porta-voz de grupos sociais, aconteceu durante a República, mas já no início do século XX, com o surgimento de duas grandes frentes. A primeira delas é o jornalismo como uma iniciativa empresarial capitalista, vinculado a grupos econômicos e defendendo seus interesses. Nesse caso, há uma clara relação entre os jornais e o poder político, como uma forma de sustentação das ideias do regime. Segundo Corrêa, Claudino e Costa (2007, p. 5), a imprensa era “obrigada a acomodar-se ao poder político onde há necessidade dos detentores de poder de comprar a opinião da imprensa, fato perceptível nas campanhas políticas”. A segunda frente, pelo contrário, era o jornalismo voltado aos operários, em veículos alternativos que chegavam aos trabalhadores, buscando organizar sua luta por direitos.

É a partir desse período, entre as décadas de 20 e 30, que a imprensa passa a se estruturar a partir de núcleos empresariais administrados por seletos grupos familiares. Segundo Muniz Sodré (1992 apud RODRIGUES, 2009), 90% dos jornais, revistas, rádios e redes de televisão eram controlados por nove cl s familiares na primeira metade do século XX. Entre esses grupos empresariais, podemos citar: o jornal O Globo (surgido em 1925), controlado pela família Marinho, o jornal Folha de São Paulo (1921), controlado pelos Frias e, mais tarde, a Editora Abril (1950), fundado pela família Civita, agora conhecida como Grupo Abril.

Ainda segundo a autora, essa concentra o faz com que o sistema midiático se torne “cada vez mais dominante e oligárquico e persuasivo” (RODRIGUES, 2009, p. 3). Para Leite (2016), o controle da média por pequenos grupos faz com que as informa es sejam distribuídas de forma centralizada e concentrada, o que rende a esses empresários certo poder de controle sobre a sociedade.

Não é novidade, portanto, que grupos econômicos, políticos e religiosos detenham o controle da mídia no Brasil: guiar moralmente, culturalmente, ideologicamente e economicamente significa controlar mentes e corpos para uma conformação lucrativa em prol de uma classe hegemônica (LEITE, 2016, p. 46).

A segunda metade do século XX no Brasil foi marcada por diversos acontecimentos de cunho político, com maior destaque para a ditadura militar (1964-1985). É importante salientar que, na implantação do regime militar no país, diversos jornais, inicialmente, apoiaram o ato, como *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

Ao final da ditadura, em 1985, *O Globo* já é o principal veículo impresso do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil. É inevitável relacionar o sucesso do periódico e de todos os demais veículos da organização de Roberto Marinho ao apoio dado ao regime militar que, numa via de mão dupla, também beneficiou o conglomerado empresarial de comunicação (MIRANDA, 2015, p. 33).

Esse período teve como principal característica a ausência de liberdade de imprensa no país. A repressão causou censuras prévias de material noticioso e apreensões de edições publicadas pela polícia. Segundo Araújo (2000 apud ABREU, 2005, p. 3), um importante modo de resistência foi o surgimento da imprensa alternativa, com jornais de pequeno porte, que faziam crítica aberta ao regime.

Mas, durante essa época, os chamados jornais de referência também passaram a lutar pela volta da democracia, utilizando estratégias criativas para driblar a opressão imposta. As formas utilizadas para criticar o governo foram o posicionamento mais firme na cobertura do modelo econômico do regime (com dados da taxa de inflação e outros indicadores) e as páginas de opinião (ABREU, 2005). Neste último caso, a estratégia utilizada era trazer em colunas especialistas em diversas áreas, para reduzir as chances de censura, com o objetivo de pressionar o governo. Charges e caricaturas, presentes nos jornais após 1974, em veículos como *Estado de S. Paulo*, *Veja* e *Jornal do Brasil*, também surgiam como forma de resistência, abordando informações sobre a política que outros jornais não traziam (GRINBERG, 2004 apud ABREU, 2005, p. 3).

Assim, os jornais impressos atuaram como formadores de opinião, numa frente política contra o governo, defendendo a volta da democracia e a abertura política, que ocorre apenas no início dos anos 80 (ABREU, 2005, p. 58-59).

A imprensa, ao divulgar fatos e acontecimentos, provoca reações que tendem a ampliar de forma rápida a participação dos atores políticos no

processo. Quando se deu a suspensão da censura, a imprensa tornou-se um elemento-chave para a aglutinação das forças sociais na luta pela redemocratização. (ABREU, 2005, p.61)

Foi com o chamado “milagre econômico” (1968-1974), responsável por influenciar o crescimento de setores médios urbanos, que houve uma maior reivindicação para o fim do Regime Militar. Assim, os jornais impressos atuaram em um papel de formadora de opinião e como frente política contra o governo, defendendo a volta da democracia e a abertura política. (ABREU, 2005, p. 58-59)

A transição do regime militar para a democracia aconteceu sob o governo do General Geisel (1974-1979), que assumiu o cargo com uma proposta de abertura política gradual. Uma das medidas que permitiram essa possibilidade era a liberalização da imprensa, principalmente escrita, contudo, o seu governo manteve a legislação que impedia a liberdade de expressão que, conseqüentemente, incentivou a autocensura.

A imprensa, ao divulgar fatos e acontecimentos, provoca reações que tendem a ampliar de forma rápida a participação dos atores políticos no processo. Quando se deu a suspensão da censura, a imprensa tornou-se um elemento-chave para a aglutinação das forças sociais na luta pela redemocratização (ABREU, 2005, p.61). Por fim, é importante ressaltar que o jornalismo impresso, historicamente, sempre teve dificuldades para se manter, por conta das diversas crises financeiras. Segundo Righetti e Carvalho (2008), a receita dos jornais são compostas por dois principais fatores: vendas, em assinaturas e bancas, e publicidade, por meio de anúncios e classificados. Com as recessões, os veículos perdiam leitores e propagada. Mas a chegada da internet, nos anos 2000, representou um novo desafio.

Apesar de ter sido criada em 1969, com o objetivo de ser uma forma de arma durante a Guerra Fria, a internet começou a ter uso comercial a partir de 1990. No Brasil, os jornais começaram a ter atuação online cinco anos depois, em 1995, sendo o Jornal do Brasil o pioneiro nesse movimento (MARTINS, 2007, p. 20). Após o Jornal do Brasil, outros grandes jornais trilharam o mesmo caminho: são criados os sites do O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de Minas, Zero Hora, Diário de Pernambuco e Diário do Nordeste. [...] Em 1997, a internet começou a contar com o conteúdo das revistas. Em junho deste mesmo ano, a Revista Veja disponibilizou seu conteúdo em edições semanais (MARTINS, 2007, p. 20).

Dessa forma, de acordo com Righetti e Carvalho (2008), Meyer (2004) e Boczkowski (2008) a “crise do jornalismo impresso” se deu por três fatores: a queda de circulação e a queda do número de leitores, a redução da publicidade nos jornais e, por

fim, a crescente presença da internet. A última, segundo os autores citados, tem um significativo papel na aceleração dessa crise, mas não foi o que a originou. Segundo os autores, esse problema é percebido há décadas, seja pela concorrência com meios de comunicação mais atraentes, como a TV, seja pela queda no hábito da leitura, seja pela falta de incentivo nas escolas (RIGHETTI & CARVALHO, 2008, p. 1).

De todo modo, a busca por informações em tempo real é um dos fatores que explicam por que os leitores de jornais passaram a ter menos interesse no meio impresso. Noblat (2003, p. 85) questiona: “Por que pagarão caro para ler nos jornais o que já escutaram de véspera no rádio, leram na internet ou viram na televisão?”.

O fechamento de diversos títulos da Editora Abril é um exemplo desse baixo interesse. Em 2018, o grupo anunciou⁹ quais revistas teriam a produção continuada pela empresa, e os nomes *Elle*, *Mundo Estranho* e *Cosmopolitan*, entre outros, não estavam entre os títulos. No ano seguinte, foi aprovado a venda¹⁰ do grupo, que tinha uma dívida de R\$ 1,6 bilhão.

Righetti e Carvalho (2008) apontam ainda que em um período de dez anos, entre 1995 e 2005, houve uma redução de 11% no número absoluto de jornais impressos, de 3,5 milhões exemplares diários para 3,09 milhões, no Brasil. Durante esse mesmo período, o jornal Folha de S. Paulo teve uma queda de 49% na média diária de exemplares, de 606 mil para 308 mil, e uma redução de 38% no número de assinantes, de 440,3 mil para 272,4 mil. Já no jornal *O Estado de S. Paulo*, houve uma redução de 39% na circulação dos exemplares, de 381 mil para 230,9 mil, entre 1995 e 2005, além de uma queda de 45% no número de assinantes entre 2000 e 2005, de 351 mil para 195 mil.

Em suma: a internet é uma mídia cujo objetivo construir o discurso noticioso a partir de áudios e vídeo e realizar atualizações em tempo real, numa produção mais rápida e imediata de uma notícia. Martins (2007, p. 26) diz que, para fazer frente a esse processo, de migração de leitores para a rede, “o foco principal dos jornais se desviou para dar lugar a eficiência, a rapidez e a produção simultânea para mídias diversas”. Um dos diferenciais do jornalismo impresso sobre o online, no entanto, segundo Caldas (2014), deve ser o investimento no aprofundamento dos assuntos abordados. Isso é feito trazendo mais

⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/08/06/grupo-abril-anuncia-fechamento-de-diversos-titulos.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2022.

¹⁰ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/08/cade-aprova-venda-do-grupo-abril.ghtml> Acesso em: 19 set. 2022.

análises, interpretações e opiniões sobre os assuntos que estão sendo debatidos no momento (CALDAS, 2014, p. 31 apud CRISPINO SANTOS et. al., 2019, p. 4).

A implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras no jornalismo impresso

A implementação das cotas nas universidades foi algo bastante abordado pela mídia nos anos 2000, com discussões amplas sobre a presença de estudantes cotistas no ensino superior. Neste tópico, iremos analisar como se deu a cobertura da implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras no jornalismo impresso, focando principalmente nos seguintes jornais e revistas: O Globo, a Folha de S. Paulo, Época e a Veja.

A primeira universidade a implementar as cotas foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2003. Isso se deu com a aprovação de uma lei estadual (Lei nº 3.524/00) em 2000, que garantia a reserva de 50% das vagas para alunos de escola pública. Em seguida, em 2001, outra lei no Estado destinava 40% dessas vagas para autodeclarados pretos e pardos. Ao longo dos anos, outras universidades estaduais e federais aderiram às cotas de forma livre, ou seja, cada universidade foi escolhendo quais e quantas reservas de vagas ofereceriam. Diante disso, instaurou-se um debate sobre a validade de uma política pública de ações afirmativas no ensino superior.

Januário (2011) realiza nesse período de lenta implantação uma análise da opinião compartilhada pela Folha de São Paulo no editorial do jornal, em maio de 2008, em referência às cotas. O trabalho também analisa duas colunas de opinião, publicadas no Caderno Cotidiano, divergentes em relação às políticas públicas de ações afirmativas.

Entre os argumentos utilizados pelo jornal estavam: o afronto ao ideal republicano de igualdade de todos perante a lei, a discriminação trazida pelo sistema e a questão da meritocracia, que consta na conquista de objetivos através do mérito de um indivíduo. O jornal argumenta que tanto as cotas econômicas quanto as raciais são uma forma de discriminação, que fere o princípio de igualdade diante a lei. Contudo, o periódico reconhece que o racismo existe, também compromete a igualdade entre os cidadãos, e é um problema grave a ser combatido. A Folha, assim, sugere que o racismo deve ser combatido com “igualdade”, e não com “mais racismo”, o que seria traduzido pelas cotas.

O argumento de igualdade abordado acima pela Folha é utópico se for levada em consideração a desigualdade educacional no Brasil. Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) apontam que as instituições de ensino básico públicas têm, geralmente, um nível mais precário de ensino do que as privadas e que, portanto, são menos eficientes na preparação de seus alunos para a entrada no ensino superior público de alta qualidade.

É possível dizer, a partir disso, que o uso do argumento de meritocracia trazido pela Folha, que visa na entrada na universidade por meio do mérito, em vez de uma reserva de vagas baseada na sua condição econômica ou racial, traz uma abordagem que “expressa o discurso hegemônico da classe dominante” (JANUÁRIO, 2013, p.13), ou seja, aciona argumentos de uma classe social privilegiada.

O artigo de Botelho, Maia e Mundim (2011), realizado a partir de uma análise de conteúdo dos jornais Folha, Globo e Estado de Minas, entre 2001 e 2009, foca na implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras durante esse período. Foram coletadas 1.972 matérias, reportagens, artigos, cartas de leitores etc., sendo 31% delas provenientes do Globo, 65% da Folha e 4% do jornal Estado de Minas. Segundo os autores, “o debate sobre as cotas transcorreu, principalmente, entre os seguintes atores sociais: cidadãos comuns, jornalistas, comunidade universitária e poder público” (BOTELHO, 2011, p. 22), que foram as fontes entrevistadas e os que assinaram artigos e cartas. Foi observado também que, dentro desse grupo, os cidadãos comuns foram os mais ouvidos pelos jornais, com 246 declarações.

Outra análise feita mostra que os argumentos contrários às cotas raciais estavam mais presentes nos seguintes espaços: editoriais, (94%) seguido por cartas de leitores (71,1%) e artigos assinados (56,6%). Já o posicionamento a favor encontra-se majoritariamente presente em entrevistas (64,4%), reportagens (58,8%) e colunas assinadas (55,3%). Isso aponta uma sintonia entre o posicionamento oficial do veículo e a opinião selecionada pelos jornais como sendo representativa do que os seus leitores defendem. O que se diferencia, contudo, de parte da opinião pública, detectada nos discursos dos entrevistados.

Já Campos, Feres Júnior e Daflon (2013), por meio de um estudo de caso, analisam os textos opinativos publicados pelo jornal O Globo entre 2001 e 2008 sobre as cotas raciais. Segundo os autores, de um total de 363 artigos, cerca de 51% trazem opiniões contrárias às ações afirmativas raciais e, dos 74 editoriais sobre o assunto, 91,9% seguem essa mesma linha de pensamento. Foi analisado também o perfil dos criadores das publicações, tanto as que eram a favor quanto as que se mostravam contra a medida.

No primeiro, foi identificado que os autores mais presentes eram acadêmicos, jornalistas-cOLUMNISTAS, políticos, pessoas vinculadas a movimentos sociais e ONGs. Já no segundo, houve uma abundância de cartas de leitores que eram desfavoráveis à ação afirmativa, além de editoriais.

Entre os argumentos contrários abordados, estão: a defesa de que deve ser apenas levado em conta o critério socioeconômico para as cotas, e não o racial, uma vez que o problema da desigualdade é eminentemente socioeconômico; a ineficiência de tal ação afirmativa aplicada sozinha; a inconstitucionalidade da medida; o crescimento de conflitos étnicos do Brasil; a questão da meritocracia; e a ameaça a qualidade de ensino nas universidades. Já entre os favoráveis, estão: a promoção da igualdade de oportunidades ou socioeconômicas; a compreensão de que a medida é uma forma de reparar erros do passado; a defesa da eficiência das ações afirmativas; a promoção da competição igualitária entre estudantes, de forma mais coesa; e, por fim, a legalidade e constitucionalidade das ações afirmativas raciais (CAMPOS et al., 2013, p. 18).

O posicionamento do jornal O Globo acaba sendo, por fim, de anticotas, mais especificamente, as raciais. Para Campos, Feres Júnior e Daflon (2013), apesar de trazer o debate de forma equilibrada, abordando os dois lados da discussão nos artigos de opinião, o jornal não apenas se mostra contrário à ação em seus editoriais como também não aprofunda o debate em outras frentes. Eles apontam, por exemplo, que algumas cartas de leitores continham apenas a expressão de uma posição sobre o assunto, sem qualquer argumentação. Os autores afirmam que essas escolhas “estão longe de contemplar todas as alternativas políticas possíveis para a imensa maioria das questões que adentram o debate público, incluindo aqui o tema das ações afirmativas raciais” (CAMPOS et al., 2013, p. 23).

O trabalho “Páginas Negras: discurso sobre as cotas raciais nas revistas Veja e Época”, de Delton (2014), aponta que os magazines, assim como os jornais mencionados anteriormente, também trazem a defesa da meritocracia no debate sobre a implementação das ações afirmativas. O texto, contudo, foca diretamente no posicionamento das revistas nas cotas raciais, objeto de estudo do autor, e conclui que Veja e Época se mostram contrárias à política de cotas no ensino superior, com o argumento de que são consideradas prejudiciais ao Brasil.

Delton (2014) avalia o discurso construído pelas revistas entre 2003 e 2011, a partir de 36 textos em 726 edições, em formato digital. Entre os temas analisados estão: Cotas e raças, Cotas raciais e mestiçagem, Cotas raciais e divisão do Brasil, Cotas raciais

e sucesso, Cotas raciais e (in)justiça, Cotas raciais e constitucionalidade e Cotas raciais e o mérito. O autor observa nessa análise uma negação do conceito de raça ligado os desafios sociais, focando o tema somente na questão biológica. Segundo ele, essa negação faz frente ao entendimento, já estabelecido academicamente, de que a raça é o fruto de todas as desigualdades sociais e, portanto, não havendo essa desigualdade, as ações afirmativas são desnecessárias.

Sobre a meritocracia, Delton (2014) mostra a lógica falha dessa justificativa acionadas pelas revistas, uma vez que se baseia de que todos têm as mesmas condições sociais, históricas e econômicas, e a insistência nesse ponto “contribui para a manutenção da hierarquia e da desigualdade sociais, utilizando como uma vontade de verdade o discurso da legalidade e da justiça” (DELTON, 2014, p. 162).

O artigo de Daflon e Feres Júnior (2012), “Ação afirmativa na revista *Veja*: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público”, analisa 66 textos e artigos publicados pela revista *Veja* sobre as políticas de ação afirmativas nas universidades, publicados entre janeiro de 2001 e junho de 2009. Os autores apontam que foi a partir de 2004 que o periódico começou a tratar do assunto com mais frequência, principalmente com posicionamentos contrários à política pública, sendo 93% desse material publicado desde então de caráter opinativo, em reportagens (38%), colunas (39%), boxes (11%), entrevistas (8%), resenhas de livro (2%) e artigos de opinião (2%).

A respeito das cotas de cunho social, que são destinadas para alunos de baixa renda e que vieram de escolas públicas de ensino, os autores apontam que apenas 30% dos 66 textos analisados pelo veículo que falam sobre o assunto abordam os benefícios que as cotas trazem para os candidatos. Os autores mostram ainda como as ações afirmativas raciais acabam dominando o debate. É de se estranhar a sub-representação das cotas sociais em relação às raciais nas páginas de *Veja*, uma vez que mais universidades aplicam hoje políticas de facilitação de ingresso a partir de critérios sociais (70%) do que raciais (54%), como demonstrou um levantamento realizado em 2008 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (DAFLON; FERES JÚNIOR, 2012, p. 75).

Outro ponto observado é que 21% das avaliações a respeito das cotas sociais e 77% das opiniões sobre as ações raciais presentes na revista são negativas. A distribuição desses posicionamentos contrários na revista está presente majoritariamente em artigos (100%), resenha de livros (100%) e “boxes” (100%), seguido por coluna (77%) e reportagem (73%). Daflon e Feres Júnior (2012, p. 75) concluem então que “a variável

que aparece explicar tal disparidade não é a ação afirmativa em si, constante em ambos os casos, mas sim seu caráter étnico-racial.”.

Entre os argumentos majoritariamente utilizados para o posicionamento contrário às cotas raciais, a revista traz as seguintes justificativas: elas seriam uma violação dos princípios de igualdade e do mérito, a necessidade de investimento no ensino básico, em vez de prejudicar a qualidade do ensino superior a partir do ingresso de cotistas (que teriam menos preparo para acompanhar o curso), e o estímulo ao conflito racial. Já nos argumentos favoráveis, são abordadas a promoção da justiça social, a redução da desigualdade, o combate ao racismo e a promoção da diversidade cultural.

Diante disso, foi possível ver como a cobertura desse assunto pelas principais mídias impressas tinha um posicionamento claro e contrário à reserva de vagas, principalmente no quesito das cotas raciais. A partir dessa conclusão, é possível fazer diversas observações. Em primeiro lugar, nos diversos estudos analisados, a Folha aparece como o único jornal a declarar seu posicionamento sobre a reserva de vagas socioeconômicas, como trouxe em seu editorial em 2004, mas apresentando uma crítica a ele. Importante dizer ainda que, em outro editorial, em 2008, o jornal afirma que a melhor opção, no lugar da reserva de vagas, é beneficiar alunos de escolas públicas, independentemente da cor, através da bonificação das notas do vestibular.

Além disso, os argumentos de meritocracia acabam partindo do pressuposto de que todos os alunos e alunas têm o mesmo acesso a uma educação de qualidade, ou seja, de que têm os mesmos recursos para aproveitarem as mesmas oportunidades. Isso representa uma visão privilegiada, que não conhece, ou ignora, a realidade que os estudantes de baixa renda vivenciam.

Outro ponto a ser observado é a participação de diversos setores sociais nesse debate. Apesar da linha editorial de todos os jornais e revistas estudados neste relatório ser contrárias à implementação das cotas, o que chama a atenção é o posicionamento da população sobre o assunto, que é surpreendentemente contrário, como se vê na grande presença de cartas aos leitores, publicadas pelos meios estudados.

Considerações finais

Nesta pesquisa, que envolveu um trabalho de revisão bibliográfica, tivemos como objetivo compreender como foi a cobertura da imprensa dos anos iniciais de implementação de ações afirmativas, também conhecidas como sistema de cotas (apesar de envolverem outras medidas, além da reserva de vagas), nas universidades públicas

brasileiras. A primeira instituição a adotar tal política pública foi a Uerj, em 2011, ao oferecer 40% das vagas para pessoas pretas e pardas. A partir de então, outras universidades do país seguiram a mesma linha, reservando vagas para alunos que vieram de escolas públicas, de baixa renda e de etnia preta, parda e indígena. Foi somente em 2012 que a Lei nº 12.711 foi promulgada, estabelecendo que todas as universidades federais deveriam adotar o mesmo sistema.

No estudo de trabalhos que se voltaram a essa temática, para que pudéssemos compreender melhor o histórico de criação e implementação dessas ações, observamos que o foco das pesquisas, na maior parte das vezes, foi no âmbito federal e nas cotas raciais, a partir do conceito da negritude. Apesar de apenas parte da política pública ser direcionada a pretos e pardos, foi difícil encontrar estudos que buscavam tratar de todos os aspectos englobados pela legislação, incluindo as mudanças que ela provocaria nas vivências dos estudantes indígenas.

Em seguida, passamos a investigar as características do jornalismo impresso brasileiro, desde a sua implementação, com a chegada da Corte Real, em 1808, até a contemporaneidade. Os dois pontos que mais prevaleceram foram a censura, desde aquela praticada pela família real sobre publicações que criticassem o governo até a estabelecida pela ditadura militar, que resultou na busca pela imprensa de formas alternativas de se posicionar contra o governo; e o monopólio da imprensa em grupos familiares, que teve início entre as décadas de 20 e 30. Além disso, o jornalismo impresso encontrou outro desafio com a chegada da internet: a diminuição do interesse do público pelo formato, que resultou, conseqüentemente, na baixa tiragem de publicações e, por fim, no fechamento de algumas delas.

Por fim, para responder ao nosso objetivo, foram abordadas neste trabalho pesquisas que fizeram uma análise sobre como os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* e as revistas *Época* e *Veja* trataram a implantação das cotas nas universidades públicas. Em todos eles, os autores notaram uma discussão sobre o assunto apresentando, em artigos, colunas e cartas dos leitores, opiniões favoráveis e contrárias à política pública, mas muitas vezes expostas de forma superficial, sem uma discussão mais ampla sobre as cotas (que seria um papel a ser ocupado pela imprensa escrita, como vimos neste trabalho). Apesar de haver a preocupação de trazer os dois lados nesse material, o posicionamento dos jornais, por meio dos editoriais, apoiava os argumentos contrários à medida, dando ênfase às cotas raciais. Entre os argumentos mais utilizados pelos veículos,

a conquista de uma vaga por qualquer outro meio que não seja a meritocracia é a principal crítica à reserva de vagas para esses grupos.

É interessante apontar que, assim como ocorre com as pesquisas que tratavam do sistema de cotas, o foco majoritário no material noticioso foi a questão da raça negra. Os veículos pouco trataram da política de cotas de uma forma abrangente, ou seja, falando sobre a reserva socioeconômica ou com viés voltado a população indígena. Por fim, é evidente como uma a mídia brasileira, composta por núcleos familiares de alto padrão e voltada para indivíduos de classe média-alta, apresentou uma cobertura que defende os privilégios da classe dominante, com uma análise que nega as consequências do racismo, sobretudo para os mais pobres.

Bibliografia consultada

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 53-65, 2005.

AGUIAR, P. ; LISBOA, Juliana . A Agência Nacional no Estado Novo (1937-1945): entre o Jornalismo e a Propaganda. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 11., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia - Alcar, 2017.

AZUBEL, L. L. R. Jornalismo de revista: um olhar complexo. **RuMoRes**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 257-274, 2013. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.58942. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58942>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BOTELHO, J.; MAIA, R.; MUNDIM, P. O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar. **Compólitica**, v. 1, n. 2, p. 7-34, 10 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário oficial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 3 maio de 2022

CAMPOS, Luiz Augusto, FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], n. 11, pp. 7-31, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200001>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CORRÊA, Fabíola; CLAUDINO, Lorena; COSTA, Suanny. História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 6. 2007, Belém. **Anais [...]**. São Paulo, Intercom, 2007.

DAFLON, V.; FERES JUNIOR., J. Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais na construção de um discurso de verdade. **Compólitica**, v. 2, n. 2, p. 65-92, 2 mar. 2013.

DEFINIÇÃO de jornais diários. **Associação Nacional de Jornais**, 1998. Disponível em: < <https://www.anj.org.br/definicao-de-jornais-diarios/>>. Acesso em maio de 2022.

DELTON, Felipe Aparecido. **Páginas negras: Discursos sobre as cotas raciais nas revistas Veja e Época (2003-2010)**. 2014. 182 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

JANUÁRIO, Eduardo. Que olhar é este? Uma análise da opinião da Folha de S. Paulo sobre as Políticas Públicas de Ação Afirmativa (as Cotas) para negro nas universidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 26., 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308141351_ARQUIVO_AnalisedasCotasnaFolhaddeS.Paulo.pdf>

LEITE, Patrícia Paixão de Oliveira. **A mídia impressa brasileira e o discurso colonizador sobre a américa latina: a casa grande discursivizando a senzala**, 2016. 309f. Tese de pós-graduação em Comunicação - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2016.

LOBO, Renata Campos. **Jornalismo da Independência: A influência política da imprensa nacional no processo de Independência do Brasil**. 2005. 73 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MAGNONI, Maria Salete. Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?. **Estudos Avançados** [online]. 2016, v. 30, n. 87 [Acessado 6 Junho 2022], pp. 299-312. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870017>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870017>.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed.

MARTINS, Fernanda Sette Silva. **Jornalismo impresso x jornalismo on-line: uma análise crítica diante da credibilidade do processo de produção industrial**. 2007. 35f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Centro universitário de Brasília, Brasília, 2007

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **As representações do Golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964-1985)**. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.

PENA, M. A. C.; COUTRIM, R. M. da E.; MATOS, D. A. S. Oportunidades e desafios no ensino superior: experiências de universitários de camadas populares da Universidade Federal de Ouro Preto. **Horizontes**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. e021010, 2021. DOI: 10.24933/horizontes.v39i1.812. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/812>. Acesso em: jun. 2022.

PEREIRA, Ilídio. O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online: **Revisrta Fronteiras** (UNISINOS) – estudos midiáticos, X (3): 173-182, set/dez. 2008.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2008, v. 16, n. 3 [Acessado 21 Junho 2022] , pp. 887-896. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>>. Epub 27 Mar 2009. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>.

RHIGUETTI, Sabine; QUADROS, Ruy. Impactos da internet no jornalismo impresso. **ComCiência**. Campinas. no. 110. p. 1-4. 2009.

RODRIGUES, Fabiana. A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão. In: ENCONTRO NACIONAL DA REFE ALFREDO DE CARVALHO, 7, 2009, Fortaleza. **Anais [...]** Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20concentracao%20midiatica%20brasileira%20e%20a%20desejada%20liberdade%20de%20expressao.pdf>> Acesso em: 15 de set. 2022.

SANTOS, C. M.; RODRIGUES, M. L. Discurso do não: discursividades sobre as cotas para negros nas textualizações da mídia eletrônica. **Encontros de Vista, [S. l.]**, v. 15, n. 1, p. 3–19, 2021. Disponível em: <http://ead.codai.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4628>. Acesso em: 12 maio. 2022.

SANTOS, Elenir Aparecida dos. **Justiça distributiva e a Lei de Cotas para o Ensino Superior**. 2019. 185f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2019.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO

SOFIA MACIEL PONTES

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**O JORNALISMO ESPECIALIZADO DE EDUCAÇÃO NO BRASIL:
UMA REVISÃO DE LITERATURA**

CAMPINAS
2022

Sofia Maciel Pontes

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA
O JORNALISMO ESPECIALIZADO DE EDUCAÇÃO NO BRASIL:
UMA REVISÃO DE LITERATURA

Relatório individual de pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA AO PROJETO EXPERIMENTAL da Faculdade de Jornalismo da PUC- Campinas como exigência parcial para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Profa. Juliana Doretto

PUC CAMPINAS
2022

Introdução

Para Marli Hatje (1994), o jornalista contemporâneo está despreparado para exercer o jornalismo especializado. Para a autora, as universidades contemporâneas não formam um profissional especialista, e sim um generalista, que sabe de tudo um pouco e se aprofunda em um tema apenas de acordo com o nicho em que passa a atuar, mas não necessariamente se capacitando para isso. Isso é preocupante, pois é justamente o jornalismo especializado que fará com que o leitor se interesse mais pelo assunto em questão. E isso ocorre num cenário em que o público consome a notícia cada vez com mais pressa e menos profundidade. Assim, a formação é fundamental para oferecer conteúdo noticioso aprofundado, que possa chamar a atenção da audiência. “Sendo especialista em determinada área, o jornalista estará cada vez mais qualificado para tratar e oferecer qualidade ao seu leitor, telespectador ou ouvinte (HATJE, 2019. p. 61-63).

Matos (2013) coloca o jornalismo de educação como parte do jornalismo especializado. É por esse noticiário que o público se mantém atualizado sobre o que acontece no ambiente educacional, o que faz com que o jornalismo de educação não tenha somente um papel de serviço, apenas transmitindo informação útil, mas também uma importância comunitária, sendo instrumento de mudança de comportamento do indivíduo. A razão disso é que, por meio do jornalismo de educação, pautas importantes a respeito do sistema educacional brasileiro podem ser abordadas – como o sistema de cotas universitários, tema do projeto experimental a que está ligado este projeto –, levando o público a debater questões importantes para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

No entanto, quando falamos no jornalismo de educação brasileiro, notamos que são poucas as editorias nos veículos nacionais que se dedicam à cobertura aprofundada da área, como mostra estudo da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), realizado em 2019: apenas 26% dos profissionais cobrem somente pautas de educação. A maioria desses jornalistas são mulheres, brancas, jovens (até 40 anos) e com cursos de especialização. Vários dizem que anseiam por novas pautas, além das tradicionalmente cobertas, além de buscarem entrevistar e escutar novas fontes (DORETTO, 2019).

Nesse sentido, segundo Campagnucci (2014), o professor, por exemplo, é raramente levado em consideração quando os jornalistas buscam entrevistados em pautas sobre educação:

A análise do tratamento da imprensa brasileira à educação revela que, dentre todos os agentes envolvidos no processo educativo ou na execução das políticas educacionais, o professor da etapa básica de ensino é aquele que menos é tomado como fonte pelos meios de comunicação (ANDI, 2005, 2009 apud CAMPAGNUCCI, 2014, p. 10).

A autora buscou analisar o perfil de diversos professores brasileiros e sua conduta em relação à imprensa. E o estudo revelou que os docentes também veem com desconfiança o jornalismo. Segundo a autora, os professores partem de uma crença de que a mídia os trata como despreparados, sem levar em conta a situação precária das escolas públicas brasileiras. Eles não se sentem reconhecidos pela mídia e acreditam que o jornalismo reforça o estigma da imagem já desvalorizada do educador.

Se, na busca de suas opiniões, o repórter depara com negativas dos docentes para entrevista, com reações que sugerem medo ou com casos concretos de retaliação, deve estar disposto a denunciar o problema para que este seja posto na ordem do dia do debate público sobre educação (CAMPAGNUCCI, 2014, p. 125)

Não é recente também percepção de que o jornalismo de educação busca sempre abordar as mesmas pautas, baseadas em periodicidades do calendário letivo, como férias e épocas de vestibulares. “Essa concepção costuma ser reduzida a um saber instrumental, à preparação para o mercado de trabalho ou ao treinamento da juventude para concursos, provas e vestibulares;” (CAMPAGNUCCI, 2014, p. 68)

Nesse contexto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a proposta desta pesquisa individual é analisar as características do jornalismo de educação brasileiro, tendo como objetivo principal investigar como se estrutura o jornalismo de educação no país, levantando suas principais características, os obstáculos para o seu aperfeiçoamento, e os avanços detectados até o momento.

A metodologia utilizada será a de caráter exploratório: propondo-se como método a revisão bibliográfica ou pesquisa bibliográfica. Foi realizada uma pesquisa sobre os principais autores do tema do jornalismo especializado e de educação no Google Acadêmico e selecionados os trabalhos mais relevantes na área para essa pesquisa.

É a partir desse método de pesquisa que se leem-se, compreende-se e articulam-se diferentes análises feitas por autores da área sobre o assunto — neste caso, a respeito

do jornalismo especializado e o jornalismo de educação. ao analisar diferentes ideias e pontos de vista, pode-se entremear esses conhecimentos, organizando-os em um diálogo entre autores. Por fim, o método de revisão bibliográfica possibilita clareza de ideias para os pesquisadores da área, que podem ter uma nova percepção sobre o tema tratado.

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto a enumeração das discrepâncias são de grande importância (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 110).

O procedimento utilizado para a seleção do corpus da pesquisa foi o de busca de palavras-chave como “jornalismo especializado”, “News on education”, “jornalismo de educação” e “educação no jornalismo”, na aba de pesquisa de buscas do Google Acadêmico. Uma vez na página inicial de cada resultado, foram realizadas leituras aprofundadas dos textos encontrados a fim de entender se seriam coerentes com os temas de análise propostos.

Assim, esta pesquisa individual nos ajuda a entender o papel do jornalismo de educação no Brasil, além de contribuir para a produção do projeto experimental em grupo, que será realizado por meio de websérie, que tratará de ações afirmativas em universidades públicas brasileiras. Para isso, realizaremos ainda discussões teóricas sobre os seguintes tópicos: jornalismo especializado, jornalismo de educação no mundo, e jornalismo de educação no Brasil: histórico e características.

Revisão bibliográfica

Jornalismo especializado

Para Tavares (2007), são poucos os estudos que se voltam para o jornalismo especializado e, portanto, escassas as discussões a respeito de suas características e importância para o meio jornalístico. O autor propõe o que ele chama de Teoria da Tematização para explicar como o jornalismo especializado se estrutura, ou seja, buscando tratar de diferentes temas para diferentes públicos. O próprio conceito de público nesse caso é tratado como algo que se constituiu pelo jornalismo especializado, e não algo que a sociedade dividiu de forma organizada e proposital. Isto é: o próprio jornalismo, ao se dirigir a um certo setor da sociedade, recortando-o, define que aquela

comunidade se conforma como um público específico, ainda que aquelas pessoas não necessariamente façam parte de uma comunidade já formada.

essa última (Teoria da Tematização) é resultado não de consensos no interior da sociedade, mas de uma seleção contingente e orientada pelo jornalismo de temas que busquem atender ou solucionar os muitos interesses – diferentes e divergentes – dos vários grupos sociais da sociedade contemporânea. Nessa ótica, os conteúdos apresentados ganham relevância de acordo com a complexidade dos processos que envolvem a vida social (TAVARES, 2007, p. 13).

Para Matos e Estráuzulas (2013), o jornalismo se torna especializado a partir da necessidade de tratar com mais detalhes, profundidade e de maneira específica um determinado assunto. De acordo com Tavares, por conta de o jornalismo especializado ser algo que trata de temas diferentes, esse tipo de jornalismo acaba abrindo espaço, no meio acadêmico, para a discussão desses assuntos, e não tanto para o conceito de jornalismo especializado em si. Ou seja, em vez de pesquisarmos sobre as dificuldades de cobrir a economia, por exemplo, investigamos a cobertura e as consequências dela para o desenvolvimento social. Além disso, enquanto o debate a respeito desse jornalismo no Brasil seja pouco presente, discussões acerca do jornalismo especializado já fazem parte de estudos europeus, mais especificamente na Espanha, desde a década de 70.

É a partir do contexto que se passa na Espanha, que se começa a questionar, no campo jornalístico, se não seria mais viável transformar o especialista em jornalista, e não o contrário. Mas logo essa opção foi descartada, ao se considerar a Teoria da Cognição, de Jean Piaget, que diz que, para transmitir um conhecimento, é preciso primeiramente entendê-lo, para depois dele falar de maneira didática, e o especialista só seria capaz de realizar a primeira fase desse processo (BORGES, FAGUNDES, 2016).

Para Borrat (1993), um dos maiores debates acerca do papel do jornalista no jornalismo especializado é justamente esse: a distinção entre “prensa especializada” e “especialistas”, já que o primeiro não tem o conhecimento do segundo, e o segundo não tem o domínio de se divulgar o seu conhecimento para o público de forma que o leitor entenda o que está sendo dito. Nessa análise, o autor enfatiza então que se deve analisar o jornalismo especializado de acordo com o texto em si, e não a partir de quem o escreve.

No ambiente universitário, Zanotti (2011), enfatiza a importância da metodologia de ensino do jornalismo especializado como disciplina obrigatória na universidade a fim de oferecer ao estudante uma preparação técnica para que o aluno tenha autonomia, discernimento e capacidade de argumentação no mercado de trabalho.

O autor coloca o uso de exercícios práticos junto de aulas teóricas como método eficaz para inserir o aluno no universo de rotina de uma redação jornalística. O equilíbrio entre a prática e a teoria é o que faria o aluno preparado para uma rotina no campo do jornalismo especializado, tendo em vista que o autor ministra aulas da disciplina e toma como justificativa para escrita de seu artigo “Apenas uma boa formação técnica, evidentemente aliada a uma sólida formação intelectual, poderá resultar em profissionais capazes de, a partir de dentro, produzir a crítica pertinente e batalhar pelas mudanças que o bom jornalismo está a exigir” (ZANOTTI, 2011, p. 198).

Alguns dos métodos que o autor usa como fundamentais incluem: adotar a ordem direta, utilizar palavras que coincidem com o vocabulário do público-alvo, levar em conta sempre o contexto em que se deu a fala do entrevistado. Exercícios de entrevista com especialistas de diferentes áreas de atuação também parte de uma estratégia que o autor acredita familiarizar o aluno com o jornalismo especializado no ambiente universitário.

Zanotti ainda coloca dedicar cada semana do semestre ao estudo de uma editoria voltada a um tema diferente, assim o futuro profissional terá contato com as diferentes linguagens e vocabulários que o jornalismo especializado engloba. As editorias que o autor cita são voltadas para áreas como Esporte, Política, Cultura, Comportamento, Ciência e Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente, Economia, Educação e Cadernos Especiais.

No que diz respeito à sua origem, no final da década de 60 e começo da década de 70, período de crises econômicas, do papel e da distribuição da imprensa, Tavares cita Fernández del Moral e Esteve Ramírez (1996), que propuserão duas vertentes para o nascimento do jornalismo especializado: um público cada vez mais setorizado e conseqüentemente que buscava somente certas informações e temas e a necessidade de os próprios meios de comunicação alcançarem uma “maior qualidade informativa e uma maior profundidade dos conteúdos para os quais se volta” (DEL MORAL; RAMIRÉZ, 1996, p. 99 apud TAVARES, 2007, p. 5).

Ao que parece ser consenso entre vários estudiosos a respeito do que se entende por jornalismo especializado, temos então a definição de ser um jornalismo que busca trazer a informação de um nicho temático, e que por sua vez tem um vocabulário específico, voltado ainda para certo setor da população, ou mesmo para o público em geral.

Ainda segundo Tavares, o jornalismo especializado está presente em três vertentes do jornalismo: o investigativo, que busca apurar narrativas muitas vezes ocultas do

público; o interpretativo, que faz o público entender os fatos e processos sociais reportados, e o de precisão, que aplica métodos de navegação e buscas na internet e banco de dados à prática do jornalismo. Algo em comum, que aparece em todos esses estilos jornalísticos, é a produção textual em formato de reportagem, que, por seguir o modelo de pirâmide invertida, mas não ser puramente noticiosa, acaba dando mais espaço para discussão, aprofundando um assunto.

Todos estes, em conjunto, apontam para uma outra "função" dentro do Jornalismo no que diz respeito à sua atuação na sociedade, bem como oferecerem outros elementos de reflexão conceitual para se pensar a produção, recepção, os produtos jornalísticos e o jogo existente entre eles (TAVARES, 2007).

O que fica em conclusão a respeito do que se entende por jornalismo especializado é que, por mais que se trate de um modelo pouco explorado ainda no campo de pesquisa, já é possível observar características e modelos que formam um certo padrão do que pode ser considerado como um jornalismo específico. O jornalismo especializado traz à tona o debate de que não é somente a notícia que deve ser pensada, mas seu impacto na sociedade, a produção, recepção, os produtos jornalísticos e como esses três elementos reagem entre si.

Jornalismo de educação no mundo

Durante a pesquisa de artigos para este segundo tópico da pesquisa, foram encontrados poucos trabalhos que, em língua portuguesa, analisam o jornalismo de educação no mundo. Os trabalhos encontrados estão escritos em inglês, por autores que buscam analisar a situação do jornalismo de educação nos países em que moram, como Ucrânia e Arábia Saudita.

Costa (2013) é uma autora brasileira que discute o papel da mulher nas redações de jornais, com foco na entrada delas no mercado de trabalho no final do século XIX, a partir de jornais estadunidenses. Ela relata que, por mais que haja estudos que comprovam que as mulheres fazem parte do universo jornalístico desde o início do ofício — sendo a primeira prensa pertencente a uma mulher, no século XVII —, as mulheres sempre encontraram dificuldade em se destacar no campo do jornalismo em cargos de chefia.

Um exemplo que embasa essa pesquisa é uma coluna escrita por Mildred Sandison Fenner, editora do jornal de educação *Today's Education: NEA Journal*, em 1972, ano

em que foi aprovada a “Title IX”, a lei federal de direitos civis nos EUA e que proíbe a discriminação com base no sexo em qualquer escola ou qualquer outro programa educacional que receba financiamento do governo federal. A revista é a publicação oficial da Associação Nacional de Educação, um sindicato dos profissionais do setor nos EUA. Nesse contexto, a editora revela em sua coluna a dificuldade do jornal para escolhê-la como a sucessora do antigo editor. Ela conta que, ainda que a maioria dos educadores nas escolas fossem mulheres, os cargos superiores eram sempre destinados aos homens. Além disso, segundo ela, a presença das mulheres como autoras também não era constante. A *Instructor*, uma revista de educação da época tinha 65% do seu quadro composto por mulheres. Mas, no *Today’s Education*, a publicação que editava, apenas 41% dos artigos nos anos 70-71 tinham assinaturas femininas. Dessa forma podemos perceber que a questão de gênero foi uma questão importante no jornalismo de educação estadunidense (tópico que voltaremos abordar, mais adiante, neste trabalho). “No entanto, os números me causam preocupação e desgosto como uma mulher que acredita que membros do meu próprio sexo podem ensinar, pensar e escrevem tão bem quanto seus colegas homens. Infelizmente, as mulheres não escrevem tanto” (SANDISON, 1972, p. 209, tradução nossa).

Já na perspectiva ucraniana, Katerynych (2020) busca em seu trabalho, segundo ele, definir pela primeira vez o conceito de “jornalismo de educação” na ciência ucraniana, analisando características tipológicas (categorias) e de gênero em publicações sobre educação em veículos da mídia de seu país. O autor justifica esse primeiro estudo dizendo que a Ucrânia não tem tradição sólida na cobertura da educação no país. O tópico se encontra, de maneira geral, de modo difuso no noticiário:

Em regra, as redações limitam-se às notícias sobre tópicos educacionais no bloco de notícias gerais ou noticiário, e não têm notícias separadas ou rubricas analíticas, programas, elencos especializados em conteúdo educacional que abordam o assunto atual no campo da educação (KATERYNYCH, 2020, p. 151, tradução nossa).

Dito isso, o autor divide alguns dos poucos meios de comunicação on-line que cobrem a educação no país em três categorias: publicações sintéticas, com conteúdo sobre educação, mas também com componente pedagógico, voltado para profissionais da área; trivial, com informações sobre educação, mas sem visualização de dados; e inovador, em que há a prevalência de conteúdo informativo apresentado de forma simplificada, porém construído por meio ferramentas multimídia. Nota-se, assim, a falta

de uma cobertura aprofundada.

Durante sua análise, ele percebeu que tópicos como avaliação externa independente; salários dos professores; ensino a distância; e “nova escola ucraniana” — que, de acordo com o site do Ministério de Educação e Ciência da Ucrânia é uma escola que tem como principal objetivo “criar uma escola que seja agradável de frequentar e que proporcione aos alunos não só o conhecimento, como é o caso agora, mas também a capacidade de aplicá-lo na vida real”— prevalecem entre os materiais publicados. Eles, porém, estão relacionados somente ao ensino fundamental e médio, não levando em consideração os anos da primeira infância. Temas que tratam de uma escola inclusiva, abordando deficiências intelectuais, surdez e cegueira, são pouco abordados. Além disso, o trabalho mostra que a Ucrânia tem não quase nenhuma cobertura da educação profissional e sobre a produção científica. “Materiais na ‘fuga de cérebros’, suporte material de cientistas, desenvolvimento da ciência e inovação parques, experiência internacional e inovação e transferência de tecnologia — são isolados” (KATERYNYCH, 2020, p. 156, tradução nossa).

Segundo o autor, o jornalismo de educação no país se encontra à beira de uma “crise do profissionalismo”: o país sofre com a falta de programas de treinamento para a cobertura na área, o que diminui a qualidade do material publicado. “Na Ucrânia, não há livros didáticos ou manuais práticos para jornalistas especializados em educação; além disso, não há trabalhos que abordem a natureza ética das notícias no campo da educação, como nos Estados Unidos” (KATERYNYCH, 2020, p. 155).

Katerynych (2020) reitera que o jornalismo de educação é também um “jornalismo de interação”. O jornalista dessa editoria se dirige a pessoas de diferentes idades e dos mais variados centros acadêmicos e de estudos, o que torna necessário que se escute tanto o lado do aluno quanto o lado dos pais e professores para uma melhor e mais profunda cobertura jornalística.

Na Arábia Saudita, Al Shlowiy, A e Ogunmuyiwa, Hakeem (2019) analisam as manchetes do Arab News, primeiro jornal em língua inglesa no país fundado em 1975. O “Arab News” foi o primeiro jornal diário em inglês publicado na Arábia Saudita, pela Saudi Research and Editora. O veículo trata de grande variedade de notícias, que vão desde governança e finanças até esportes e eventos sociais, e o faz tendo em vista uma população que vai além dos árabes, por conta da língua inglesa.

Na pesquisa qualitativa, foi encontrada uma série de manchetes que tinham como característica a propagação de um espírito positivo sobre o país, contendo palavras como

“Centro KSU *ganha* prêmio Khalifa” ou “A pesquisa *prospera* no Instituto de Língua Inglesa da KAU” e “Reino da Arábia Saudita lidera o mundo em gastos com educação”. O uso de adjetivos nas manchetes relacionadas ao governo transmite uma visão positiva da educação no país (AL SHLOWIY; OGUNMUYIWA, 2019, p. 9, grifos e tradução nossos). Por exemplo, nas palavras dos autores, “A expressão ‘lidera’ parece ter sido usada como forma de valorizar o compromisso do governo com a educação” (AL SHLOWIY, OGUNMUYIWA, 2019, p.11, tradução nossa). Ou seja, algo que é um direito humano é visto como favor do Estado para a população o posicionamento favorável do veículo em relação ao governo do país.

Assim, os títulos com foco nos temas sobre educação difundem a ideia de que o campo é algo perfeito, sem problemas e questionamentos. Dessa forma, a população não consegue entender de fato o que está acontecendo com a educação no país: “A postura acrítica das manchetes, refletida em várias construções, pode resultar em um desenvolvimento em ritmo lento, pois as partes interessadas podem não ser desafiadas o suficiente para dar passos gigantescos para avançar os projetos educacionais gerais” (AL SHLOWIY; OGUNMUYIWA, 2019, p. 16).

Podemos observar que o jornalismo de educação tem modos e características distintas em diferentes países e regiões do planeta. Esse fator pode, à primeira vista, dificultar a análise de quais são os principais desafios da área e como solucioná-los. Mas, mesmo que tenham suas diferenças, podemos observar tendências comuns entre o jornalismo de educação no mundo, como a falta de treinamento para os profissionais dessa área e a debilidade da cobertura. Assim, acreditamos ser possível, a partir do estudo de situações que ocorreram em um país, buscar solucionar desafios que venham ocorrer em outros.

Características do jornalismo de educação no Brasil

Neste tópico, buscamos articular alguns trabalhos contemporâneos que buscaram compreender como se dá a cobertura de educação no país. Começamos com Pereira (2009), que buscou realizar uma ampla análise sobre como a educação foi tratada na Folha de S.Paulo, ao longo das últimas quatro décadas.

Ela relembra que os veículos de educação eram presentes no país desde o final do século XIX, com revistas destinadas a professores. O primeiro veículo brasileiro voltado exclusivamente para o assunto é datado de 1890, um ano depois da Proclamação da

República. Com o nome de “Revista Pedagógica”, foi lançado em 15 de novembro de 1890, era financiado pelo governo brasileiro e distribuído de forma gratuita aos professores públicos e aos estabelecimentos de ensino. Os principais temas abordados tinham um caráter oficial, como os atos legais relativos à instrução primária e secundária, conferências e crônicas. Na Folha de S. Paulo, criada em 1921, a editoria de educação foi fundada apenas em 1970. Nesse período, os principais temas noticiados eram a respeito de ensino superior (aumento das anuidades), ensino fundamental e médio (reforma do ensino), vestibular, debate sobre valorização dos professores em todos os níveis de ensino, situação da educação no País, criação de mais escolas no Estado e implantação do Ensino Fundamental.

Durante as pesquisas de Pereira (2009), a autora entrevistou Luiz Caversan, jornalista e ex-editor de Educação da Folha de S. Paulo no final dos anos 80. A editora, na época, não tinha um espaço determinado no jornal. E isso, segundo o então editor, ocorria porque os periódicos buscam atender à demanda do leitor. Ou seja, não se tratava de publicar uma notícia que se julgasse necessária, mas sim uma que iria atrair a atenção do público e elevar as vendas do jornal. E essa cobertura segue deficiente, segundo Caversan. Vejamos trecho de sua fala:

Acho que sua questão primeira pode ser respondida dessa maneira: os jornais não discutem educação porque os leitores não se importam com qualidade de ensino. Em sua maioria, preferem falar mal dos políticos, temem por suas economias ou querem saber que filme ver ou qual livro ler. Mas não estão nem aí sobre as mais modernas e melhores práticas em educação (PEREIRA, 2009, p. 76).

Costa (1995) buscou entender como os jornais de grande circulação abordam a Lei de Diretrizes e Bases durante o impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, tendo como objeto de estudo os jornais paulistas O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Ele diz que “A LDB foi praticamente esquecida. [...] Durante a primeira etapa do processo de impeachment, a educação somente foi noticiada na primeira página com destaque quando o governo Itamar Franco decidiu comprar vagas nas escolas particulares” (COSTA, 1995, p. 609). Assim, o autor questiona por que a educação não recebe o mesmo interesse de áreas como saúde e esporte. Segundo as análises do autor, isso tem causa direta com o caráter ideológico dos veículos e com o fato de que o jornalista está em constante busca pelo “novo” e o “extraordinário”.

Na Folha, Pereira (2009) afirma que, no início dos anos 2000, o espaço sobre educação no jornal estava mais reduzido ainda, abordando basicamente certos programas do governo de Estado e ações de escolas privadas. “Não há matérias debatendo ou levantando a questão de políticas públicas ou mostrando na matéria sobre bolsas para carentes, por exemplo, é mais para divulgar o programa bolsa-família, do governo estadual” (PEREIRA, 2009, p. 61).

O jornal reverbera o desinteresse por algumas políticas públicas que se encontrou na imprensa nacional, na mesma época. Segundo pesquisa realizada nos anos de 2005 a 2007 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), com 54 veículos brasileiros de comunicação impressa, e 105.468 notícias analisadas, citada por Pereira (2009), a cobertura de temas como educação infantil aumentou 28% nos dois anos de análise, enquanto debates sobre o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e analfabetismo diminuíram respectivamente 28% e 8%.

Segundo Ratier (2015), o jornalismo de educação ganhou destaque na imprensa na primeira metade do século 20, na medida em que os jornais buscaram por mais pautas “frias”, que, diferentemente das hard news, não precisam ser escritas com rapidez. “Seu surgimento está ligado ao processo de segmentação das publicações, compondo o quadro de outras rubricas soft news, de notícias ‘frias’, como saúde e comunicação” (RATIER, 2015, p. 40, grifos nossos).

Em sua tese, o jornalista e doutor em educação pela USP buscou, por meio de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, compreender melhor as características dos repórteres e editores que cobrem a temática, com entrevistas com mais de noventa profissionais da área. Entre os resultados, nota-se que o jornalismo de educação hoje em dia é majoritariamente composto por mulheres brancas (74%), até os 30 anos de idade. São profissionais que pertencem às classes médias, mas que fazem parte da elite cultural, pois têm acesso a conteúdos acadêmicos e científicos e são capazes de realizar o debate de ideias. São também profissionais que estudaram em escolas particulares e que preferem colocar seus filhos em instituições de mesma característica (84%). Mesmo que esse profissional tenha um perfil apto a entender o sistema educacional brasileiro, o pesquisador enfatiza que nenhum dos entrevistados afirmou ter tido uma preparação específica para atuar na área de cobertura da educação.

Com base nos estudos levantados, é possível afirmar que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para chegar a uma cobertura ampla, que busque tratar a editoria de educação com a mesma ênfase, importância e destaque das editorias de política e

economia, preferidas pelos leitores (RATIER. 2015, p. 18). Ao longo do tempo, vê-se como a cobertura vem sendo desequilibrada, com ênfases em certos temas, que mudam ao longo do tempo, mas mostram certas preferências por assuntos ligados às classes médias, pelo menos nos jornais paulistanos de referência, que foram os trazidos para esta análise. Nota-se ainda que os profissionais da área, sobretudo mulheres (assim como o cenário americano dos anos 70, o que mostra como a área é considerada um setor “feminino”), não recebem treinamento específico, traço que também prejudica a cobertura.

Considerações finais

Neste trabalho, que teve como objetivo compreender características do jornalismo de educação no país, ficou clara a falta de estudos na área, tanto no Brasil quanto no exterior. Ou seja, o jornalismo de educação é pouco estudado, se comparado a outras editoriais, consideradas pelos periódicos como temas mais relevantes para o desenvolvimento nacional – e que, portanto, ganham também mais relevância no campo científico. Sente-se, assim, falta de números e de análises sobre experiências nos mais diversos veículos de comunicação e como estes cobriam e estão cobrindo a educação hoje.

Para estudar com profundidade o jornalismo de educação, buscamos primeiramente estudar as noções de jornalismo especializado, e encontramos dificuldade para encontrar a simples definição da modalidade no meio acadêmico. O que pudemos concluir é que se trata de um jornalismo que se dedica a um nicho temático, com vocabulário específico, que pode ser voltado para a população como um todo ou apenas a um setor. O que, entendemos, pode caracterizar o jornalismo de educação.

Da mesma forma, não se encontra grande número de estudos que se volta ao jornalismo de educação no mundo, sobretudo em textos que o pensam de modo amplo. Alguns pesquisadores priorizaram o estudo de veículos específicos, a fim de encontrar um padrão nessas publicações, como o estudo de manchetes nos jornais da Arábia Saudita e dos temas abordados na Ucrânia. Durante a pesquisa, percebeu-se ainda que todos os estudos são recentes. Com isso, entendemos que o profissional da educação que deseja se especializar não encontra muito material para estudar o setor, de modo que ele possa diversificar seu trabalho, explorando mais discussões e pontos de vista, mas que se trata de uma área recente, que pode crescer no campo científico.

No Brasil, como foi possível observar, certos veículos priorizaram na cobertura dos últimos anos um único sistema de ensino — seja superior, básico ou fundamental —, ou determinadas temáticas, sem dar ao leitor uma cobertura mais completa. Algo que também foi notado durante essa pesquisa é a maneira que o jornalismo de educação se transforma com o passar das décadas, à medida que os veículos alternam entre falar de um assunto que julgam necessário (políticas públicas) e um tema que é mais consumido por seu público-alvo, pois faz parte do seu dia a dia (reforma do ensino médio na educação para a classe média alta na Folha de S.Paulo, por exemplo). Essa cobertura, superficial, impacta na forma como enxergamos a educação hoje em dia. Daí a necessidade de buscarmos avanços na área.

Por fim, vimos ainda que os jornalismo que escolhem cobrir educação, muitas vezes, fazem uma cobertura baseada na própria experiência, pois não têm formação específica na área. E isso se torna um problema quando consideramos que educação é um dos pilares da sociedade e têm relevância para a comunidade (MATOS, 2013).

Referências bibliográficas

AL SHLOWIY, Ahmed; OGUNMUYIWA, Hakeem. A Text Analysis of Arab News Headlines Relating to Education and Learning. **Journal of Arts, Literature, Humanities and Social Science**. Emirados Árabes Unidos, v. 45, set 2019. Disponível em: <https://rip.to/F82Mh9>. Acesso em: 25 out. 2022. Acesso em: 25 out. 2022.

ALVES, João Roberto. O pioneirismo da Revista Pedagógica no cenário educacional. **Jornal da Educação**, ano 11, nº 66, fev. 2006. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_66/index.htm#:~:text=0%20marco%20referencial%20foi%20a,e%20aos%20estabelecimentos%20de%20ensino>. Acesso em: 18 out. 2022.>. Acesso em: 18 out. 2022.

BORGES, Karen Selbach; DA CRUZ FAGUNDES, Léa. A teoria de Jean Piaget como princípio para o desenvolvimento das inovações. **Educação**, v. 39, n. 2, p. 242-248, 2016.

BORRAT, Hector. Hacia una teoría de la especialización periodística. **Revista Anàlisi**, Facultad de Ciències de la Informació de la universitat Autònoma de Barcelona. nº 15, 1993. p. 79-84.

CAMPAGNUCCI, Fernanda. **Silêncio dos professores? Uma interpretação sociológica sobre a “ausência” da voz docente no jornalismo educacional**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação –Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122014-112912/publico/FERNANDA_CAMPAGNUCCI.pdf. Acesso em: 13 out. 2022

COSTA, Belarmino Cesar. O “Estado” da educação na “Folha” de jornal: como os jornais de grande circulação abordam a questão educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 76, n. 184, 2019. Disponível em:

<<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1181>>. Acesso em: 14 out. 2022.

COSTA, Natália. Lugar de mulher é a redação: o jornalismo performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 10. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em:

<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 13 out. 2022

DORETTO, Juliana. **Perfil do jornalista de educação, a partir dos filiados à Jeduca** (Associação de Jornalistas de Educação). Jeduca, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://jeduca.org.br/arquivos/Pesquisa-Jeduca-relatorio.pdf>>

HATJE, Marli. Jornalismo especializado - a segmentação em busca da seletividade: uma proposta. **SIGNO**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 61-63, nov. 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/signo.v19i27.9170>>

KATERYNYCH, Petro. Educational journalism in Ukraine: current status and development prospects. **Synopsis: Text Context Media**, v. 26, n. 4, p. 151–158, 2020. Disponível em: <<https://synopsis.kubg.edu.ua/index.php/synopsis/article/view/409>>. Acesso em: 18 out. 2022.

MATOS, Sara; ESTRÁZULAS, Jimi Aislam. O Jornalismo educativo como gênero de jornalismo especializado. In: XII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 2013, Manaus. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0475-1.pdf>.. Acesso em: 20 jun. 2022.

PEREIRA, Francisca Rodrigues. **Jornalismo e educação: Um estudo sobre a cobertura da evolução do ensino no Brasil registrado pela Folha de S. Paulo / Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação, São Paulo, 2009.**

RATIER, Rodrigo Pelegrini. **Jornalismo e jornalistas de educação no Brasil: um olhar multifocal sobre história, estrutura, agentes e sentidos**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.48.2016.tde-19102016-151406. Acesso em: 2022-05-31.

SANDISON Fenner, Mildred. Woman in Educational Journalism. **Contemporary Education**; Terre Haute, Ind. Vol. 43, Ed. 4, (Feb 1, 1972): 209. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/a8e963737922df6e8b4f7509e3973546/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1816594>>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Revista Estudos em Comunicação**, 2009, nº 5, pp. 115-133. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/html/tavares/>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Percursos entre o Jornalismo e o Jornalismo Especializado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL, 8. 2017, Passo Fundo. **Anais eletrônicos [...]** Intercom: Passo Fundo, 2017. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0648-1.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

ZANOTTI, Carlos Alberto. Análise coletiva de produção de notícias: Uma experiência de trabalho em Jornalismo especializado. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 8, p. 6-6, 2011.